



Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

FORÇA-TAREFA LAVA JATO

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ.

Distribuição por dependência aos autos nº 5054008-14.2015.4.04.7000 (IPL ANTONIO PALOCCI), 5043559-60.2016.4.04.7000 (Busca e apreensão), 5010479-08.2016.404.7000 (Busca e apreensão), 5003682-16.2016.404.7000 (Busca e apreensão), e conexos

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, comparecem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com base no inquérito policial em epígrafe e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal, para oferecer

DENÚNCIA em face de:

1. ANTONIO PALOCCI FILHO (ANTONIO PALOCCI), brasileiro, casado, filho de Antonio Palocci e Antonia de Castro Palocci, empresário, RG 10530521/SP, cpf 062.605.448-63, residente na Alameda Itu, 593, ap. 131, bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, **atualmente preso na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba/PR**

2. MARCELO BAHIA ODEBRECHT (MARCELO ODEBRECHT)¹, RG 2598834/SSP/BA, CPF 487.956.235-15, brasileiro, casado, engenheiro, filho de Emilio Alves Odebrecht e Regina Amélia Bahia Odebrecht, nascido em 18/10/1968, natural de Salvador-BA, residente na Rua Joaquim Cândido de Azevedo Marques, 750, Jardim Pignatari, São Paulo-SP,

1 Acusado colaborador (acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal)

3. MAURÍCIO FERRO, registrado sob o CPF 371.505.961-34, nascido em 04/04/1966, filho de Bertha Campos de Carvalho Ferro, residente na Praça Morungaba, 154, Jardim Europa, CEP: 01450090, SAO PAULO, SP

4. BERNARDO GRADIN, registrado no CPF sob o nº 316.183.245-00, nascido em 28/10/1964, filho de GRACE DE ALMEIDA GRADIN, com endereço na Rua Serido, 93, apto 101, CEP: 01455040, Jardim Europa, São Paulo/SP

5. FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA (FERNANDO MIGLIACCIO)², registrado no CPF sob o nº 136.429.538-59, nascido em 24/11/1968, filho de Maria José Migliaccio da Silva, com endereço na Rua Dr. Carlos Norberto de Souza Aranha, 60, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP;

6. HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO (HILBERTO SILVA)³, brasileiro, inscrito no CPF nº 105.062.765-20, nascido em 16/11/1955, filho de Neude da Silva, com endereço na Rua Sabino Silva, 443, 901, Ondina, Salvador/BA,

7. GUIDO MANTEGA, portador do CPF 676.840.768-68, nascido em 07/04/1949, residente na Rua Leão Coroado, 140, ap 141, Vila Madalena, São Paulo/SP

8. NEWTON SÉRGIO DE SOUZA, registrado sob o CPF 261.214.417-04, nascido em 06/05/1953, filho de VANDA CONSALTER DE SOUZA, residente Praça Pereira Coutinho, 40 22º andar, Vila Nova Conceição, CEP: 04510010, São Paulo/SP

9. MONICA REGINA CUNHA MOURA (MONICA MOURA)⁴, brasileira, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, RG nº 119925060/SSP/BA, CPF 441.627.905-15, residente na Avenida Sete de Setembro - 1796, apto 801, bairro Vitória, CEP 40080-002, Salvador/BA

2 Acusado colaborador (acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal).

3 Acusado colaborador (acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal).

4 Acusada colaboradora (acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal).

10. JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO (JOÃO SANTANA)⁵ brasileiro, casado, publicitário, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, nascido em 05/01/1953, natural de Tucano/BA, publicitário, documento de identidade nº 621444/SSP/BA, CPF 059.802.245-72, residente na Estrada do Coco, KM 29, Condomínio Parque interlagos, , Rua do Mé, casa 15, Camacari/B.

11. ANDRÉ LUIS REIS SANTANA⁶, portador do CPF 560.517.355-34, FILHO DE Antônio Carvalho de Santana e Maria Reis Santana, residente e domiciliado na Rua Praia Cachaprego, 50, Lauro de Freitas/BA

pela prática dos seguintes fatos delituosos:

No período compreendido entre meados do ano de 2008 e o final do ano de 2010, **MARCELO ODEBRECHT, BERNARDO GRADIN, MAURÍCIO FERRO e NEWTON DE SOUZA**, em concurso e em unidade de desígnios, de modo consciente e voluntário, praticaram o delito de corrupção ativa, previsto no art. 333, caput e parágrafo único, do Código Penal, pois ofereceram e prometeram vantagens indevidas ao então Ministro da Fazenda e membro do Conselho de Administração da Petrobras **GUIDO MANTEGA** e ao então Deputado Federal **ANTONIO PALOCCI**, para determiná-los a praticar e a omitir atos de ofício, sendo que tais servidores, em unidade de desígnios e de modo consciente e voluntário, incorreram na prática do delito de corrupção passiva, previsto no art. 317, caput e §1º, c/c art. 327, §2º, todos do Código Penal, pois **GUIDO MANTEGA e ANTONIO PALOCCI** não só aceitaram, para si e para outrem, direta e indiretamente, tais promessas de vantagens indevidas, em razão da função, como efetivamente interferiram e atuaram para que fossem emitidas as Medidas Provisórias 470 e 472, bem como as instruções normativas que as regulamentaram, de acordo com os interesses do Grupo Odebrecht.

ANTONIO PALOCCI e GUIDO MANTEGA, de modo consciente e voluntário solicitaram, para si e para outrem, direta e indiretamente, a **MARCELO ODEBRECHT, BERNARDO GRADIN, MAURÍCIO FERRO e NEWTON DE SOUZA**, vantagem indevida para que fossem expedidas e aprovadas as Medidas Provisórias 470 e 472 em conformidade com os interesses do

5 Acusado colaborador (acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal).

6 Réu colaborador.

Grupo Odebrecht. Incurreram, dessa forma, na prática do delito de corrupção passiva, previsto no art. 317, caput e §1º, c/c art. 327, §2º, todos do Código Penal.

Além disso, ao ocultarem e dissimularem a origem, disposição, movimentação, localização e propriedade dos valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos de organização criminosa, corrupção ativa e passiva e contra o sistema financeiro nacional, **MARCELO ODEBRECHT, BERNARDO GRADIN, GUIDO MANTEGA, MONICA MOURA e JOÃO SANTANA**, contando com o auxílio do gestor e do supervisor do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, cargos ocupados por **FERNANDO MIGLIACCIO** e **HILBERTO SILVA**, e do funcionário de **MONICA MOURA, ANDRÉ SANTANA**, violaram o disposto no art. 1º, §4º, da Lei 9613/98 e incurreram na prática dos crimes de lavagem de capitais.

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES

Esta denúncia decorre da continuidade da investigação⁷ que visou a apurar inicialmente diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional. A investigação inicialmente apurou as

7 A presente denúncia decorre de investigações policiais realizadas principalmente nos seguintes autos, relacionados ao presente feito: **5049597-93.2013.404.7000** (Interceptação telefônica e telemática específica de YOUSSEF, distribuído por dependência em 08/11/2013); **5027775-48.2013.404.7000** (Quebra de sigilo bancário de MO CONSULTORIA E LAUDOS ESTATÍSTICOS LTDA, WALDOMIRO OLIVEIRA, EDILSON FERNANDES RIBEIRO, MARCELO DE JESUS CIRQUEIRA); **5007992-36.2014.404.7000** (Quebra de sigilo bancário e fiscal (GFD INVESTIMENTOS, LABOGEN QUIMICA FINA, INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LABOGEN, PIROQUIMICA COMERCIAL, KFC HIDROSSEMEADURA, EMPREITEIRA RIGIDEZ, RCI SOFTWARE, RMV & CVV CONSULTORIA EM INFORMATICA, HMAR CONSULTORIA EM INFORMÁTICA, MALGA ENGENHARIA LTDA, COMPANHIA GRAÇA ARANHA RJ PARTICIPACOES SA e BOSRED SERVICOS DE INFORMATICA LTDA); **5001446-62.2014.404.7000** (Pedido de busca e apreensão/prisão principal - OPERAÇÃO BIDONE); **5014901-94.2014.404.7000** (Pedido de prisão preventiva e novas buscas - OPERAÇÃO BIDONE 2); **5021466-74.2014.404.7000** (Pedido de busca e apreensão/condução coercitiva - OPERAÇÃO BIDONE 3), **5010109-97.2014.404.7000** (Pedido desmembramento), **5049557-14.2013.404.7000** (IPL originário), **5073475-13.2014.404.7000** (em que deferidas as buscas e apreensões sobre as empreiteiras e outros criminosos), **50085114-28.2014.404.7000** (em que deferidas as buscas e apreensões sobre os operadores indicados por PEDRO BARUSCO), **5075022-88.2014.404.7000** (quebra de sigilo fiscal de parte das empreiteiras investigadas, empresas subsidiárias e consórcios por elas integrados), **5013906-47.2015.404.7000** (quebra de sigilo fiscal complementar de parte das empreiteiras investigadas, empresas subsidiárias e consórcios por elas integrados), **5024251-72.2015.404.7000** (Pedido de busca e apreensão relacionado às empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, bem como seus executivos, autos em que foram deferidas as medidas de prisão preventiva), **5071379-25.2014.4.04.7000** (IPL referente a Odebrecht).

condutas do “doleiro” CARLOS HABIB CHATER e de pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas, ligada a um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-deputado federal JOSÉ MOHAMED JANENE e as empresas CSA Project Finance Ltda. e Dunel Indústria e Comércio Ltda, sediada em **Londrina/PR**. Essa apuração inicial resultou em ação penal nos autos nº 5047229-77.2014.404.7000, em trâmite perante este r. Juízo.

Durante as investigações, o objeto da apuração foi ampliado para diversos outros doleiros, que se relacionavam entre si para o desenvolvimento das atividades criminosas, mas que formavam grupos autônomos e independentes, dando origem a quatro outras investigações:⁸

- 1) LAVAJATO** - envolvendo o doleiro CARLOS HABIB CHATER, denunciado nos autos nº 5025687-03.2014.404.7000 e 5001438-85.2014.404.7000, perante esse r. Juízo;
- 2) BIDONE** - envolvendo o doleiro ALBERTO YOUSSEF denunciado nos autos de ação penal nº 5025699-17.2014.404.7000 e em outras ações penais, perante esse r. Juízo;
- 3) DOLCE VITTA I e II** - envolvendo a doleira NELMA MITSUE PENASSO KODAMA, denunciada nos autos da ação penal nº 5026243-05.2014.404.7000, perante esse r. Juízo;
- 4) CASABLANCA** - envolvendo as atividades do doleiro RAUL HENRIQUE SROUR, denunciado nos autos da ação penal nº 5025692-25.2014.404.7000, perante esse r. Juízo.

Nesses núcleos criminosos foi constatada a prática de outros delitos, dentre eles, fatos relacionados à organização criminosa, evasão de divisas, falsidade ideológica, corrupção de funcionários públicos, tráfico de drogas, peculato e lavagem de capitais, sendo que todos estes fatos se encontram sob apuração ou processamento perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, cujos procedimentos foram cindidos com fulcro no art. 80 do Código de Processo Penal.

Durante as investigações da operação “BIDONE”, verificou-se que a organização criminosa capitaneada por ALBERTO YOUSSEF também participava ativamente da prática de delitos

8 IPL 1000/2013 – destinado a apurar as atividades capitaneadas pela doleira NELMA MITSUE PENASSO KODAMA (Operação Dolce Vita); IPL 1002/2013 – destinado a apurar as atividades do doleiro RAUL HENRIQUE SROUR (Operação Casablanca); IPL 1041/2013 – destinado a apurar as atividades empreendidas pelo doleiro YOUSSEF (Operação Bidone).

contra a administração pública praticados no seio e em desfavor da PETROBRAS. Foi proposta, assim, a ação penal nº 5026212.82.2014.404.7000, na qual, a partir de evidências de superfaturamento da Unidade de Coqueamento Retardado da Refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, de responsabilidade do CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA, liderado pela empreiteira CAMARGO CORREA S/A, imputou-se a PAULO ROBERTO COSTA, ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, a prática de lavagem de dinheiro oriundo de crimes contra a Administração Pública e participação na organização criminosa liderada pelo doleiro ALBERTO YOUSSEF.

Com o aprofundamento das investigações, não só restou comprovada a prática do crime antecedente ao da lavagem de dinheiro denunciada nos autos nº 5026212.82.2014.404.7000, ou seja, a prática de corrupção ativa e passiva de empregados da PETROBRAS no âmbito das obras da Refinaria Abreu e Lima – RNEST, como também em diversas outras grandes obras conduzidas pela PETROBRAS entre os anos de 2004 e 2014, incluindo a Refinaria REPAR, com sede em Araucária, no Paraná.

Desvelou-se a existência de um grande esquema criminoso envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, com a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram as empresas OAS, **ODEBRECHT**, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA. Esse esquema possibilitou que fosse fraudada a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela PETROBRAS entre os anos de 2004 e 2014, majorando ilegalmente os lucros das empresas em centenas de milhões de reais.

Para o perfeito funcionamento deste cartel de grandes empreiteiras, foi praticada a corrupção de diversos empregados públicos do alto escalão da PETROBRAS, notadamente dos então Diretores de Abastecimento e de Serviços, PAULO ROBERTO COSTA e RENATO DUQUE, e do Gerente Executivo de Engenharia, PEDRO BARUSCO, assim como foram recrutados, para a concretização dos ilícitos e lavagem dos ativos, diversos operadores financeiros.

Nos autos da Ação Penal nº 5036528-23.2015.404.7000⁹, imputou-se aos executivos do Grupo Odebrecht **MARCELO ODEBRECHT**, MARCIO FARIA, ROGÉRIO ARAÚJO,

9 Denúncia da ação penal nº 5036528-23.2015.404.7000 - **ANEXO 02**.

ALEXANDRINO ALENCAR, CESAR ROCHA e PAULO BOGHOSSIAN a prática dos crimes de corrupção ativa, pertinência a organização criminosa e lavagem de parte dos ativos auferidos com tais ilícitos. Narrou-se, naquela ação penal, o envolvimento de tais executivos com o grande esquema criminoso organizado em desfavor da Petrobras, articulado entre i) empreiteiras unidas em cartel; ii) empregados de alto escalão da Petrobras corrompidos pelos empresários das grandes empreiteiras; iii) agentes políticos responsáveis pela indicação e manutenção no cargo dos altos diretores da Petrobras e beneficiários de parte dos valores de propina pagos em favor dos empregados da Petrobras; iv) os operadores financeiros ALBERTO YOUSSEF e BERNARDO FREIBURGHaus, pessoas responsáveis por intermediar e concretizar as transferências de recursos aos altos funcionários da Petrobras, bem como o posterior repasse de parte da propina aos partidos políticos e agentes políticos.¹⁰

Além disso, na Ação Penal nº 5051379-67.2015.404.7000¹¹, imputou-se a CESAR ROCHA, **MARCELO ODEBRECHT**, MARCIO FARIA e ROGÉRIO ARAÚJO a prática de crimes de corrupção ativa relacionados a outros contratos firmados entre o Grupo Odebrecht e a Petrobras. Nesta segunda ação penal, apurou-se que, também em razão do funcionamento do esquema ilícito arquitetado pela organização criminosa, do funcionamento do cartel e da prática de corrupção, o Grupo Odebrecht obteve mais contratos com a PETROBRAS.

Na Ação Penal nº 5019727-95.2016.404.7000 revelou-se que, por ordem e com pleno conhecimento de **MARCELO ODEBRECHT**, o funcionava dentro do Grupo Odebrecht uma Organização criminosa com uma estrutura física e procedimental específica (o Setor de Operações Estruturadas), destinada exclusivamente ao pagamento reiterado e sistemático de vantagens indevidas, de modo a que a origem e a natureza de tais pagamentos fosse dissimulada. Em razão desse fato, foi imputada a prática do crime de pertinência a Organização Criminosa aos funcionários da Odebrecht HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, LUIZ EDUARDO DA ROCHA SOARES, **FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA**, MARIA LUCIA GUIMARÃES TAVARES, ANGELA PALMEIRA FERREIRA, ISAIAS UBIRACI CHAVES SANTOS e aos operadores financeiros OLIVIO RODRIGUES e MARCELO RODRIGUES.¹²

10 Na ação penal nº 5036528-23.2015.404.7000 foi proferida sentença condenatória, reconhecendo o envolvimento de MARCELO ODEBRECHT, MARCIO FARIA, ROGÉRIO ARAUJO, CESAR ROCHA e ALEXANDRINO ALENCAR na Organização Criminosa, bem como a prática de crimes de corrupção em prejuízo à Petrobras (**ANEXO 03**).

11 Denúncia ação penal nº 5051379-67.2015.404.7000 (**ANEXO 04**).

12 Denúncia ação penal nº 5019727-95.2016.404.7000 (**ANEXO 05**).

Na mesma Ação Penal nº 5019727-95.2016.404.7000, imputou-se, ainda, a prática de quatro atos de lavagem de ativos por **MARCELO ODEBRECHT**, HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, LUIZ EDUARDO DA ROCHA SOARES, **FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA**, MARIA LUCIA GUIMARÃES TAVARES, ANGELA PALMEIRA FERREIRA, ISAIAS UBIRACI CHAVES SANTOS, JOÃO VACCARI NETO, MONICA REGINA CUNHA MOURA e JOÃO SANTANA, em razão de, por meio da sistemática empregada pelo Setor de Operações Estruturadas, terem, em conjunto, operacionalizado e concretizado a transferência, de forma dissimulada, de USD 3.000.000,00, (dividido em 4 transferências bancárias, concretizadas nas datas de 13/04/2012, 11/07/2012, 01/03/2013 e 08/03/2013)¹³, das contas KLIENFELD e INNOVATION, para a conta SHELLBILL, de titularidade de **JOÃO SANTANA** e **MONICA MOURA**, a fim de repassar aos publicitários os recursos auferidos com a prática dos crimes de corrupção, organização criminosa, fraude à licitação, dentre outros.

Ainda, naquela mesma ação penal, imputou-se a **MARCELO ODEBRECHT**, HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, LUIZ EDUARDO DA ROCHA SOARES, **FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA**, MARIA LUCIA GUIMARÃES TAVARES, ANGELA PALMEIRA FERREIRA, ISAIAS UBIRACI CHAVES SANTOS, JOÃO VACCARI NETO, MONICA REGINA CUNHA MOURA e JOÃO SANTANA a prática de mais 45 atos de lavagem de dinheiro em razão de, no período compreendido entre 24/10/2014 e 22/05/2015, mediante 45 remessas, efetuarem a entrega, de forma dissimulada, em espécie, de R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais) a JOÃO SANTANA e MONICA MOURA, a fim de, ao mesmo tempo, atender a orientação recebida de JOÃO VACCARI - então tesoureiro do Partido dos Trabalhadores - e ocultar e dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos antecedentes de fraude a licitações, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, praticados em detrimento da Petrobras.

13 Conforme descrito na ação Penal nº 5019727-95.2016.404.7000, as transferências bancárias objeto daquela acusação são as seguintes:

- a) 13/04/2012 – transferência de USD 500.000,00 da INNOVATION para a SHELLBILL.
- b) 11/07/2012 - transferência de USD 1.000.000,00 da KLIENFELD para a SHELLBILL.
- c) 01/03/2013 - transferência de USD 700.000,00 da KLIENFELD para a SHELLBILL.
- d) 08/03/2013 - transferência de USD 800.000,00 da KLIENFELD para a SHELLBILL.

Ainda, em aprofundamento das investigações relacionadas aos pagamentos espúrios registrados em e-mails, anotações e planilhas apreendidas com executivos da Odebrecht - em especial a partir da apreensão e análise da planilha "Programa Especial Posição Italiano" em conjunto com e-mails dos executivos - identificou-se, ainda, a existência de uma "conta corrente de pagamento de propina" mantida entre a ODEBRECHT e o Partido dos Trabalhadores e gerida por **ANTONIO PALOCCI**

Também como fruto do aprofundamento das investigações, constatou-se que o esquema de corrupção operado contra a Petrobras não se limitou às interlocuções realizadas entre executivos e Diretores da Petrobras; abrangeu, também, a corrupção de funcionários públicos de mais elevado status na Administração Pública, como, por exemplo, o ex-Ministro e ex-Deputado Federal **ANTONIO PALOCCI**, o qual, no exercício dos cargos de Ministro de Estado e Deputado Federal, solicitou e recebeu, para si e para outrem, vantagens indevidas pagas pela empreiteira em razão de sua interferência nas decisões da mais alta Administração Federal em favor dos interesses econômicos da Odebrecht.

Nesse contexto, na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, revelou-se a efetiva atuação de **ANTONIO PALOCCI** em favor dos interesses econômicos do Grupo Odebrecht e em prejuízo à PETROBRAS, bem como a pactuação e o recebimento, de forma dissimulada, de vantagens econômicas indevidas, as quais foram contabilizadas na Planilha Italiano e posteriormente repassadas, por ordem e autorização de **ANTONIO PALOCCI**, para pagamento dos publicitários **JOÃO SANTANA** e **MONICA MOURA**, para pagamento de dívidas não contabilizadas contraídas pelo Partido dos Trabalhadores na realização de campanhas eleitorais. Segundo apurado na referida ação Penal, **ANTONIO PALOCCI** manteve, pelo menos entre 2002 e 2015, uma relação espúria com a Odebrecht, por meio da qual, no exercício da função pública ou valendo-se dos cargos públicos de terceiros, operava diversos favores ilícitos ao grupo Odebrecht em troca do recebimento de vantagens indevidas. Verificou-se que, a partir dessa relação espúria, ANTONIO PALOCCI manteve com a Odebrecht uma verdadeira conta corrente de propina, a qual na qual se operavam diversos pagamentos espúrios como contrapartida aos diversos benefícios ilícitos concretizados por ANTONIO PALOCCI perante a Administração Pública Federal. Tal conta corrente era contabilizada internamente na Odebrecht na planilha intitulada "Planilha Italiano", revelando a existência de um caixa geral de propina entre a Odebrecht e o Partido dos Trabalhadores.

Em continuidade das investigações relacionadas aos atos ilícitos realizados por **ANTONIO PALOCCI** e da relação espúria mantida entre **ANTONIO PALOCCI** e a Odebrecht, contabilizada na Planilha Italiano, apurou-se que, além do fato denunciado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, a relação ilícita entre **ANTONIO PALOCCI** e a Odebrecht envolveu também a edição das Medidas Provisórias nº 460, 470 e 472, todas voltadas à concessão de benefícios tributários pretendidos ao Grupo Odebrecht. Qual seja, identificou-se que, ao longo do tempo, houve uma intensa troca de favores entre integrantes do Grupo Odebrecht e membros do governo federal, que tinham como propósito, de um lado, obter favorecimentos em licitações públicas, na execução de contratos, em seus aditivos e ainda na edição de alterações legislativas; e de outro, obter vantagens de cunho pessoal, materializadas, muitas vezes, como no presente caso, no financiamento de campanhas políticas.

Nesse contexto, conforme será melhor detalhado no curso da presente denúncia, apurou-se, que, para a edição das Medidas Provisórias nº 470 e 472, **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** atuaram ilicitamente, sendo que esse último expressamente solicitou, para si e para outrem, como contrapartida específica a **MARCELO ODEBRECHT** o pagamento de vantagem indevida, para si e para outrem, em um montante de R\$ 50 milhões de reais, o qual seria posteriormente repassado em benefício do Partido dos Trabalhadores por autorização de **GUIDO MANTEGA**, dando continuidade à prática da conta corrente de propina e ao caixa geral de propina mantidos com a Odebrecht e contabilizados na chamada Planilha Italiano.

Segundo será explicitado, a propina acertada por **GUIDO MANTEGA** com **MARCELO ODEBRECHT** foi contabilizada na "Planilha Italiano", com a inserção da Conta "Pós Itália", que seria gerida por **GUIDO MANTEGA** em favor dos interesses do Partido dos Trabalhadores.

Embora a Conta Pós Itália tenha registrado a realização de repasses de propina no valor de, pelo menos, **R\$ 143.999.000,00** entre os anos de 2013 e outubro de 2014, a presente denúncia imputará aos acusados **GUIDO MANTEGA, BERNARDO GRADIN, HILBERTO SILVA, FERNANDO MIGLIACCIO, MARCELO ODEBRECHT, MONICA MOURA, JOÃO SANTANA** neste momento, a lavagem dinheiro correspondente a **R\$ 15.150.000,00**. Os demais atos de corrupção e as operações de lavagem de dinheiro relativas ao repasse dos demais valores espúrios registrados na planilha, embora sejam mencionados na presente peça, serão objeto de imputação em

denúncias autônomas que serão futuramente propostas. Esta cisão se dá com fulcro no artigo 80 do Código de Processo Penal, tendo em vista que ainda não devidamente apuradas e esclarecidas a forma como se deram os demais atos de corrupção e lavagem de ativos

II – DO ESQUEMA CRIMINOSO ESTRUTURADO EM DESFAVOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Conforme já mencionado nos autos nº 5046512-94.2016.404.7000, 5054932-88.2016.404.7000 e 5063130-17.2016.404.7000, no período compreendido entre 2003 e 2014, estruturou-se, no âmbito do Governo Federal, um grande esquema criminoso, de acordo com o qual diversas pessoas indicadas a ocupar os mais altos e estratégicos cargos da República eram nomeadas mediante o compromisso de promover a arrecadação de propina em favor do Partido Político que o sustentava no relevante posto ocupado. Dentro desta sistemática, os altos cargos de direção vinculados à administração pública federal direta e indireta foram loteados entre o PT, PP e PMDB, de forma que cada um dos partidos políticos pudesse, por meio de seu representante nomeado, angariar recursos ilícitos em cada um dos postos ocupados.

Ao se lotear a administração pública federal direta e indireta, distribuindo os cargos para o Partido dos Trabalhadores e para os demais partidos de sua base aliada, notadamente o PP e o PMDB, criaram-se verdadeiros postos avançados de arrecadação de propinas ou vertedouros de recursos escusos. Os recursos ilícitos angariados pelos altos funcionários públicos apadrinhados eram em parte a eles destinados (percentual da “casa”), em parte destinados para o **caixa geral** do partido e em parte gastos com os operadores financeiros para fazer frente aos “custos da lavagem dos capitais”.

Pode-se dizer, assim, que, o **caixa geral** de propina de cada partido era irrigado por propinas oriundas de empresas contratadas por diversos entes públicos, relativamente às quais esse partido possuía ascendência e ingerência. Em outros termos, se uma determinada empresa corruptora oferecia e prometia vantagens indevidas a representantes do Partido dos Trabalhadores em decorrência de obras na PETROBRAS e na ELETROBRAS, por exemplo, o **caixa geral** de propinas do PT receberia, em relação a essa empresa, recursos de ambas as frentes.

Além disso, considerando que o dinheiro é um bem fungível, e tendo em vista que os recursos ilícitos de cada uma das empreiteiras revertia para o mesmo **caixa geral** de cada partido, os valores desviados de diferentes fontes nesse caixa se misturavam.

Em suma, especificamente no que toca ao Partido dos Trabalhadores (cujos recursos ilícitos são objeto da presente denúncia), restou comprovado que o **caixa geral** de propinas do partido não recebeu unicamente recursos da PETROBRAS, mas também de diversas outras fontes nas quais também ocorreram práticas corruptas. A partir da “Operação Lava Jato” foi possível verificar sistemática criminosa muito parecida com aquela instalada na PETROBRAS, da prática sistemática de delitos de cartel, corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro, nos seguintes entes públicos: ELETRONUCLEAR¹⁴, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL¹⁵, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO¹⁶, ELETROBRÁS¹⁷, dentre outros, envolvendo o cometimento dos delitos de cartel, corrupção, organização criminosa, lavagem de dinheiro, dentre outros.

No tocante à destinação dos recursos ilícitos aportados nos **caixas gerais** de propinas, cumpre salientar que tais valores eram utilizados tanto para quitar os gastos de campanha dos integrantes do partido, como também para viabilizar o enriquecimento ilícito desses agentes políticos e fazer frente a algumas despesas gerais desses. Para que estes recursos ilícitos fossem utilizados no pagamento de despesas do Partido dos Trabalhadores ou para o benefício pessoal de alguns de seus membros, eram realizadas operações financeiras para dissimular e ocultar a origem criminosa, conferindo aparência de licitude aos valores dispendidos em favor do Partido ou de seus membros.

14 Conforme se depreende da Ação Penal nº 5044464-02.2015.4.04.7000, proposta perante esse Juízo e mais tarde declinada à Justiça Federal do Rio de Janeiro.

15 Conforme se depreende da Ação Penal nº 5023121-47.2015.404.7000, proposta perante esse Juízo.

16 Conforme se depreende da Ação Penal nº 0009462-81.2016.403.6181, proposta perante a Justiça Federal de São Paulo.

17 Conforme se depreende do Termo de Colaboração nº 22, de MILTON PASCOWITCH (**ANEXO 07**): “[...] QUE o declarante foi convidado por JOÃO VACCARI para uma reunião na sede do Partido dos Trabalhadores, quando VACCARI lhe informou que a ENGEVIX deveria “contribuir” com a agremiação política em razão do contrato de gerenciamento que a mesma detinha, referente às obras de BELO MONTE; QUE o declarante reportou a questão a GERSON ALMADA, que concordou com o pagamento; QUE foi pago o valor bruto de R\$ 532.765,05; QUE o valor foi ressarcido à JAMP por meio de um contrato firmado com a ENGEVIX com objeto específico de BELO MONTE; QUE em razão da interrupção da obra, consequentemente o contrato de gerenciamento também foi objeto de paralisação; QUE o contrato tinha um valor total de R\$ 2.247.750,00, tendo sido pagos apenas 400 mil reais líquidos; QUE o valor foi pago diretamente a JOÃO VACCARI, por meio de pagamento em espécie, realizado na sede do Partido dos Trabalhadores em SÃO PAULO [...]”.

Especificamente no que se refere aos **caixas gerais** do PT e do PP, insta destacar as seguintes situações que demonstram o controle destes valores, bem como sua “retirada” ou “saque” em situações específicas, a pedido de dirigentes partidários:

a) RICARDO PESSOA, principal executivo da empresa UTC, revelou que, do montante geral de propina prometido e efetivamente pago pela empreiteira ao PT, foi deduzido o montante de R\$ 1.690.000,00, com a aquiescência de JOÃO VACCARI NETO, haja vista corresponder aos valores que RICARDO PESSOA repassou à JOSÉ DIRCEU nos anos de 2013 e 2014, com lastro em contratos ideologicamente falsos, ao tempo em que esse estava sendo julgado no processo “Mensalão”¹⁸;

b) RICARDO PESSOA também deduziu da conta geral de propinas do PP, controlada por ALBERTO YOUSSEF, repasses de valores na ordem de R\$ 413.000,00, efetuados em favor da ex-deputada ALINE CORREA¹⁹;

18 Termo de Colaboração nº 21 de RICARDO PESSOA (**ANEXO 08**): “*QUE o contrato de consultoria foi firmado em 01 de fevereiro de 2012; QUE o primeiro aditivo foi em 01 de fevereiro de 2013; QUE depois LUIZ EDUARDO veio e solicitou um segundo aditivo; QUE nesta época JOSÉ DIRCEU já estava preso; QUE o declarante relatou, mas aceitou; QUE este segundo aditivo foi em 01 de fevereiro de 2014; QUE depois da prisão de JOSÉ DIRCEU, claramente não houve nenhuma prestação de serviços; QUE assim, em relação ao segundo aditivo, não houve prestação de qualquer serviço; QUE o declarante resolveu comentar este assunto com JOÃO VACCARI, oportunidade em que este último se mostrou ciente da ajuda que o declarante estava dando a JOSÉ DIRCEU; QUE o declarante então buscou abater os valores pagos a título de ajuda para JOSÉ DIRCEU, relativo aos dois aditivos, com os valores que o declarante devia ao PT, relacionados aos contratos da PETROBRAS; QUE JOÃO VACCARI se negou a abater o valor total, mas aceitou que fosse descontada parcela do valor dos aditivos; QUE o valor dos dois aditivos, somados, foi de R\$ 1.746.000,00; QUE o declarante logrou abater, dos valores a título de propina que pagava ao PT, a quantia de R\$ 1.690.000,00, conforme tabela que ora junta; QUE esta tabela possui a sigla “URJ”, que era a sigla criada para se referir à propina decorrente da COMPERJ, do CONSÓRCIO TUC; QUE na segunda linha desta tabela consta a anotação “V/JD” na coluna “contato” e “1.690” na coluna valor total; QUE esta anotação representa justamente o abatimento dos valores pagos a JOSÉ DIRCEU, no valor de R\$ 1.690.000,00, em relação aos valores que devia para VACCARI, referente às obras da PETROBRAS/COMPERJ; QUE foi pago para VACCARI a quantia de R\$ 15.510.000,00 somente em relação às obras da COMPERJ; [...] QUE **JOÃO VACCARI aceitou este abatimento parcial logo que o declarante fez a proposta, sem consultar ninguém, em uma das reuniões feitas na UTC; QUE este valor foi abatido da “conta corrente” que possuía com VACCARI;**” [G.N.].*

19 Termo de Colaboração nº 14 de RICARDO PESSOA (**ANEXO 09**): “[...] *QUE esta reunião foi marcada especificamente para que ALBERTO YOUSSEF pedisse ao declarante contribuições para a campanha dela a Deputada Federal; QUE na mesma reunião ALBERTO YOUSSEF disse que as doações feitas para ALINE CORREA poderiam ser descontadas dos valores a serem pagos a ALBERTO YOUSSEF e PAULO ROBERTO COSTA, relacionados a contratos da PETROBRAS; QUE isto foi dito por ALBERTO YOUSSEF na frente de ALINE CORREA [...] QUE como o valor a ser doado seria descontado dos valores a serem pagos ao PARTIDO PROGRESSISTA, o declarante concordou em doar para a campanha dela; QUE doou R\$ 263.000,00 por meio oficial, sendo R\$ 213.000,00 pela UTC ENGENHARIA e o restante (R\$ 50.000,00) pela CONSTRAN; QUE foi ALBERTO YOUSSEF quem entregou a conta da campanha de ALINE CORREA para WALMIR PINHEIRO, que providenciou o pagamento, como uma doação oficial ordinária; QUE na Tabela 6 “Doações 2010 oficiais”, que ora anexa, referente às doações feitas pela UTC, também há o registro da doação de R\$ 213.000,00 a ALINE CORREA, no dia 06 de outubro de 2010; QUE além disso foi paga a quantia de R\$ 150.000,00 em espécie, em doação não oficial; [...] QUE a entrega dos valores em espécie de valores não declarados oficialmente foi providenciada por ALBERTO YOUSSEF, sendo que o declarante não tem conhecimento sobre a forma como foi operacionalizada; **QUE o total pago para ALINE CORREA foi abatido do valor que o declarante deveria repassar ao PARTIDO***”

c) o operador financeiro MILTON PASCOWITCH realizou, por solicitação de JOÃO VACCARI NETO, pagamentos à EDITORA 247 e à GOMES E GOMES PROMOÇÃO DE EVENTOS E CONSULTORIA que totalizaram, conjuntamente, R\$ 240.000,00, deduzindo-os, em seguida, da conta geral de propinas que mantinha com esse representante do PT Trabalhadores²⁰⁻²¹;

d) WALMIR PINHEIRO, executivo da UTC, relatou ter abatido do caixa geral do Partido dos Trabalhadores, que mantinha com JOÃO VACCARI NETO em decorrência das obras da PETROBRAS, R\$ 400.000,00²²;

Ainda no que se refere à destinação de valores repassados por empreiteiras corruptoras ao **caixa geral** de propinas de partidos políticos, ou ao **caixa geral** de propinas da “casa”, ou seja de funcionários públicos corruptos, insta destacar que em diversos casos os repasses de propinas para agentes públicos e políticos continuou, inclusive, após terem eles saído de seus cargos. Essa continuidade dos pagamentos de propinas pelas empreiteiras ocorria

PROGRESSISTA relacionado às obras da PETROBRAS; QUE isto foi descontado por ALBERTO YOUSSEF, por meio da “conta corrente” que o declarante tinha com ALBERTO YOUSSEF” [G.N.].

- 20 Termo de Colaboração nº 23 de MILTON PASCOWITCH (**ANEXO 10**): “**QUE com relação aos valores recebidos em razão dos contratos com a empresa CONSIST, JOÃO VACCARI solicitou ao declarante que fosse feita uma reunião com o representante da EDITORA 247, LEONARDO ATUCH, que esteve no escritório do declarante na Avenida Faria Lima, tendo encaminhado uma proposta de veiculação de um contrato de doze meses, com parcelas de R\$ 30.000,00; QUE o declarante não concordou e realizou dois pagamentos referentes a elaboração de material editorial, no valor de R\$ 30.000,00 cada uma; QUE na sequência foram feitos mais dois pagamentos através de uma nova solicitação de LEONARDO ATUCH, totalizando então R\$ 120.000,00 repassados à EDITORA 247; QUE não houve qualquer serviço prestado pela EDITORA 247; QUE JOÃO VACCARI não estava presente na reunião, mas foi indicado a procurar o declarante por JOÃO VACCARI; QUE na reunião entre o declarante e LEONARDO ficou claro que não haveria qualquer prestação de serviço mas que era uma operação para dar legalidade ao “apoio” que o Partido dos Trabalhadores” dava ao blog mantido por LEONARDO; QUE o valor pago foi “abatido” no valor que estava à disposição de JOÃO VACCARI referente ao contrato da CONSIST”** [G.N.].
- 21 Termo de Colaboração nº 24 de MILTON PASCOWITCH (**ANEXO 11**): “[...] **QUE com relação aos valores recebidos em razão dos contratos com a empresa CONSIST, JOÃO VACCARI para que “ajudassem” uma pessoa que seria ligada ao Partido dos Trabalhadores ou a alguma central sindical ligada a agremiação partidária; QUE o declarante disse que não poderia fazê-lo a menos que fosse por meio de faturamento para alguma pessoa jurídica; QUE essa pessoa esteve no escritório do declarante, tendo falado com o irmão do declarante JOSE ADOLFO; QUE essa pessoa então disse que iria constituir uma empresa e retornou ao escritório aproximadamente dois meses depois, apresentando os dados da empresa GOMES E GOMES PROMOÇÃO DE EVENTOS E CONSULTORIA, tendo sido feitos quatro pagamentos nos valor de R\$ 30.000,00 cada um; QUE não houve qualquer formalização de contrato, mas somente a emissão de nota fiscal contra a JAMP; QUE emitidas quatro notas de R\$ 30.000,00; QUE não houve qualquer prestação de serviços por parte da GOMES E GOMES; QUE a pessoa que esteve no escritório do declarante, cujo nome não se recorda, era uma senhora bastante humilde; QUE o valor de R\$ 120.000,00 foi definido por JOÃO VACCARI; QUE o valor pago foi “abatido” no valor que estava à disposição de JOÃO VACCARI referente ao contrato da CONSIST; QUE os pagamentos foram realizados entre dezembro de 2013 a março de 2014, conforme documentos que apresenta”** [G.N.].
- 22 Termo de Colaboração nº 15 de WALMIR PINHEIRO (**ANEXO 12**): “[...] **QUE, o declarante ressalta que dos R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) que no somatório foram doados para JOSE DE FILIPPI entre 2010 e 2014, VACCARI permitiu que R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) foram abatidos da conta corrente que mantinham com ele e que estava vinculada aos contratos da PETROBRAS”** [G.N.].

basicamente por três diferentes razões: a) porque prometidas e pendentes de quitação em contratos de trato sucessivo, ou seja, acordadas ao tempo em que os agentes públicos e políticos beneficiários ainda estavam em seus cargos; b) porque os ex-agentes políticos, não obstante tenham deixado seus cargos, mantiveram grande influência no partido, em Estatais ou no Governo Federal; c) como retribuição monetária por vantagens ou benesses concedidas pelos agentes públicos ou políticos ao tempo em que eles exerciam seus cargos.

Como já referido, para que esses valores fossem empregados no pagamento de despesas do Partido ou na aquisição de bens e serviços em favor de alguns dos membros do Partido, realizavam-se operações de ocultação e dissimulação da origem espúria, tais como a celebração de contratos fraudulentos, transferências financeiras no exterior para contas bancárias não declaradas e abertas em nome de offshores, entregas de recursos em espécie.

PAULO ROBERTO COSTA, por exemplo, mesmo depois de deixar a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, continuou recebendo propinas em decorrência de contratos firmados à época em que foi Diretor da Estatal. Para tanto, ele se serviu da celebração contratos fraudulentos de consultoria entre a sua empresa, a COSTA GLOBAL CONSULTORIA, com as seguintes empreiteiras corruptoras: i) CAMARGO CORRÊA, no valor de R\$ 3.000.000,00; ii) QUEIROZ GALVÃO, no valor de R\$ 600.000,00; iii) IESA OLEO & GÁS, no valor de R\$ 1.200.000,00; e iv) ENGEVIX, no valor de R\$ 665.000,00, todas integrantes do Cartel.

RENATO DUQUE, ao seu turno, constituiu a empresa de Consultoria D3TM e lançou mão a celebração de contratos ideologicamente falsos para receber parte das propinas pendentes da ENGEVIX²³.

JOSÉ DIRCEU, finalmente, também persistiu recebendo propinas decorrentes de contratos da PETROBRAS por um longo período depois de ter deixado a Casa Civil do Governo Federal, tanto mediante o recebimento de valores em espécie, quanto por intermédio do recebimento de bens móveis e imóveis, sua reformas, quitação de dívidas e celebração de contratos ideologicamente falsos com sua empresa JD CONSULTORIA.

23 Termo de Colaboração nº 01 de MILTON PASCOWITCH (**ANEXO 13**): “[...] QUE questionado o contrato entre D3TM X JAMP refere-se ao contrato entre com a PETROBRÁS x ENGEVIX para produção de oito cascos replicantes; QUE o valor do contrato entre ENGEVIX x PETROBRAS foi de aproximadamente 349 milhões de dólares cada casco; QUE foi convencionado um pagamento de 0,5 % do valor dos contratos para a chamada “casa”, que abrangia o então Diretor RENATO DUQUE e o Gerente Executivo PEDRO BARUSCO; QUE com a saída de RENATO DUQUE da Diretoria de Serviços da PETROBRAS foi formalizado o contrato entre a JAMP e a D3TM, por sugestão de RENATO DUQUE, para que fosse quitado o valor do restante devido, no valor de R\$ 1.200.000,00; QUE RENATO DUQUE solicitou a formalização do contrato para que gerasse receita declarada ao mesmo [...]”.

Tendo em vista que o esquema ilícito foi implementado em diversas estruturas da Administração Pública Federal, antes que os recursos fossem contabilizados no **caixa geral** para serem registrados globalmente em favor do Partido e de seus membros, a arrecadação foi atribuída a diversos agentes vinculados à agremiação, os quais, além de estabelecerem o contato pessoal com os empresários devedores das propinas pactuadas, atuavam como espécie de gerentes controladores dos pagamentos ilícitos pactuados em cada estatal ou setor a ele destinado.

Especificamente no que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores – agremiação beneficiária dos recursos ilícitos objeto da presente ação – constatou-se que, além dos funcionários públicos corrompidos, a agremiação elegia, dentre os membros de prestígio e confiança do Partido, pessoas que seriam responsáveis por receber e coordenar os repasses de valores ilícitos para os pagamentos de despesas no interesse do Partido Político e de alguns de seus principais líderes. Conforme demonstrado até o presente momento, estes postos estratégicos de recebimento e gestão dos recursos ilícitos em favor do Partido dos Trabalhadores foram ocupados por JOÃO VACCARI, **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**.

JOÃO VACCARI, conforme já narrado e comprovado nas ações penais nº 5061578-51.2015.4.04.7000, 5013405-59.2016.404.7000, atuou tanto no recebimento de valores em espécie pagos a título de propina quanto na coordenação do repasse de parte de tais valores espúrios para o pagamento de dívidas em favor do Partido dos Trabalhadores e de alguns de seus membros. Assim, ao longo do tempo, JOÃO VACCARI atuou de forma marcante no recebimento de recursos ilícitos relacionados ao esquema criminoso denunciado na Operação Custo Brasil (“Caso CONSIST”, envolvendo o repasse de propina em favor do Partido dos Trabalhadores em detrimento da UNIÃO- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO)²⁴ e nos pagamentos ilícitos relacionados

24 Conforme descrito na Ação Penal nº 0009462-81.2013.4.03.6181 (“Caso CONSIST” - Operação Custo Brasil):

“JOÃO VACCARI NETO foi o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores na maior parte do período do esquema, tendo sucedido PAULO FERREIRA. Substituiu PAULO FERREIRA na Tesouraria do Partido dos Trabalhadores. Tratou da divisão de propinas com ALEXANDRE ROMANO e com PAULO BERNARDO. Era o responsável por gerenciar o pagamento ao Partido dos Trabalhadores dos valores desviados do esquema, indicando a ALEXANDRE ROMANO (operador inicial do Partido) e a MILTON PASCOWITCH (operador que substituiu ALEXANDRE ROMANO) as empresas credoras do Partido que receberiam valores do esquema da própria CONSIST, mediante simulação de contratos e emissão de notas falsas. Também recebeu valores em espécie de MILTON PASCOWITCH na sede do Partido. JOÃO VACCARI NETO também determinou que a JAMP fizesse pagamentos à empresa de CASSIA GOMES (GOMES & GOMES), viúva de DUVANIER PAIVA

aos contratos firmados por empreiteiras e estaleiros com a PETROBRAS – tanto nos contratos firmados no âmbito da Diretoria de Serviços quanto nos celebrados com a PETROBRAS para afretamento de sondas por intermédio da SETE BRASIL.

Conforme já demonstrado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, **ANTONIO PALOCCI**, paralela e concomitantemente à atuação de JOÃO VACCARI, também atuou de forma marcante e expressiva no recebimento e gestão de recursos pagos a título de propina e destinados em favor do Partido dos Trabalhadores. Dentro do esquema criminoso, a atuação de **ANTONIO PALOCCI** na arrecadação e gerenciamento de recursos ilícitos em favor do Partido dos Trabalhadores ocorreu em duas frentes: a) mediante sua própria corrupção, no período em que exerceu os cargos de Ministro da Fazenda, Deputado Federal, Ministro da Casa Civil e membro do Conselho de Administração da Petrobras; b) mediante influência e ascendência exercida sobre outros funcionários públicos e agentes políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Nas duas modalidades, os recursos ilícitos gerenciados por **ANTONIO PALOCCI** eram destinados ao já narrado **caixa geral** de propina do Partido dos Trabalhadores.

Dentro da estrutura do Governo Federal, entre os anos de 2003 e 2015, **ANTONIO PALOCCI** ocupou posição de destaque, tanto em razão dos relevantes cargos ocupados na Administração Pública Federal, quanto pela influência e ascendência que notoriamente possuía em relação a diversos agentes públicos nomeados durante as gestões petistas no Governo Federal.

ANTONIO PALOCCI exerceu, de 01/01/2003 a 27/03/2006, o cargo de Ministro da Fazenda na gestão do Presidente LUIZ INACIO LULA DA SILVA; de 2007 a 2011, exerceu o mandato de Deputado Federal, sendo que, no período entre 01/2011 a 06/2011, licenciou-se do mandato de Deputado Federal para assumir o cargo de Ministro da Casa Civil na gestão da Presidente DILMA ROUSSEF.²⁵ No ano de 2010, exerceu a função de coordenador da campanha presidencial de DILMA ROUSSEF. Ainda, foi eleito, em 28/04/2011, para o Conselho de Administração da Petrobras, tendo permanecido no cargo até 08/06/2011, quando pediu desligamento do Conselho.²⁶

(falecido Secretário de Recursos Humanos/MPOG) – **ANEXO 14**

25 http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Dep_Detalhe_Inativo.asp?id=528247

26 <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/06/petrobras-comunica-saida-de-palocci-do-conselho-de-administracao.html>

Da mesma forma, no âmbito partidário, **ANTONIO PALOCCI** também ocupava posição de destaque, figurando como uma das principais autoridades do partido, em especial no que diz respeito à definição das plataformas políticas e de governo a serem seguidas no poder pela agremiação. Este papel de maior evidência desempenhado por **ANTONIO PALOCCI** no partido e nas decisões administrativas das gestões petistas no Governo Federal era reconhecido tanto pelas diversas autoridades ligadas ao governo – muitas das quais nomeadas a partir de indicação de **ANTONIO PALOCCI** – quanto pelo empresariado, que via em **ANTONIO PALOCCI** um grande interlocutor com a cúpula da Administração Federal e um personagem-chave na definição dos rumos político e econômico das gestões petistas dos governos LULA e DILMA.

Em razão deste papel central desenvolvido por **ANTONIO PALOCCI**, o acusado possuía amplo acesso e ascendência sobre as decisões adotadas por diversos agentes políticos e ocupantes de cargos e funções públicas de relevo na Administração Pública Federal, tais como os Presidentes da República DILMA e LULA, diversos Ministros de Estado e Diretores de autarquias e empresas estatais.

GUIDO MANTEGA, por sua vez, também atuou de forma expressiva na obtenção de valores espúrios em favor do Partido dos Trabalhadores, em especial no período em que exerceu o cargo de Ministro da Fazenda Nacional. Pelo menos desde meados de 2009, **GUIDO MANTEGA**, no exercício do cargo de Ministro da Fazenda, estabeleceu com **MARCELO ODEBRECHT** uma relação ilícita longa e duradoura envolvendo o favorecimento aos interesses do Grupo Odebrecht em troca do recebimento de vantagens indevidas, as quais eram contabilizadas em uma contabilidade informal denominada “**Conta Pós Itália**”. Através dessa relação ilícita mantida com a Odebrecht, **GUIDO MANTEGA** negociou propina em um montante equivalente a **R\$ 173 milhões**, dos quais pelo menos **R\$ 143.999.000,00** foram efetivamente repassados pela Odebrecht no interesse do Partido dos Trabalhadores por meio de **GUIDO MANTEGA**.

Destaca-se, ainda, que, além dos envolvimentos ilícitos já referidos e que serão detalhados no curso da presente denúncia, **GUIDO MANTEGA** também mantém no exterior contas que não foram declaradas às autoridades brasileiras. Conforme relatado pelas autoridades suíças em informação espontânea encaminhada ao Brasil, **GUIDO MANTEGA** possui naquele país duas contas bancárias, uma em nome da offshore PAPILLON COMPANY e outra em seu nome pessoal, sendo que mantém atualmente na conta PAPILLON o saldo de **USD 1.777.213 (um**

milhão, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e treze dólares), além de **USD 143.608,00**²⁷ na outra conta também mantida no exterior (conta nº 89419, aberta no Banco PICTET & CIE SA, cujos titulares e beneficiários econômicos são **GUIDO MANTEGA**, ANNA COSTA MANTEGA e PAULO SIGULEM MANTEGA)²⁸..

A conta PAPILLON, segundo informado pelas autoridades suíças, mantém o saldo equivalente a **USD 1.777.213 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e treze dólares)**. Embora **GUIDO MANTEGA** tenha apresentado, em 21/07/2017, Declaração de Regularização Cambial e Tributária – DERCAT, na qual tentou repatriar a quantia de USD 1.641.254,00, verificou-se que a versão apresentada por **GUIDO MANTEGA** para tentar conferir aparência de licitude aos recursos é totalmente **inverossímil**.

Segundo se observou dos documentos juntados pela própria defesa nos autos 5035133-59.2016.404.7000 (eventos 254 e 256), **GUIDO MANTEGA** tentou justificar a origem dos recursos mantidos na conta PAPILLON em suposta permuta imobiliária, envolvendo a cessão de parte ideal dos prédios localizados na R. Pequetitita 215/235 e a aquisição de unidades autônomas do Ed Atrium VII, em São Paulo.

Observa-se que, ao contrário do que alegou **GUIDO MANTEGA** na Declaração de Regularização Cambial e Tributária – DERCAT e nos documentos apresentados nos autos 5035133-59.2016.404.7000 (eventos 254 e 256), os indícios levam a crer que os valores que **GUIDO MANTEGA** tentou repatriar são de origem ilícita.

Nesse sentido, destaca-se, em primeiro lugar, que, na escritura de permuta e hipoteca, lavrada em 10/10/2002 (evento 256-OUT5, autos 5035133-59.2016.404.7000) foi certificada a PERMUTA realizada entre SANDRIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES e as pessoas físicas de **GUIDO MANTEGA** e PAULA MANTEGA, na qual os prédios 215 e 235 da rua Pequitita foram permutados por unidades no edifício Atrium VII em benefício de ambos. Segundo a mesma certidão, o valor total dos imóveis era de R\$ 1.198.540,50 (um milhão, cento e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta centavos), tendo a permuta realizada operado a quitação da dívida entre as partes, sem que tenha restado qualquer valor adicional a ser pago por qualquer uma das partes (evento 256-OUT5, autos 5035133-59.2016.404.7000).

Pelo que se observa da certidão de Permuta juntada no evento 256-OUT5 dos autos 5035133-59.2016.404.7000, a situação em 31 de Dezembro de 2017, conforme informado pelas autoridades suíças

autos 5035133-59.2016.404.7000, o negócio jurídico foi realizado em outubro de 2002 e não gerou qualquer valor adicional a ser pago posteriormente entre as partes. Além disso, observa-se ainda que o valor total do imóvel certificado no documento juntado pela defesa é absolutamente inferior àquele que foi transferido a **GUIDO MANTEGA**. Repita-se: o valor declarado no imóvel foi de R\$ 1.198.540,50 (um milhão, cento e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta centavos), ao passo que os valores transferidos a **GUIDO MANTEGA**, se aplicado o câmbio das datas das transferências, corresponde a R\$ 2.845.050,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e cinquenta reais)²⁹ Nesse sentido, ainda que se imaginasse - em total dissonância com os documentos - que VICTOR SANDRI teria assumido a obrigação de pagar o valor do imóvel, o valor a ser pago em favor de **GUIDO MANTEGA** pelo imóvel teria que ser substancialmente inferior àquele que efetivamente foi transferido no exterior. A uma porque, como já dito, o valor declarado dos imóveis era efetivamente inferior ao valor que foi posteriormente transferido de forma oculta no exterior. A duas porque, como também demonstra a certidão de Permuta, o imóvel era originariamente pertencente a **GUIDO MANTEGA** (75%) e PAULA MANTEGA (25%), sendo óbvio que, também por tal razão, **GUIDO MANTEGA** não poderia receber o valor total do imóvel, sendo, também por isso, absolutamente descabida a alegação de que tais valores teriam ligação com o negócio imobiliário.

Destaque-se que, conforme demonstrado acima, o valor recebido por **GUIDO MANTEGA** no exterior corresponde a quase três vezes o valor declarado do imóvel. A total dissonância dos valores recebidos por **GUIDO MANTEGA** com o valor da negociação realizada é mais do que evidente. A enorme desproporção dos valores recebidos por **GUIDO MANTEGA** no exterior se comparada com o valor do imóvel e a verificação de que a negociação imobiliária relatada se tratou efetivamente de permuta, com quitação da obrigação a partir da própria permuta deixam absolutamente claro ser de todo falaciosa a versão apresentada por **GUIDO MANTEGA**.

A escritura de dação em pagamento juntada no Evento 256-OUT6, dos autos 5035133-59.2016.404.7000, lavrada em 16/03/2007, atesta que a obrigação assumida entre **GUIDO MANTEGA** e SANDRIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES foi quitada com a dação em pagamento

²⁹ Cálculo realizado com base na cotação do dólar aferido na data em que realizada cada uma das transferências analisadas. Transferência de USD 650 mil, em 21/10/2005 (equivalente à época a R\$ 1.460.550,00) e transferência de USD 645.532,00, realizada em 08/01/2007 (equivalente a R\$ 1.384.500,00) - <https://www.oanda.com/lang/pt/currency/converter/>

narrada na certidão, não havendo em tal documento qualquer referência a valores a serem pagos além da dação dos imóveis em pagamento. Em tal documento, observa-se que a dação em pagamento a **GUIDO MANTEGA** foi feita com a quitação da dívida. Mais uma vez, os fatos certificados no documento demonstram que as alegações trazidas pela defesa não possuem qualquer fundamento fático ou probatório, destoando por completo da realidade dos fatos. Segundo se observa claramente, não havia qualquer saldo a ser recebido no exterior relativamente à negociação dos imóveis, muito menos envolvendo as altas quantias que foram efetivamente pagas.

Dados os fatos, observa-se que os valores mantidos no exterior de forma oculta podem constituir produto de crime.

Além disso, insta ainda pontuar que, além da conta bancária que foi objeto da DERCAT, há a outra conta acima mencionada, também mantida no exterior, e que continua sendo omitida por **GUIDO MANTEGA**, a indicar também possível relação dos valores com atos criminosos.

A obtenção de informações complementares junto as autoridades suíças poderá esclarecer se tais contas foram empregadas para o recebimento dos valores de corrupção tratados nestes autos, ou se se tratam de valores cuja origem é de outra ordem. No entanto, resta claro que tais contas e seus respectivos saldos não foram informados às autoridades tributárias brasileiras em época oportuna, nem há evidências de que possuem origem lícita.

III. DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESTRUTURADA EM DESFAVOR DA PETROBRAS

Reconhecida a existência de uma organização criminosa na administração pública federal, apurou-se que uma de suas principais ramificações deu-se no âmbito da estatal PETROBRAS, de onde foram drenados recursos ao longo do tempo para alimentar os caixas partidários. Conforme já reiteradamente exposto em diversas ações penais ajuizadas no âmbito da Operação Lava Jato, no período compreendido, pelo menos, entre 2004 e 2014, instalou-se no âmbito da PETROBRAS um grande **esquema criminoso** envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, tendo sido constatada, ainda, a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram as empresas OAS, **ODEBRECHT**, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA,

QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA. Esse esquema possibilitou que fosse fraudada a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela PETROBRAS entre os anos de 2006 e 2014, majorando ilegalmente os lucros das empresas em centenas de milhões de reais.

Para o perfeito funcionamento do esquema criminoso, uma das medidas tomadas pelas empresas cartelizadas foi a de cooptar, mediante corrupção, funcionários de alto escalão da PETROBRAS que, por suas posições funcionais na estatal, tinham poder suficiente para zelar pelos interesses das cartelizadas. Para tanto, encontraram um ambiente propício para as promessas escusas.

O esquema de corrupção tinha por intuito beneficiar não apenas os Diretores da PETROBRAS, mas também os partidos e agentes políticos responsáveis pela indicação e manutenção desses funcionários públicos nos cargos. Como os integrantes de partidos políticos definiam previamente com os funcionários públicos e, direta ou indiretamente, com as empreiteiras cartelizadas percentuais de propina que seria paga em razão dos contratos celebrados com a PETROBRAS, havia um quadro favorável ao oferecimento de vantagens indevidas aos empregados da Estatal indicados pelas agremiações partidárias. Esses acordos não excluía os ajustes que ocorreram diretamente entre as empresas e os próprios funcionários públicos.

Nessa toada, as empresas cartelizadas participantes do "CLUBE", já previamente ajustadas com partidos e agentes políticos, firmaram também com os funcionários da PETROBRAS, como RENATO DUQUE e PAULO ROBERTO COSTA, um compromisso com promessas mútuas ilícitas. Prometia-se o pagamento de propinas como contrapartida por atos favoráveis à existência e funcionamento do Cartel.

Assim, nesse período, por volta de 2004, o cenário estava bastante propício para o desenvolvimento de um grande esquema de corrupção. Se de um lado interessava aos grandes empreiteiros conluiados cooptar agentes públicos do alto escalão da PETROBRAS para otimizar o funcionamento do cartel, os recém-nomeados Diretores PAULO ROBERTO COSTA, RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO e NESTOR CERVERÓ estavam plenamente motivados em arrecadar recursos ilícitos para os agentes públicos do PT e do PP que os tinham alçado ao poder.

Iniciou-se, neste contexto, o sistemático oferecimento, promessa e pagamento de vantagens indevidas aos funcionários das Diretorias de Serviços, Abastecimento e Internacional da PETROBRAS, RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO, PAULO ROBERTO COSTA e NESTOR CERVERÓ (substituído, mais tarde, JORGE ZELADA), bem como aos agentes políticos que os apoiavam, os quais aceitavam e recebiam tais valores em troca de garantir que os intentos do grupo criminoso fossem atingidos na Estatal³⁰. Nessa fase, por vezes, agentes públicos e políticos (como, PAULO ROBERTO COSTA e, no âmbito do PP, JOSÉ JANENE), reuniam-se com as empresas contratadas para alinhar e cobrar os percentuais de propina que seria paga em razão dos contratos da PETROBRAS³¹.

Segundo revelado pelo próprio PEDRO BARUSCO – e comprovado em inúmeras ações penais já ajuizadas no bojo da Operação Lava Jato³² - o pagamento de propinas na Petrobras, durante o período em que ocupou a Gerência de Engenharia, “era algo endêmico, institucionalizado”, atingindo a grande maioria dos grandes contratos firmados pela Estatal. Também conforme já demonstrado no curso da Operação Lava Jato, nesses casos, pelo menos 50% da propina relativa aos contratos envolvendo a Diretoria de Serviços era destinada ao Partido dos Trabalhadores, uma vez que era tal partido quem dava sustentação ao então Diretor RENATO DUQUE.

No caso específico da Diretoria de Serviços, conforme revelado pelos colaboradores WALMIR PINHEIRO e RICARDO PESSOA, uma vez encerrada a licitação e revelado qual seria a empreiteira vencedora do certame, os executivos representantes da empresa vencedora eram também procurados diretamente por JOÃO VACCARI, o qual, já sabendo do resultado da licitação, solicitava, em nome de RENATO DUQUE e em benefício do Partido dos Trabalhadores, o pagamento no interesse do Partido dos Trabalhadores do percentual de propina já previamente pactuado dentro da “regra geral” de propina (50% do total de propina pactuada nos contratos firmados com a Diretoria de Serviços).

Estes valores ilícitos – tanto os pagos aos funcionários corrompidos quanto dos

30 Conforme consignado no Termo de Declarações nº 1 de AUGUSTO MENDONÇA “[...] QUE um pouco antes da participação direta do declarante no “CLUBE”, durante o ano de 2004, esclarecendo que antes disso, a SETAL CONSTRUÇÕES já participava, mas por intermédio do sócio GABRIEL ABOUCHAR, o “CLUBE” estabeleceu uma relação com o Diretor de Engenharia da PETROBRÁS, RENATO DUQUE (Fase 3), para que as empresas convidadas para cada certame fossem as indicadas pelo “CLUBE”, de maneira que o resultado pudesse ser mais efetivo [...]” (Autos n. 5073441-38.2014.404.7000, evento 1, TERMOTRASCDEP4 – **ANEXO 15**).

31 Autos n. 50833518920144047000, Evento 606, e Evento 654, TERMO1 – **ANEXOS 16 e 17**.

32 Cite-se, a título de exemplo: Ação Penal nº 5012331-04.2015.404.7000, Ação Penal nº5036528-23.2015.404.7000.

destinados ao Partido dos Trabalhadores – eram posteriormente submetidos a operações financeiras para ocultação de sua origem criminosa, sendo que, para que fosse conferida aparência de licitude aos recursos, os membros da organização criminosa faziam uso de contratos fraudulentos, doleiros, remessas de recursos no exterior para contas não declaradas em nome de offshores, entregas de valores em espécie, dentre outros métodos tradicionais de lavagem de ativos.

Conforme já exposto e comprovado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, verificou-se que, para além do esquema de corrupção acima narrado, a organização criminosa contava, ainda, com um outro estrato de atuação ilícita e de pagamento de vantagens espúrias ao Partido dos Trabalhadores: revelou-se que, pelo menos entre 2002 e 2015, como uma extensão do esquema criminoso já estruturado na PETROBRAS, estabeleceu-se um amplo e constante esquema de corrupção entre **ANTONIO PALOCCI** e os altos executivos da Odebrecht, em especial **MARCELO ODEBRECHT**, ALEXANDRINO ALENCAR, PEDRO NOVIS, destinado a assegurar o atendimento aos interesses do Grupo Odebrecht perante as decisões adotadas pela alta cúpula do Governo Federal, em troca do pagamento de propina solicitado por **ANTONIO PALOCCI** e destinado, de forma amplamente majoritária, ao Partido dos Trabalhadores.

Segundo demonstrado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, dentro deste esquema de corrupção, foi estabelecida uma parceria contínua entre **MARCELO ODEBRECHT** e alguns dos altos executivos do grupo empresarial e o ex-Ministro **ANTONIO PALOCCI**, de forma que, sempre que necessário aos interesses do grupo empresarial, **ANTONIO PALOCCI** era provocado por **MARCELO ODEBRECHT** ou por um de seus altos executivos a interferir nas altas decisões governamentais em defesa dos interesses da ODEBRECHT. Para que o contato com **ANTONIO PALOCCI** fosse estabelecido, era estabelecido contato e encaminhada documentação para seu assessor BRANISLAV KONTIC, o qual se responsabilizava por adotar todas as providências necessárias para operacionalizar os encontros e os repasses de informação entre **ANTONIO PALOCCI** e os executivos. Após solicitado pelos executivos, **ANTONIO PALOCCI** efetivamente interferia e influenciava as decisões adotadas por altas autoridades do Governo Federal, fazendo com que tais decisões fossem proferidas de acordo com os interesses do grupo empresarial. Como contrapartida, recebia vantagens indevidas pagas pelo Grupo Odebrecht, as quais revertiam em favor do **caixa geral** de propina do Partido dos Trabalhadores, também envolvendo operações financeiras destinadas à lavagem dos valores espúrios recebidos.

Em aprofundamento às investigações, verificou-se que, em data incerta, mas pelo menos a partir de 2009, o esquema criminoso passou a contar também com a participação do então Ministro da Fazenda **GUIDO MANTEGA**, o qual, de forma semelhante a **ANTONIO PALOCCI**, também estabeleceu uma forte relação ilícita com **MARCELO ODEBRECHT**, por meio da qual negociou altas somas de propina, equivalente a, pelo menos, R\$ 173 milhões, sendo que tais valores, assim como aqueles negociados e geridos ilícitamente por **ANTONIO PALOCCI**, eram também revertidos para o caixa geral de propina do Partido dos Trabalhadores e contabilizado internamente na Odebrecht em uma das abas da Planilha Italiano (denominada "Conta Pós Itália").

Destaca-se, aliás, que, conforme revelado por **MARCELO ODEBRECHT**, o ingresso de **GUIDO MANTEGA** ao esquema criminoso se deu por meio da atuação de **ANTONIO PALOCCI**, o qual atuou na aproximação entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA** e, além disso, acompanhou o desenvolvimento dos atos ilícitos que estavam sendo concretizados por **GUIDO MANTEGA**, em notória parceria criminosa estabelecida entre **MARCELO ODEBRECHT**, **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**.

IV. A ATUAÇÃO DE ANTONIO PALOCCI E DE GUIDO MANTEGA EM FAVOR DOS INTERESSES ECONÔMICOS DA ODEBRECHT E O SISTEMÁTICO PAGAMENTO DE VANTAGENS INDEVIDAS.

Conforme já referido acima, no período compreendido pelo menos entre 2002 e 2015, como uma extensão do esquema criminoso estruturado na PETROBRAS, estabeleceu-se um amplo e constante esquema de corrupção entre **ANTONIO PALOCCI** e os altos executivos da Odebrecht, em especial **MARCELO ODEBRECHT**, ALEXANDRINO ALENCAR, PEDRO NOVIS, destinado a assegurar o atendimento aos interesses do Grupo Odebrecht perante as decisões adotadas pela alta cúpula do Governo Federal, em troca do pagamento de propina solicitado por **ANTONIO PALOCCI** e destinado, de forma amplamente majoritária, ao Partido dos Trabalhadores.

Para dissimular a relação ilícita mantida entre os executivos da Odebrecht e **ANTONIO PALOCCI**, no intuito de ocultar ao máximo os rastros dos contatos realizados, estabeleceu-se que as comunicações, tanto para agendamento de reuniões, quanto para o encaminhamento de documentos, seriam realizados por intermédio do assessor de **ANTONIO PALOCCI**, BRANISLAV KONTIC.

Dentro do esquema pactuado, em troca do recebimento de vantagens indevidas pagas pela ODEBRECHT e vertidas em favor do Partido dos Trabalhadores, **ANTONIO PALOCCI** colocava-se à disposição de **MARCELO ODEBRECHT** e de seus mais altos executivos, para que, sempre que solicitado pelos altos executivos do Grupo Odebrecht, **ANTONIO PALOCCI** defendesse os interesses do grupo empresarial nas decisões adotadas pela alta administração federal. No período em que ocupou as funções de Ministro da Fazenda, Deputado Federal e Ministro da Casa Civil, **ANTONIO PALOCCI**, por diversas vezes, colocou seu cargo à disposição dos interesses da ODEBRECHT, utilizando suas funções públicas como forma de assegurar os lucros pretendidos pelo grupo empresarial nas mais diversas esferas da Administração Pública Federal, em troca obtendo vantagens para si, para o Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças. Tratava-se **ANTONIO PALOCCI** de um estrato qualificado e privilegiado de interlocução com a cúpula do Poder Executivo Federal.

Ao se valer da elevada influência e do amplo acesso às altas autoridades federais, **ANTONIO PALOCCI** estabeleceu um patamar superior de interlocução para o atendimento aos propósitos ilícitos da Odebrecht perante a Administração Pública Federal Direta e Indireta. Aliás, o caráter diferenciado da interferência de **ANTONIO PALOCCI** perante a alta administração federal é também refletida pelo próprio nome dado por **MARCELO ODEBRECHT** à contabilidade paralela vinculada a **ANTONIO PALOCCI**: "Programa Especial Italiano".

Segundo demonstraram os diversos e-mails apreendidos com **MARCELO ODEBRECHT** e com outros executivos do grupo, a interlocução ilícita estabelecida com **ANTONIO PALOCCI** se deu, seguramente, desde o período em que **ANTONIO PALOCCI** exercia o cargo de Ministro da Fazenda do Governo LULA. A relação e a atuação espúria em favor dos interesses do grupo empresarial se estenderam, de forma intensa e contínua, durante o período em que **ANTONIO PALOCCI** exerceu os cargos de Deputado Federal (2007-2011) e Ministro da Casa Civil do Governo Dilma (primeiro semestre de 2011). Mesmo quando deixou de ocupar formalmente cargos na Administração Federal, **ANTONIO PALOCCI**, atuando nos "bastidores do poder", permaneceu interferindo nas decisões do governo federal em favor dos interesses do Grupo Odebrecht, o que ocorreu, certamente, até meados de 2015. Da mesma forma, os pagamentos de vantagens indevidas também ocorreram de forma constante em tal período, conforme documentado na contabilidade paralela mantida pelo Grupo Odebrecht.

A respeito da saída formal de **ANTONIO PALOCCI** da mais alta estrutura do

Governo Federal, cumpre rememorar que a renúncia ao cargo de Ministro da Casa Civil, em meados do ano de 2011, ocorreu em razão de sucessivos escândalos políticos envolvendo **ANTONIO PALOCCI**. A saída formal de **ANTONIO PALOCCI**, neste contexto, ocorreu como forma de evitar desgaste à imagem do governo federal. Todavia, embora **ANTONIO PALOCCI** tenha deixado o cargo de Ministro da Casa Civil, a sua influência nas decisões econômicas da alta cúpula do Governo Federal e o seu papel de destaque na estrutura do Partido dos Trabalhadores permaneceram sendo notoriamente marcantes.

Nessa condição, **ANTONIO PALOCCI**, ainda quando formalmente não ocupava cargo ou função pública, tinha amplo acesso e influência sobre as discussões e decisões adotadas pela cúpula do Governo Federal, tanto no que se refere aos demais Ministros de Estado quanto aos ocupantes dos cargos de presidência e diretoria de autarquias e empresas estatais, pessoas estas sobre as quais **ANTONIO PALOCCI** possuía forte ascendência e influência.

Uma vez que a interlocução estabelecida entre **ANTONIO PALOCCI** e os altos executivos da ODEBRECHT era constante e que, de acordo com o pacto ilícito, **ANTONIO PALOCCI** se colocava à disposição do grupo empresarial para solucionar diversas questões de interesse da Odebrecht com o Governo Federal, estabeleceu-se entre **ANTONIO PALOCCI** e **MARCELO ODEBRECHT** uma espécie de “**conta corrente de propina**”, na qual os pagamentos se davam em razão da atuação ilícita de **ANTONIO PALOCCI** em favor do grupo Odebrecht, e os valores ilícitos pagos pelo grupo Odebrecht revertiam em favor do **caixa geral** de propina do Partido dos Trabalhadores, em destinações coordenadas e orientadas por **ANTONIO PALOCCI**.

Dentro desta sistemática, as ingerências de **ANTONIO PALOCCI** em favor do grupo ODEBRECHT geravam créditos espúrios registrados nesta “**conta corrente**”, os quais eram contabilizados internamente no Grupo Odebrecht a partir de uma planilha controlada por **MARCELO ODEBRECHT** e denominada de “Programa Posição Especial Italiano”. Conforme será melhor elucidado na sequência da presente peça, a denominação da planilha teve como objetivo dissimular a contabilidade paralela mantida com **ANTONIO PALOCCI**, utilizando-se o codinome “**ITALIANO**” como referência a **ANTONIO PALOCCI**.

Nesta espécie de “**conta corrente de propina**” – em que os valores revertiam majoritariamente em favor do Partido dos Trabalhadores – o repasse dos valores pactuados a título de propina ocorria mediante o pagamento, pelo grupo Odebrecht, de despesas feitas pelo Partido

dos Trabalhadores, sendo tais repasses orientados e coordenados por **ANTONIO PALOCCI**. A cada pagamento, o valor correspondente era debitado do valor total de crédito ilícito contabilizado na planilha³³.

Além disso, a partir aproximadamente do ano de 2009, ainda sem cessar o vínculo e os pagamentos espúrios a **ANTONIO PALOCCI**, **MARCELO ODEBRECHT** passou também a estabelecer uma relação ilícita com **GUIDO MANTEGA**. A partir desse momento, não apenas **ANTONIO PALOCCI**, mas também **GUIDO MANTEGA** prestava auxílio ilícito para atendimento aos interesses da Odebrecht perante a alta Administração Federal. Assim como **ANTONIO PALOCCI**, **GUIDO MANTEGA** também atuava em favor da Odebrecht mediante o acerto de vantagens indevidas pactuadas com **MARCELO ODEBRECHT**, as quais eram contabilizadas na mesma Planilha Italiano, mas detalhado em subconta denominada "Pós Itália", a fim de permitir que apenas **GUIDO MANTEGA** tivesse o controle sobre os valores ilícitos que eram por ele negociados com **MARCELO ODEBRECHT**.

No período em que exercia o cargo de Ministro da Fazenda nos governos LULA e DILMA e de Conselheiro da Petrobras, **GUIDO MANTEGA** fez uso de seu poder e de suas prerrogativas para favorecer indevidamente os interesses do Grupo Odebrecht. Assim como **ANTONIO PALOCCI**, **GUIDO MANTEGA** também se reuniu com **MARCELO ODEBRECHT** e foi por diversas vezes por ele acionado para resolver questões de interesse do grupo empresarial, em evidente desvirtuamento do interesse público que deveria defender na condição de Ministro de Estado. Segundo demonstraram os diversos e-mails apreendidos de **MARCELO ODEBRECHT**, a relação espúria e os encontros entre **GUIDO MANTEGA** e **MARCELO ODEBRECHT** se estenderam até 2015, tendo sido interrompido apenas em razão da prisão de **MARCELO ODEBRECHT**. Assim como os diversos contatos encontros, os pagamentos espúrios de propina relacionados a **GUIDO MANTEGA** (Subconta Pós Itália) também se estenderam, pelo menos, até 2015, conforme demonstrado por diversos e-mails trocados por **MARCELO ODEBRECHT** com outros executivos do grupo e pelas planilhas de controle de entrega de valores elaboradas pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

Tanto em relação aos acertos de propina realizados por **ANTONIO PALOCCI**

³³ Nesse sentido, aliás, ANTONIO PALOCCI já foi condenado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000 em razão de ter sido responsável por orientar o repasse de mais de USD 10 milhões aos publicitários MONICA MOURA e JOÃO SANTANA, para pagamento de despesas não contabilizadas de campanhas realizadas por tais publicitários ao Partido dos Trabalhadores. - **ANEXO 18**

quanto em relação aos realizados por **GUIDO MANTEGA**, uma vez ocorrido o acerto ilícito e a causa ensejadora do pagamento, os valores por eles pactuados com **MARCELO ODEBRECHT** a título de propina eram previamente contabilizados internamente pela Odebrecht na Planilha Italiano (Contas Itália e Pós Itália) como créditos (em razão do acerto de propina). Depois de contabilizado e assegurado o crédito ilícito, os efetivos repasses dos valores de propina ocorriam apenas no momento em que **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** determinavam a forma segundo a qual o crédito ilícito deveria ser entregue. Desta forma, embora tivessem origem em fatos ocorridos anteriormente, alguns dos pagamentos foram concretizados em período posterior.

A metodologia aplicada por **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** para recebimento dos valores espúrios revelava dupla utilidade: ao mesmo tempo em que assegurava o pagamento de dívidas não declaradas contraídas pelo Partido dos Trabalhadores, a execução parcelada dos valores e de forma dissimulada dificultava a identificação da origem espúria que ocasionou o pagamento.

Como já referido, a metodologia empregada no presente caso reproduziu a sistemática já implementada pelo Partido dos Trabalhadores em outros casos de corrupção já verificados no curso da Operação Lava Jato, em que interesses públicos e privados eram misturados no propósito de beneficiar de modo espúrio empresas privadas e agentes políticos, em uma ação manipuladora que lesava profundamente o erário.

ZWI SKORNICKI, representante do Grupo KEPPEL FELS, ao narrar o pagamento de propina ao Partido dos Trabalhadores em seu interrogatório nos autos nº5013405-59.2016.404.7000, reconheceu a existência e prestou esclarecimentos sobre a manutenção de uma espécie de conta corrente de propina com o Partido dos Trabalhadores - a qual era, no seu caso, gerida por JOÃO VACCARI. Ao detalhar a forma e o motivo pelo qual efetuou 9 transferências no exterior em favor de MONICA MOURA e JOÃO SANTANA, o colaborador ZWI SKORNICKI esclareceu que os valores utilizados diziam respeito a parte de um conjunto de acertos de propina feitos com PEDRO BARUSCO e destinados ao Partido dos Trabalhadores, sendo que tais valores - referentes a um conjunto de pactos de propina ocorridos em períodos bastante anteriores - eram contabilizados em uma espécie de conta corrente de propina gerida por JOÃO VACCARI no interesse do Partido, na qual o valor da propina destinada ao Partido dos Trabalhadores era paga aos poucos e debitada do saldo geral acumulado em relação aos diversos atos de corrupção

praticados em seu favor³⁴.

No caso dos presentes autos, dentro da estrutura da Odebrecht, era **MARCELO ODEBRECHT** quem determinava a contabilização de valores como créditos a serem geridos por **ANTONIO PALOCCI** e por **GUIDO MANTEGA**. Após a ordem expedida por **MARCELO ODEBRECHT**, a execução da entrega dos valores era coordenada e concretizada pelos funcionários do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, em especial por **HILBERTO SILVA** e **FERNANDO MIGLIACCIO**. Após efetuada a entrega dos valores de forma dissimulada, a quantia era atualizada na Planilha Italiano como forma de consolidar o saldo de propina ainda devido e controlar os pagamentos já pactuados.

Este procedimento de controle direto dos pagamentos ilícitos por **MARCELO ODEBRECHT** restou comprovado tanto pelo reiterado contato direto mantido por **MARCELO ODEBRECHT** com **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** (revelado em encontros presenciais, em e-mails trocados com executivos do grupo e e-mails e documentos remetidos a **ANTONIO PALOCCI** por intermédio de seu assessor BRANISLAV KONTIC) quanto pela identificação, em um dos celulares de **MARCELO ODEBRECHT**, de versão atualizada da Planilha Italiano. Além disso,

34 Interrogatório prestado por ZWI SKORNICKI nos autos 5013405-59.2016.404.7000 (**ANEXO 19**):

(...)

Juiz Federal: E como é que o senhor fez os repasses para o partido dos trabalhadores?

Interrogado: Primeiro foi feita uma conta corrente com o senhor Vaccari, que o Barusco me apresentou o senhor Vaccari e disse que ele seria a pessoa que faria a coordenação desses recebimentos da Keppel para ele.

Juiz Federal: Isso foi ainda no âmbito da P56?

Interrogado: Começou na 56. E não me lembro da 51 e 52 o Raul Schmidt comentar absolutamente nada sobre o partido.

Juiz Federal: E o senhor teve um encontro pessoal, direto, com o senhor Vaccari?

Interrogado: Algumas vezes. Ou no meu escritório ou no hotel onde ele ficava.

Juiz Federal: E como é que foi feita essa conta corrente, esse repasse?

Interrogado: Essa conta corrente foi feita e foi sendo pago a pessoas que ele ia indicando no exterior ou no Brasil.

Juiz Federal: No exterior ou no Brasil?

Interrogado: Nos dois.

Juiz Federal: Por exemplo, no exterior?

Interrogado: No exterior, posso relacionar os nomes todos ou... Uma das pessoas foi o senhor Cláudio Mente e a outra foi a senhora Mônica, esposa do senhor João Santana.

Juiz Federal: E no Brasil, como é que o senhor fazia, pagamentos a terceiros?

Interrogado: Fazia pagamentos a terceiros, uma delas é uma empresa chamada Zama.

Juiz Federal: Isso tudo era repassado pelo senhor João Vaccari?

Interrogado: Isso era tudo autorizado pelo senhor João Vaccari.

Juiz Federal: E como ele se comunicava com o senhor?

Interrogado: Houve a reunião presencial, sempre com reunião presencial.

verificou-se que as iniciais de **MARCELO ODEBRECHT** (MO) constavam no nome de um dos arquivos eletrônicos em que foi salva a planilha relativa ao “Programa Especial Italiano”, (“**POSICAO – ITALIANO310712MO.xls**”). Outrossim, em seu acordo de colaboração, **MARCELO ODEBRECHT** reconheceu seu envolvimento com os pagamentos de propina descritos na Planilha Italiano, tendo detalhado tais pagamentos, a exemplo daquele objeto da presente denúncia (acerto e pagamento de propina de R\$ 50 milhões a **GUIDO MANTEGA**).

Ademais, ainda a corroborar o envolvimento e controle de **MARCELO ODEBRECHT** sobre esses pagamentos, as diversas trocas de e-mails e encontros realizados evidenciaram que, como se tratava de um relacionamento estabelecido com pessoas de elevado status político – Ministro de Estado e Deputado Federal, a interlocução com **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** se davam, em certo paralelismo de relevância, com os mais elevados executivos do Grupo Odebrecht, principalmente o seu então Presidente **MARCELO ODEBRECHT**.

IV.1. As diversas tratativas executivos da Odebrecht e ANTONIO PALOCCI e GUIDO MANTEGA e a Planilha “Posição Programa Especial Italiano”.

Conforme já mencionado acima, a relação espúria mantida entre **ANTONIO PALOCCI** e os altos executivos do Grupo Odebrecht se deu, certamente entre os anos de 2002 e meados de 2015. Nesse período, conforme demonstrado por farta troca de e-mails, os executivos do Grupo Odebrecht solicitaram e obtiveram a interferência de **ANTONIO PALOCCI** perante as autoridades federais em assuntos de interesse da companhia, efetuando diversos pagamentos ilícitos como contrapartida da atuação de **ANTONIO PALOCCI**.

Segundo revelado pelas diversas mensagens eletrônicas, as pactuações realizadas entre os executivos e **ANTONIO PALOCCI** ocorriam tanto a partir de e-mails e documentos remetidos ao ex-Ministro por meio de seu assessor BRANISLAV KONTIC, quanto mediante conversas pessoais, ocorridas em encontros realizados em endereços privados de **ANTONIO PALOCCI** ou de **MARCELO ODEBRECHT**.

A fim de ilustrar a constante interlocução mantida entre os executivos do grupo

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Odebrecht e **ANTONIO PALOCCI**, assim como o fato de **ANTONIO PALOCCI** (referido pelo codinome italiano) ser sempre mencionado e efetivamente acionado nos casos em que havia algum óbice aparente aos pleitos da empresa, reproduzem-se os seguintes e-mails³⁵:

Assunto: RES:
De: Marcelo Odebrecht mbahia@odebrecht.com
Para: Pedro Novis pedro.novis@odebrecht.com;
CC: Darci Luz Nadeu darciluz@odebrecht.com;
Envio: 25/02/2007 11:56:45

Darci: Quando da confirmação avisar também a PN.

----- Mensagem original -----
De: Pedro Novis [mailto:pedro.novis@odebrecht.com]
Enviada em: Sunday, February 25, 2007 9:35 AM
Para: Marcelo Odebrecht
Assunto: Re:

Em princípio teria a atualização dos temas da BRK. Se possível, gostaria de estar presente. P.

----- Original Message -----
From: Marcelo Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Date: Friday, February 23, 2007 5:10 pm

- > Darci,
- > Marquei encontro com **Palocci** dia 2 (sexta) as 11:30 no Vila-Lobos
- > (ficaram de ligar para confirmar, mas a princípio está ok)
- >
- > Pedro,
- > O tema principal é aquele de Mameri. Você tem algo mais?
- >

Assunto: ENC: Encontros**De:** Darci Luz Nadeu darcluz@odebrecht.com**Para:** Ana Cristina Cardozo Fonseca anacris@odebrecht.com;**Envio:** 18/07/2007 08:22:18[Ícone](#)

Favor imprimir para Marcelo .

Leila

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht [<mailto:mbahia@odebrecht.com>]**Enviada em:** quarta-feira, 18 de julho de 2007 09:17**Para:** Darci Luz Nadeu**Assunto:** Fw: Encontros

Para ana imprimir

----- Original Message -----

From: Pedro Novis <pedro.novis@odebrecht.com>**To:** Marcelo Bahia Odebrecht**Sent:** Tue Jul 17 14:03:28 2007**Subject:** Encontros

Marcelo,

Para o caso de v. estar com o semin. e o ital. antes de nos falarmos:

- Em vez de se dedicar a formatar e soltar o leilão, T. fica com esta paranola de competitividade, por influência sabemos de quem, quando já se sabe que vai haver vários concorrentes.

- Chega ao ponto de mandar convocar os líderes das empresas nossas consorciadas para uma reunião. Para que? Por que não chama a nós, que somos os líderes do consórcio?

- EB estaria agindo a favor da CC. JD também (informações do redator do RR, que dá a nota de 6a. feira).

- Valor confirmou hoje que não informou possuir cópia do nosso acordo com F.. Por que ela criou aquela pressão? Talvez por medo do fato consumado, pois, no fundo, quer dar pra trás e tirar F.

Sugiro que, a par das informações, o tom com os dois seja de alertar para que alertem o chefe para ficar atento, pois T. está se perdendo. Cuidado para não ficar explícito que são queixas nossas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Res: Res: Re: Res: IPI
De: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=CMF
Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darcluz;
CC: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br;
Envio: 03/05/2009 15:39:08

Marcelo
Amanha sigo logo cedo para Salvador pois ha algumas semanas marquei com Gov JN para levar Roberto/ Bairro Novo. Retorno inicio da tarde.
Se quiser podemos nos falar antes das 9 h pois meu voo e 9:20 h ou assim que chegar em Salvador seguirei para esc e te ligo de la, por volta das 11:30 h.

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Alexandrino Alencar; Darci LUZ
Cc: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' ; Claudio Melo Filho
Enviada em: Sun May 03 09:00:15 2009
Assunto: Re: Res: Re: Res: IPI

Darci: ver novo tel Brani.
Marquei com ele a principio que o deputado passaria la no escritorio entre 11:30 e 12 horas amanha (2a).
Acompanhe com ele pela manha.
Marque com CMP e MF para nos falarmos antes

----- Original Message -----
From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Sat May 02 18:06:33 2009
Subject: Res: Re: Res: IPI

061 99949814

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Alexandrino Alencar
Enviada em: Sat May 02 09:00:25 2009
Assunto: Re: Res: IPI

Vc tem o celular novo de Brani. Ou o email?

----- Original Message -----
From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Sat May 02 08:53:15 2009
Subject: Res: IPI

Nao marquei nada.
Alias vou estar com o Dida do BB junto com Paulinho.
Caso vc marque com o italiano me avise

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Alexandrino Alencar
Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' ; 'bernardo.gradin@braskem.com.br'
Enviada em: Sat May 02 08:18:13 2009
Assunto: IPI

AA: Vc marcou alguma coisa com o italiano na 2a?
Se não, vou ligar para Brani hoje para tentar marcar.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Res: Reunião Min Guido

De: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=CMF
Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino;
CC: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' bernardo.gradin@braskem.com.br; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br; Newton Souza /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Newtonsouza; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;
Envio: 29/04/2009 16:33:21

Pedimos para o Brani iniciar o pedido, depois o Henrique da Cosan conversou com Sergio em nome dele e meu, pois ja o conhecia.

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar
Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' ; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' ; Newton Souza; Darci Luz
Enviada em: Wed Apr 29 14:26:29 2009
Assunto: Re: Reunião Min Guido

Quem falou com Sergio?
AA: importante vc se atualizar e previnir o seminario e o italiano antes de GM falar com o PR

From: Claudio Melo Filho
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' ; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC ; Newton Souza
Sent: Wed Apr 29 13:57:47 2009
Subject: Reunião Min Guido

Marcelo,
Recebemos o retorno do Assessor SÃ©rgio do Ministro que nos disse que somente hoje ele terÃ¡ reuniÃ£o com o Sr. Adams para tratar do tema (informaÃ§Ã£o que tambÃ©m nos foi transmitida pelo LÃ¡der do Governo no Senado), nos disse tambÃ©m que amanhÃ£ ele levarÃ¡ o tema ao Presidente, portanto pede que voltemos a procurÃ¡-lo na segunda para marcar a reuniÃ£o na terÃ§a.
Estarei no encaÃ§o e aviso a todos.

ClÃ¡udio

Assunto: RES: IPI

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO mauricio.ferro@braskem.com.br
Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz; Newton Souza /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Newtonsouza;
Envio: 30/03/2010 13:42:31

Recebi o recado que ele me retornaria ainda hoje

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]
Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 13:41
Para: Darci Luz; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Newton Souza
Assunto: ENC: IPI

Darci: confirme que Brani recebeu.

MF: alguma noticia (NM)?
NS: e vc (CVM)?
Uma vez que tenham algum fdbk ligo para GM

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 11:17
Para: Brani (kontchbrani@yahoo.com)
Cc: Claudio Melo Filho
Assunto: IPI

Brani,
Tudo bem?

Diga ao chefe que a unica maneira de evitar as idas e vindas e acabarmos perdendo o prazo para uso do PFiscal é realmente uma MP especifica. Pagariamos o saldo com PF durante a vigência da MP, e depois não importa as emendas, a MP poderia caducar.

Se formos continuar via emendas, vai ser esta batalha inglória, onde todos querem sempre enfiar algo que o governo não aceita.

Falei com GM, mas ele precisa reforçar pois como sempre tem gente querendo dificultar (na pratica estão querendo ganhar tempo para que usemos menos PF).

Se precisar me ligue (estou em SP) ou se possível ele pode se encontrar com Claudio (copiado) em BSB, que pode atualiza-lo.

Obrigado e abraços

Marcelo

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A leitura dos e-mails - reproduzidos apenas a título de exemplo, dentre os vários existentes - demonstra que **ANTONIO PALOCCI** era frequentemente acionado para viabilizar, perante as altas autoridades federais, o atendimento aos interesses econômicos do grupo Odebrecht. Além disso, a frequência e intensidade do contato é também evidenciada pelo fato de que a intermediação exercida por **ANTONIO PALOCCI** é conhecida e mencionada em e-mails por diversos executivos do alto escalão da Odebrecht, como, por exemplo, PEDRO NOVIS, ALEXANDRINO ALENCAR e **MAURICIO FERRO**.

A análise dos e-mails demonstra que as reuniões eram marcadas tanto a pedido dos executivos da Odebrecht quanto por solicitação do próprio **ANTONIO PALOCCI**, deixando evidente que as sucessivas reuniões realizadas tinham tanto a finalidade de atualização sobre o andamento dos pleitos da empresa (*feedback* por parte de **ANTONIO PALOCCI**) quanto a de acertar o pagamento de vantagens indevidas a **ANTONIO PALOCCI**, vantagens estas que alimentavam o caixa mantido em favor do Partido dos Trabalhadores.

A respeito das tratativas para pagamento de propina em favor de **ANTONIO PALOCCI** durante este período, relevante destacar exemplificativamente os seguintes e-mails³⁶:

<p>Assunto: Re: Res: De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA Para: 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; mauricio.ferro@braskem.com.br; CC: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf, Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz; Envio: 18/06/2009 19:47:52</p> <hr/> <p>Estou na Argentina. Melhor 2a pessoalmente antes de 11hs</p> <hr/> <p>From: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br> To: Marcelo Bahia Odebrecht Cc: Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar Sent: Thu Jun 18 15:39:08 2009 Subject: Res:</p> <p>Ok. Sugiro conference call amanha</p> <p>----- Mensagem original ----- De: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com> Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO Cc: Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>; Alexandrino Alencar <alexandrino@odebrecht.com> Enviada em: Thu Jun 18 15:28:06 2009 Assunto:</p> <p>Italiano pediu para estar comigo 2a as 11hs. Imagino que seja por termos acordado que antes da reta final nos alinhariamos qt a contrapartida. Preciso que me atualizem antes</p>
--

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Luiz Antonio Mameri
Enviada em: Thu Jun 17 21:57:20 2010
Assunto:

Amanha vou estar as 11hs com Italiano. Seria o caso dizer a ele que com os 700 que estao sinalizando dificilmente terao algo, e que se nos autorizassem EB poderia tentar conseguir 50 de rebate (com o par dele lah) para o objetivo de 1200? Com ele ficando de confirmar o acerto de EB no dia 23 com o par dele?

Assunto: RES: AP

De: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=DARCILUZ

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia;

Envio: 02/06/2010 10:29:48

Ok. Antecipado para às 07:45.

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quarta-feira, 2 de junho de 2010 10:27

Para: Darci Luz

Assunto: Re: AP

Anteipe Kiyoko para 7:45 por seguranca. Mas acho que da

From: Darci Luz

To: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Wed Jun 02 09:06:56 2010

Subject: AP

Brani pediu para agendarmos na segunda-feira, 07/06, às 09:30, aqui no Eldorado. O Sr. tem Kiyoko às 08:00. Dã tempo, ou melhor antecipar um pouco?

Cumpre ainda salientar que, conforme asseverado pelo próprio **ANTONIO PALOCCI**³⁷, a ODEBRECHT não firmou, em tempo algum, contrato de consultoria com **ANTONIO PALOCCI** ou com sua empresa PROJETO. Desta forma, não há qualquer razão minimamente lícita para que **ANTONIO PALOCCI** atuasse em favor dos interesses da ODEBRECHT e para que fossem realizadas as tratativas e acertos de contrapartidas efetivamente estabelecidas entre **ANTONIO PALOCCI** e os executivos do Grupo ODEBRECHT. Da mesma forma, se não havia qualquer relação comercial lícita, não há qualquer motivo regular para que fossem realizados tantos encontros e menos razão ainda para que fossem discutidos temas tão intimamente ligados às decisões da alta administração federal.

37 Ao ser ouvido perante a autoridade policial, ANTONIO PALOCCI declarou: (...)QUE o DECLARANTE nunca prestou consultorias para entidades ligadas direta ou contratantes com órgãos públicos, muito embora afirmar que isto não era vedado (...)QUE a própria ODEBRECHT nunca efetuou qualquer pagamento ou sequer contratou os serviços de consultoria do DECLARANTE antes e após ele ter deixado suas funções no Governo Federal(**ANEXO 21**)

Neste cenário, tendo em vista que a atuação ilícita de **ANTONIO PALOCCI** em favor dos interesses da Odebrecht se deu de forma reiterada e duradoura e que o ex-Parlamentar, durante o período de 2002 a 2015, se colocou efetivamente à disposição da empreiteira para solucionar as mais diversas questões de interesse da empresa, os valores de contrapartida ilícita contabilizados em favor de **ANTONIO PALOCCI** se acumularam e se avolumaram com o passar do tempo. Conforme os créditos ilícitos decorrentes da atuação ilícita de **ANTONIO PALOCCI** fossem sendo reconhecidos e gerados no âmbito da Odebrecht, **MARCELO ODEBRECHT** determinava que os valores fossem contabilizados internamente na Odebrecht, a fim de que fossem futuramente empregados para o pagamento de despesas do Partido dos Trabalhadores conforme orientação de **ANTONIO PALOCCI**, o gestor de tal conta paralela. Da mesma forma, conforme os valores fossem sendo entregues, o saldo era deduzido, atualizando-se a planilha.

De modo semelhante ao praticado em relação a **ANTONIO PALOCCI**, **GUIDO MANTEGA**, ao ingressar no esquema ilícito aproximadamente no ano de 2009, passou a ter seus valores de propina registrados na mesma planilha, mas em subconta diversa (subconta pós itália), de forma que fosse assegurado que os valores ilícitos negociados por **GUIDO MANTEGA** fossem apenas por ele geridos, sem que **ANTONIO PALOCCI** pudesse movimentar ou receber valores anotados em favor de **GUIDO MANTEGA**.

Como já referido, o fato de **GUIDO MANTEGA** ingressar no esquema ilícito e de receber o codinome "PÓS ITÁLIA" não significou que **ANTONIO PALOCCI** tenha deixado de atuar ilicitamente em favor dos interesses da ODEBRECHT. Ao contrário, especificamente no caso objeto de apuração nos presentes autos, **ANTONIO PALOCCI** atuou concomitantemente a **GUIDO MANTEGA** em benefício dos interesses da ODEBRECHT.

Nesse sentido, aliás, destaca-se a seguinte sequência de e-mails:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Re: IPI
De: branislav kotic <kontichbrani@yahoo.com>
Data: 30/03/2010 16:28
Para: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

Marcelo,

Ele vai tratar do assunto amanhã e ter retorna.

Um abraço,

Brani

--- On Tue, 3/30/10, Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com> wrote:

From: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Subject: IPI
To: "Brani (kontichbrani@yahoo.com)" <kontichbrani@yahoo.com>
Cc: "Claudio Melo Filho" <cmf@odebrecht.com>
Date: Tuesday, March 30, 2010, 7:17 PM

Brani,

Tudo bem?

Diga ao chefe que a unica maneira de evitar as idas e vindas e acabarmos perdendo o prazo para uso do PFiscal é realmente uma MP especifica. Pagariamos o saldo com PF durante a vigência da MP, e depois não importa as emendas, a MP poderia caducar.

Se formos continuar via emendas, vai ser esta batalha inglória, onde todos querem sempre enfiar algo que o governo não aceita.

Falei com GM, mas ele precisa reforçar pois como sempre tem gente querendo dificultar (na pratica estão querendo ganhar tempo para que usemos menos PF).

Se precisar me ligue (estou em SP) ou se possível ele pode se encontrar com Claudio (copiado) em BSB, que pode atualiza-lo.

Obrigado e abraços

Marcelo

De forma semelhante ao praticado por **ANTONIO PALOCCI, GUIDO MANTEGA** também manteve sua relação ilícita com **MARCELO ODEBRECHT** até, pelo menos, 2015, tendo sido por diversas vezes acionado por **MARCELO ODEBRECHT** para solucionar problemas de

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

interesse da Odebrecht perante a alta administração federal. Nesse sentido, destacam-se, a título exemplificativo, os seguintes e-mails:

Assunto: GM

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 02/03/2012 13:15

Para: Benedicto Barbosa da Silva Junior; Paulo Henyan Yue Cesena

Esta claro o apoio total que temos encima.

Ele vai ver tb como nos ajuda a vir algo mais redondo embaixo.
Vamos em frente!

Assunto: GM

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 02/03/2012 13:20

Para: Benedicto Barbosa da Silva Junior; Felipe Jens

Me perguntou sobre estadio SP. Disse que estava travado no BB (mas nao sabia detalhes). Ele queria chamar Dida na hora.
Pedi para ele convocar reuniao nossa, BB e BNDES pois eu nao estava capacitado agora.

Segundo se depreende facilmente dos e-mails acima colacionados, ambas mensagens possuem como título **GUIDO MANTEGA (GM)**, a revelar claramente que se tratam de assuntos discutidos com o então Ministro da Fazenda. Além disso, o teor das mensagens eletrônicas deixa absolutamente claro que **GUIDO MANTEGA** efetivamente se colocava à disposição de **MARCELO ODEBRECHT** e exercia sua influência em benefício dos interesses da Odebrecht ("*apoio total que temos encima*" - "*ele queria chamar Dida na hora*" - "*Pedi para ele convocar reuniao nossa, BB e BNDES pois eu não estava capacitado agora*").

Ainda, a fim de que não reste dúvidas sobre o caráter notoriamente ilícito dos valores registrados na Planilha Italiano (Contas Itália e Pós Itália), cumpre lembrar que, como já narrado na ação penal nº 5019727-95.2016.404.7000, o Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht funcionava exclusivamente para operacionalizar os pagamentos espúrios determinados pelos diversos executivos do Grupo, dentre os quais **MARCELO ODEBRECHT**. Neste contexto, o fato de a planilha ter sido apreendida em dispositivos eletrônicos e e-mails vinculados ao então gerente do Setor de Operações Estruturadas (**FERNANDO MIGLIACCIO**), deixou evidente que os valores registrados em tal planilha se tratavam realmente de pagamento de propina.

Além disso, tanto o nome dos titulares dos valores registrados na planilha (**ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**) quanto os nomes dos destinatários das entregas foram registrados sob a forma de codinomes, revelando claramente o propósito de ocultação da atividade ilícita.

Revela-se evidente, portanto, que a Planilha “Programa Posição Especial Italiano”, com suas subcontas ITALIA e PÓS ITÁLIA, se tratava efetivamente da contabilidade de pagamento de propina relacionada a **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** e vertida em favor do Partido dos Trabalhadores.

Por fim, no que toca à destinação dos valores de propina para pagamento de despesas em favor do Partido dos Trabalhadores (seguindo a metodologia tradicional do caixa geral), cabe destacar que, dentre os gastos registrados, vários foram realizados para o pagamento dos publicitários **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA**, os quais, conforme já amplamente exposto na ação penal nº 5019727-95.2016.404.7000³⁸, destinavam-se ao marketing eleitoral de diversos candidatos vinculados ao Partido dos Trabalhadores e eram referidos pela Odebrecht pelo codinome de “FEIRA”.

IV.2. ANTONIO PALOCCI identificado pelo codinome ITALIANO.

No curso das investigações restou demonstrado que o codinome **ITALIANO** era utilizado por executivos e funcionários do Setor de Operações Estruturadas da ODEBRECHT para se referirem ao denunciado **ANTONIO PALOCCI FILHO**. Apontam a vinculação do codinome **ITALIANO** à pessoa de **ANTONIO PALOCCI**, de maneira cabal, diversas anotações e diálogos entabulados por meio eletrônico entre **MARCELO ODEBRECHT**, funcionários e executivos da ODEBRECHT, desvelados no contexto das apurações da Operação Lava Jato.

Sobre a designação do codinome **ITALIANO** para nominar **ANTONIO PALOCCI**, o primeiro ponto a ser destacado é que o **ITALIANO** referido nas planilhas do Setor de Operações Estruturadas era mencionado em comunicações entre funcionários e executivos da ODEBRECHT como Deputado. A título de exemplo, invoca-se revelada mensagem eletrônica, enviada pela secretária LUCIANA APARECIDA FONSECA para **MARCELO ODEBRECHT**, com cópia para a também secretária de **MARCELO ODEBRECHT** DARCY LUZ, em setembro de 2009³⁹:

38 ANEXO 5

39 ANEXO 20

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Contatos

De: Luciana Aparecida Fonseca /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=LFONSECA

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia;

CC: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;

Envio: 03/09/2009 14:01:48

Dr. Marcelo,

Procurou pelo Sr.

- 13h50 – Deputado (Italiano)
- 14h00 – Dr. Claudio Mello – pediu para avisá-lo que precisa falar com urgência (61) 8117-8646

Luciana

Como se vê, a secretária informa a **MARCELO ODEBRECHT** sobre contato efetuado pelo **ITALIANO**, com associação direta e inequívoca ao cargo por ele ocupado à época.

Note-se, por oportuno, que, no período de 2007 a 2011, abrangente, portanto, da data da comunicação acima copiada, **ANTONIO PALOCCI** exerceu mandato de Deputado Federal.

O segundo ponto a ser anotado consiste no papel de BRANISLAV KONTIC, assessor direto de **ANTONIO PALOCCI** e funcionário em sua empresa de consultoria, o qual aparece sucessiva e reiteradamente como referência para agendamento de reuniões e contato dos altos administradores do grupo ODEBRECHT com **ANTONIO PALOCCI**. De igual modo, constataram-se, no material apurado, diversas ocorrências de menção à "**BRANI**" como pessoa responsável por tratativas de reuniões e contatos com o **ITALIANO**.

Assim, por exemplo, na mensagem abaixo, **MARCELO ODEBRECHT** refere-se a BRANI como a pessoa a ser consultada para que fosse definido o horário em que poderia "*encontrar amanhã com Palocci*".⁴⁰

Assunto: [Sem Assunto]

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA

Para: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;

CC: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf;

'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br;

Envio: 13/08/2009 19:37:15

Veja com Brani que horas posso me encontrar amanha com o Palocci (qq horario - eh prioridade)

No mesmo sentido aponta a seguinte sequência de mensagens, em que se vê **MARCELO ODEBRECHT** tratando diretamente com BRANISLAV KONTIC sobre antecipação de horário de reunião com **ANTONIO PALOCCI**.⁴¹

40 ANEXO 20

41 ANEXO 20

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Fw:**De:** Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA**Para:** Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;**Envio:** 04/10/2009 14:12:27

Se não puder antecipar Michel, coloque para outro dia

From: Marcelo Bahia Odebrecht**To:** 'kontichbrani@yahoo.com' <kontichbrani@yahoo.com>**Sent:** Sun Oct 04 13:11:30 2009**Subject:** Re:

Otimo. 18hs estou la

From: branslav kotic <kontichbrani@yahoo.com>**To:** Marcelo Bahia Odebrecht**Sent:** Sun Oct 04 12:09:43 2009**Subject:** Re:

Marcelo,

Vamos antecipar o horário para às 18:00 na Lorena. Pode ser para você? O almoço não vai dar certo.

Um abraço,

Brani

--- On **Sun, 10/4/09, Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>** wrote:

From: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

Subject: Re:

To: "'kontichbrani@yahoo.com'" <kontichbrani@yahoo.com>

Cc: "Darci Luz" <darciluz@odebrecht.com>

Date: Sunday, October 4, 2009, 5:44 AM

Almoco seria otimo. No seu ou no meu, a seu criterio.

Caso não ele não possa almoçar estou as 18:30 no escritorio de voces

Abs

From: branslav kotic <kontichbrani@yahoo.com>**To:** Marcelo Bahia Odebrecht**Sent:** Sat Oct 03 19:35:05 2009**Subject:** Re:

Marcelo,

Uma possibilidade seria você chegar às 18:30. Acho que daria certo.

A outra seria vocês almoçarem juntos no seu escritório ou no nosso, mas precisaria ver se ele pode e se para você dá.

Segunda cedo falo com a Darcy.

Um abraço,

Brani

--- On **Sun, 10/4/09, Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>** wrote:

From: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

Subject:

To: "Brani (kontichbrani@yahoo.com)" <kontichbrani@yahoo.com>

Cc: "Darci Luz" <darciluz@odebrecht.com>

Date: Sunday, October 4, 2009, 3:17 AM

Brani,

Qualquer meia-hora que puder antecipar meu encontro de 2ª (19hs) vai me ajudar muito, pois estou recebendo um pessoal para jantar as 20hs no Morumbi.

Tenho Tb flexibilidade durante o dia se conveniente.

Abs

Marcelo

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ainda sobre esse ponto, vale a transcrição da mensagem eletrônica a seguir, em que DARCI LUZ atualiza **MARCELO ODEBRECHT** sobre agendamento de reunião com **ANTONIO PALOCCI**, informando que: *"Brani pediu para agendarmos na segunda-feira, 07/06 (...)"*⁴².

Assunto: RES: AP

De: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=DARCILUZ

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia;

Envio: 02/06/2010 10:29:48

Ok. Antecipado para às 07:45.

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quarta-feira, 2 de junho de 2010 10:27

Para: Darci Luz

Assunto: Re: AP

Anteipe Kiyoko para 7:45 por segurança. Mas acho que da

From: Darci Luz

To: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Wed Jun 02 09:06:56 2010

Subject: AP

Brani pediu para agendarmos na segunda-feira, 07/06, às 09:30, aqui no Eldorado. O Sr. tem Kiyoko às 08:00. Dãj tempo, ou melhor antecipar um pouco?

Conforme consignado no Relatório de Polícia Judiciária 124/2016, os registros encontrados no celular de **MARCELO BAHIA ODEBRECHT** demonstram que a reunião dele com **ANTONIO PALOCCI** (AP) de fato ocorreu na ODEBRECHT, na data combinada com BRANISLAV KONTIC (07/06/2010)⁴³:

882 3	Hora de início: 07/06/2010 22:00:00(UTC+0) Hora final: 07/06/2010 22:30:00(UTC+0)	Assunto: AP Assistentes: Localização: Eldorado Detalhes:	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:	
----------	--	---	--	--

Diversas outras mensagens atestam que BRANISLAV KONTIC era o principal canal de acesso de **MARCELO ODEBRECHT** a **ANTONIO PALOCCI**. Exemplo é o e-mail abaixo, por meio do qual **MARCELO ODEBRECHT** encaminha, por intermédio de BRANI, mensagem destinada ao "Chefe" desse, **ANTONIO PALOCCI**.

42 ANEXO 20

43 ANEXO 20

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: ENC:

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA

Para: Brani (kontichbrani@yahoo.com) kontichbrani@yahoo.com;

CC: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;

Envio: 02/09/2009 18:44:49

Brani,

Favor encaminhar para o Chefe

Abraços

Marcelo

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quarta-feira, 2 de setembro de 2009 18:42

Para: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'

Assunto:

Coloquei em negrito os mais importantes

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 2 de setembro de 2009 16:57

Para: Claudio Melo Filho; MAURICIO DANTAS BEZERRA; Marcelo Bahia Odebrecht

Assunto:

Claudio,

Segue algumas informações para serem usadas por você, onde e como convier:

Por que possibilitar o uso dos Prejuízos Fiscais até 31.12.2009

Prejuízo fiscal é um ativo contra o mesmo credor do Refis;

Estamos estendendo somente 1 ano de apuração;

Não dá pra ser no meio do ano, pois nenhuma empresa fecha declaração trimestral;

Este ano a expectativa das empresas é dar lucro, em função da variação cambial, portanto, esta extensão não deverá impactar substancialmente o Refis;

Já abrimos mão do uso de Prejuízo fiscal de terceiros;

Ninguém sai prejudicado, pois a empresa que esgotar o Prejuízo fiscal no Refis, passará a pagar mais IR no ano que vem;

Para as poucas empresas que terão Prejuízo fiscal este ano e portanto teriam um fôlego maior, isso ajuda adesão na modelagem de pagamento de prazo mais curto.

A Lei do Refis da Crise não estabeleceu data de corte. Isso foi feito pela norma interna da Receita Federal, o que não é justo.

Nessa linha também são os e-mails a seguir, que evidenciam a intermediação de

BRANI para assuntos de **MARCELO ODEBRECHT** e **ANTONIO PALOCCI**⁴⁴:

Assunto: Fw:

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA

Para: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz; Claudio Melo Filho

/O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'

mauricio.ferro@braskem.com.br;

Envio: 15/09/2009 10:59:37

Conhecer

From: branislav kontic <kontichbrani@yahoo.com>

To: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Tue Sep 15 09:28:37 2009

Subject: Re:

Marcelo,

Ele conversará com ele pessoalmente amanhã à noite. Depois disso deverá saber a data. Escewwo assim que souber.

Um abraço,

Brani

--- On **Tue, 9/15/09, Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>** wrote:

From: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

Subject:

To: "'kontichbrani@yahoo.com'" <kontichbrani@yahoo.com>

Cc: "Darci Luz" <darciluz@odebrecht.com>

Date: Tuesday, September 15, 2009, 5:43 PM

Brani,

Tudo bem?

Estou fora esta semana (volto 5a a noite).

Sabe se o chefe conseguiu marcar com GM esta 6a ou inicio da semana que vem?

Abs

Marcelo

Assunto: RES: IPI

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO mauricio.ferro@braskem.com.br

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz; Newton Souza /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Newtonsouza;

Envio: 30/03/2010 13:42:31

Recebi o recado que ele me retornaria ainda hoje

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]

Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 13:41

Para: Darci Luz; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Newton Souza

Assunto: ENC: IPI

Darci: confirme que Brani recebeu.

MF: alguma noticia (NM)?

NS: e vc (CVM)?

Uma vez que tenham algum fdbk ligo para GM

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 11:17

Para: Brani (kontichbrani@yahoo.com)

Cc: Claudio Melo Filho

Assunto: IPI

Brani,

Tudo bem?

Diga ao chefe que a unica maneira de evitar as idas e vindas e acabarmos perdendo o prazo para uso do PFiscal é realmente uma MP especifica. Pagariamos o saldo com PF durante a vigência da MP, e depois não importa as emendas, a MP poderia caducar.

Se formos continuar via emendas, vai ser esta batalha inglória, onde todos querem sempre enfiar algo que o governo não aceita.

Falei com GM, mas ele precisa reforçar pois como sempre tem gente querendo dificultar (na pratica estão querendo ganhar tempo para que usemos menos PF).

Se precisar me ligue (estou em SP) ou se possível ele pode se encontrar com Claudio (copiado) em BSB, que pode atualiza-lo.

Obrigado e abraços

Marcelo

Como se vê do farto material colhido, BRANISLAV KONTIC, detentor de estreito vínculo com **ANTONIO PALOCCI**, fazia a intermediação do contato entre os executivos da ODEBRECHT e o seu "chefe". E dessa mesma exata maneira, nas situações envolvendo o codinome **ITALIANO**, era o próprio BRANI quem figurava como ponte, agendando encontros, reuniões e intermediando, em geral, o contato para atendimento aos intentos de **MARCELO ODEBRECHT**.

Sobre o papel de BRANI nos casos em que mencionado o codinome **ITALIANO**, veja-se o e-mail abaixo, relacionado ao intento dos executivos da ODEBRECHT de aprovação de medidas do Governo relativas a questão do IPI Zero, em que, ao comentário de **MARCELO ODEBRECHT** sobre a necessidade de "prevenir" (sic) o **ITALIANO**, o executivo CLAUDIO MELO FILHO responde: "Pedimos para o Brani iniciar o pedido (...)"⁴⁵:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Res: Reunião Min Guido

De: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=CMF
Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino;
CC: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' bernardo.gradin@braskem.com.br; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br; Newton Souza /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Newtonsouza; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;
Envio: 29/04/2009 16:33:21

Pedimos para o Brani iniciar o pedido, depois o Henrique da Cosan conversou com Sergio em nome dele e meu, pois ja o conhecia.

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar
Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' ; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' ; Newton Souza; Darci Luz
Enviada em: Wed Apr 29 14:26:29 2009
Assunto: Re: Reunião Min Guido

Quem falou com Sergio?
AA: importante vc se atualizar e previnir o seminário e o italiano antes de GM falar com o PR

From: Claudio Melo Filho
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' ; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC ; Newton Souza
Sent: Wed Apr 29 13:57:47 2009
Subject: Reunião Min Guido

Marcelo,
Recebemos o retorno do Assessor Sérgio do Ministro que nos disse que somente hoje ele terá reunião com o Sr. Adams para tratar do tema (informação que também nos foi transmitida pelo Líder do Governo no Senado), nos disse também que amanhã ele levará o tema ao Presidente, portanto pede que voltemos a procurá-lo na segunda para marcar a reunião na terça.
Estarei no encalço e aviso a todos.

Claudio

Assim também, em outra mensagem eletrônica, reproduzida a seguir, observa-se a menção à atuação de BRANI no papel acima descrito, de contato para a marcação de reuniões com a pessoa de codinome **ITALIANO**. No texto revelado, **MARCELO ODEBRECHT** indaga ao executivo ALEXANDRINO ALENCAR “se marcou alguma coisa com o italiano”, e aduz “Se não, vou ligar para Brani hoje para tentar marcar”. Na sequência da conversa, após pedir o telefone atualizado de BRANISLAV, **MARCELO ODEBRECHT** informa aos interlocutores que havia marcado com BRANI, e que “o deputado” passaria em seu escritório.⁴⁶

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Res: Res: Re: Res: IPI

De: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=CMF

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;

CC: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br;

Envio: 03/05/2009 15:39:08

Marcelo

Amanha sigo logo cedo para Salvador pois ha algumas semanas marquei com Gov JW para levar Roberto/ Bairro Novo. Retorno inicio da tarde.

Se quiser podemos nos falar antes das 9 h pois meu voo e 9:20 h ou assim que chegar em Salvador seguirei para esc e te ligo de la, por volta das 11:30 h.

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Para: Alexandrino Alencar; Darci Luz

Cc: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' ; Claudio Melo Filho

Enviada em: Sun May 03 09:00:15 2009

Assunto: Re: Res: Re: Res: IPI

Darci: ver novo tel Brani.

Marquei com ele a principio que o deputado passaria la no escritorio entre 11:30 e 12 horas amanha (2a).

Acompanhe com ele pela manha.

Marque com CMF e MF para nos falarmos antes

----- Original Message -----

From: Alexandrino Alencar

To: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Sat May 02 18:06:33 2009

Subject: Res: Re: Res: IPI

061 99949814

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Para: Alexandrino Alencar

Enviada em: Sat May 02 09:00:25 2009

Assunto: Re: Res: IPI

Vc tem o celular novo de Brani. Ou o email?

----- Original Message -----

From: Alexandrino Alencar

To: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Sat May 02 08:53:15 2009

Subject: Res: IPI

Nao marquei nada.

Alias vou estar com o Dida do BB junto com Paulinho.

Caso vc marque com o italiano me avise

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Para: Alexandrino Alencar

Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' ; 'bernardo.gradin@braskem.com.br'

Enviada em: Sat May 02 08:18:13 2009

Assunto: IPI

AA: Vc marcou alguma coisa com o italiano na 2a?

Se não, vou ligar para Brani hoje para tentar marcar.

Os moldes de atuação de BRANISLAV KONTIC em favor do **ITALIANO** demonstram de maneira inequívoca que tal codinome se referia ao seu "chefe", **ANTONIO PALOCCI**. Mas, somando-se aos e-mails anteriores, a atribuição do codinome **ITALIANO** a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ANTONIO PALOCCI torna-se inquestionável a partir da leitura da emblemática situação a seguir, lastreada em duas seqüências de e-mail envolvendo o presidente da *holding* ODEBRECHT, outros executivos e funcionários do grupo e o assessor/sócio de **ANTONIO PALOCCI**, BRANISLAV KONTIC.

Na primeira seqüência, entabulada na quarta-feira, dia 16/06/2010, **MARCELO ODEBRECHT** trata, em conversa direta com BRANISLAV KONTIC, de uma reunião com o “*chefe*” **ANTÔNIO PALOCCI**. Consoante a leitura dos e-mails, **MARCELO ODEBRECHT** e BRANISLAV KONTIC acertam o encontro para a próxima sexta-feira, dia 18/06/2010⁴⁷.

Assunto: RES:
De: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=DARCILUZ
Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia;
Envio: 16/06/2010 13:13:45

Marcelo,

Ele pode ir às 10:30. Passei Dr. PN/BJ/CAP, para ir às 11:30. Tudo bem?
Este almoço com Cris, que o Sr. colocou na agenda, será onde?

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 16 de junho de 2010 10:50
Para: 'kontichbrani@yahoo.com'; Darci Luz
Assunto: Re:

Por favor,
Vou pedir para Darci combinar com vc

From: branslav kontic <kontichbrani@yahoo.com>
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Wed Jun 16 06:40:40 2010
Subject: Re:

Sexta com certeza. Marcamos?

--- On Wed, 6/16/10, Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com> wrote:

From: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Subject:
To: "kontichbrani@yahoo.com" <kontichbrani@yahoo.com>
Date: Wednesday, June 16, 2010, 5:12 AM

Brani.
O Chefe vai estar em SP na 6a ou 2a?

Na segunda seqüência de mensagens, **MARCELO ODEBRECHT** menciona a outros executivos do grupo a reunião marcada, por intermédio de BRANI, com **ANTONIO PALOCCI**, para o dia 18/06/2010, nos seguintes termos: “*Amanha vou estar as 11hs com Italiano*”. Em resposta, LUIZ ANTONIO MAMERI e ERNESTO SA VIEIRA BAIARDI declinam sugestões para o encontro, adotando, da mesma forma, o codinome **ITALIANO**, ou a forma abreviada **ITA**, para se referir ao então deputado federal.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Re: RES: Res:

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Ernesto Sa Vieira Baiardi /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Ernestob;
Luiz Antonio Mameri /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mameri; Jicelia Sampaio
Andrade Silva /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Jicelia;
CC: Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;
Envio: 20/06/2010 18:38:40

Jicelia,

Deixe meu pai avisado porque tendo este encontro privado, nao tem como ele nao estar.

----- Original Message -----

From: Ernesto Sa Vieira Baiardi
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Luiz Antonio Mameri
Sent: Sun Jun 20 17:28:22 2010
Subject: Re: RES: Res:

Esta quase confirmado o encontro privado com JES na terca a tarde.

----- Mensaje original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Ernesto Sa Vieira Baiardi; Luiz Antonio Mameri
Enviado: Sun Jun 20 11:58:02 2010
Asunto: RES: Res:

O desafio é que se eu for no GM, M vai ficar puto. Com M já não consigo mais argumentar (só consegui subir de 600 para 750 e fazer com que ele deixasse a abertura de retomar em outubro).
Ir no PB é complicado por causa do rebate não confirmado...Ele vai me cobrar e não sei o que dizer mais.
Sugestão: peça para Feijó recorrer ao PB. Se der tempo me avise antes que deixo o PB melhor capacitado.

-----Mensagem original-----

De: Ernesto Sa Vieira Baiardi
Enviada em: domingo, 20 de junho de 2010 07:07
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Luiz Antonio Mameri
Assunto: Re: Res:

Feijo me pediu apoio para fechar no minimo USD 1BI. Me disse tb que a opercao do CS eles nao vao aceitar por agora.

----- Mensaje original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Ernesto Sa Vieira Baiardi; Luiz Antonio Mameri
Enviado: Fri Jun 18 08:15:19 2010
Asunto: Re: Res:

Meu receio eh nao soh fechar menos do que podia, como outros acertarem (pecuarista inclusive).
Ok. Vou avisar a Italiano que se querem algo, eles precisam agir!

----- Original Message -----

From: Ernesto Sa Vieira Baiardi
To: Luiz Antonio Mameri; Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Fri Jun 18 07:51:05 2010
Subject: Re: Res:

Concordo com Mameri. A Exposicao para operacionalizar isso seria enorme. Melhor nao tocarmos nesse assunto.

----- Mensaje original -----

De: Luiz Antonio Mameri
Para: Marcelo Bahia Odebrecht
CC: Ernesto Sa Vieira Baiardi
Enviado: Fri Jun 18 07:00:15 2010
Asunto: Res:

Acho arriscado EB ter um desgaste lah nessa tentativa. Hoje nem existe interlocutor que conheca o acordo passado e que possa dar continuidade levando o assunto ao Chefe de lah.
Ademais, o ambiente de lah estah muito sensivel para esse tipo de dialogo.
Seria muito arriscado.
PB tampouco nunca viajou.
Joga contra tb o prazo.
Isso tem que ser fechado ateh segunda. Terca a noite chega o Chefe.
O que vc pode fazer eh incentivar o Ita a entrar no assunto, confiando que depois ele restabeleca os contatos para recuperar algo. Afinal houve um acordo passado.
E no que se estah fechando a chance dele recuperar algo eh zero.

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Luiz Antonio Mameri
Enviada em: Thu Jun 17 21:57:20 2010
Assunto:

Amanha vou estar as 11hs com Italiano. Seria o caso dizer a ele que com os 700 que estao sinalizando dificilmente terao algo, e que se nos autorizassem EB poderia tentar conseguir 50 de rebate (com o par dele lah) para o objetivo de 1200? Com ele ficando de confirmar o acerto de EB no dia 23 com o par dele?

O teor da comunicação acima retrata o uso expresso e inequívoco do codinome **ITALIANO** com referência a reunião marcada por **MARCELO ODEBRECHT** com **ANTONIO**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PALOCCI, por intermédio de contato com **BRANI**, que, como constatado em inúmeras outras mensagens, funcionava com acesso tanto para contatos em que se mencionava o nome de **ANTONIO PALOCCI**, quanto aos que se referiam ao codinome **ITALIANO**.

Ratifica ainda essa conclusão evidente, registro de agenda extraído do celular de **MARCELO ODEBRECHT**, por meio do qual se observa que a reunião com o **ITALIANO** de fato ocorreu na data mencionada nos e-mails acima expostos (18/06/2010), com **ANTONIO PALOCCI** (AP).

877 2	Hora de início: 18/06/2010 14:30:00(UTC+0) Hora final: 18/06/2010 15:30:00(UTC+0)	Assunto: AP Assistentes: Localização: Eldorado Detalhes:	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	---	--

Nessa linha de constatação, vale ainda mencionar a sequência de e-mails trocados entre os executivos da ODEBRECHT, em que esses, da mesma forma, expõem o codinome **ITALIANO** com expressa menção à pessoa por ele designada: **ANTONIO PALOCCI**⁴⁸.

Assunto: Re: RES: RES: Palocci acaba de ligar. Dá para falar?

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino;
CC: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;
Envio: 19/08/2009 12:12:44

Qd serÁj esta reuniao do PR com GM?

From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>; Darci Luz
Sent: Wed Aug 19 11:09:21 2009
Subject: RES: RES: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Veto integral sim

Sim o do S

Agora Á© agendar a reuniÃ£o de sexta-feira.

Acho que ele terÁj influencia pois serÁj o alter ego tÃ©cnico do PR, que o chamou para estar junto quando da reuniÃ£o com o GM.



De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 19 de agosto de 2009 12:05
Para: Alexandrino Alencar
Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; Darci Luz
Assunto: Re: RES: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Vetar integral?

O negocio dele no S por conta do sigilo?

Entendo que não preciso mais retornar para ele, ok?
Veja com Darci para marcar reunião na 6ª sem falta.
De todo modo acho que LC foi mais importante. O resto vamos ter que decidir direto com GM e ele terá pouca influência.
A agenda mais importante com ele é a missão de ganharmos no S nossa causa do Zero.

From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Darci Luz
Cc: Claudio Melo Filho
Sent: Wed Aug 19 10:59:44 2009
Subject: RES: Palocci acaba de ligar. Dã para falar?

Falei. Disse que foi positivo no conceitual (ficou com uma boa impressão do posicionamento do interlocutor), vai ter que vetar, e que na parte técnica ia falar com o GM, e que o Itália estará junto nessa discussão. O Itália só estará em SP na sexta-feira, e vai abrir um espaço para encontrar o MO. O negócio dele confirma para o dia 27/08.



De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 19 de agosto de 2009 11:43
Para: Darci Luz
Cc: Alexandrino Alencar; Claudio Melo Filho
Assunto: Re: Palocci acaba de ligar. Dã para falar?

Não consigo. Peça para Alex ligar e tentar marcar pessoalmente com ele.

From: Darci Luz
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Wed Aug 19 10:41:23 2009
Subject: Palocci acaba de ligar. Dã para falar?

Nos termos expostos, diante da constatação de que **i) BRANISLAC KONTIC**, pessoa de vínculo muito próximo (assessor e sócio) a **ANTONIO PALOCCI**, era também o contato em relação a **ITALIANO**; **ii) os assuntos de interesse do grupo ODEBRECHT** tratados nos e-mails com menção a um e outro eram também comuns; **iii) as referências a reuniões com o ITALIANO** redundavam invariavelmente em reuniões com **ANTONIO PALOCCI**; **iv) há referência contextual no material supracitado ao ITALIANO e a ANTONIO PALOCCI** como sendo a mesma pessoa; resta comprovada a utilização, pelos funcionários e executivos da ODEBRECHT, do codinome **ITALIANO** para se referirem a **ANTONIO PALOCCI**.

IV.3. GUIDO MANTEGA identificado pelo codinome PÓS ITÁLIA

Segundo já referido acima, dentro da relação ilícita estabelecida com **MARCELO ODEBRECHT**, **GUIDO MANTEGA** recebeu internamente na Odebrecht o codinome "Pós Itália". al codinome foi atribuído a **GUIDO MANTEGA** por duas principais razões: pelo fato de possuir cidadania italiana (**GUIDO MANTEGA** é nascido na Itália) e

pelo fato de sucedido **ANTONIO PALOCCI** no Ministro da Fazenda e de também ter ingressado no esquema ilícito após o "ITALIANO", ou seja, após **ANTONIO PALOCCI**.

Além disso, a corroborar que **GUIDO MANTEGA** possuía o codinome de "Pós Itália", destaca-se o seguinte e-mail trocado entre **MARCELO ODEBRECHT** e outros executivos do grupo. Em tal e-mail, observa-se que, ao **BENEDICTO JUNIOR** fazer referência ao "amigo italiano" de **MARCELO ODEBRECHT**, **MARCELO ODEBRECHT** responde o e-mail indagando a qual dos "italianos" **BENEDICTO JUNIOR** estava se referindo: Italiano (Palocci) ou GM:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Re: RES: MME: Construtoras em B. Monte, Eletropaulo, Cteep, Chesf, Previ, OHL, Multiplan

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 13/05/2010 20:07

Para: Benedicto Barbosa da Silva Junior; Paul Elie Altit; Paulo Henyan Yue Cesena

Italiano ou GM?

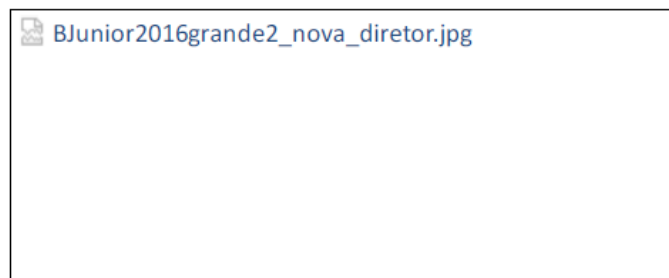
From: Benedicto Barbosa da Silva Junior

To: Paul Elie Altit; Marcelo Bahia Odebrecht; Paulo Henyan Yue Cesena

Sent: Thu May 13 19:05:48 2010

Subject: RES: MME: Construtoras em B. Monte, Eletropaulo, Cteep, Chesf, Previ, OHL, Multiplan

ELE É O CANDIDATO DO SEU AMIGO ITALIANO.....VC TA COM TUDO.....



De: Paul Elie Altit

Enviada em: quinta-feira, 13 de maio de 2010 19:42

Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Paulo Henyan Yue Cesena; Benedicto Barbosa da Silva Junior

Assunto: Res: Fw: MME: Construtoras em B. Monte, Eletropaulo, Cteep, Chesf, Previ, OHL, Multiplan

Paulo,

Se precisar me avise que posso tentar checar a "origem".

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Para: Paulo Henyan Yue Cesena; Benedicto Barbosa da Silva Junior

Cc: Paul Elie Altit

Enviada em: Thu May 13 18:04:46 2010

Assunto: Fw: MME: Construtoras em B. Monte, Eletropaulo, Cteep, Chesf, Previ, OHL, Multiplan

PC: não era o candidato do Dida?

Veja como estabelecer um dialogo com BJ e PA o quanto antes para ele não ser contaminado sobre nossos assuntos.

Se for o GM o padrinho, me avise que entro no circuito.

From: Informe em Tempo Real <odbinforma@odebrecht.com>

To: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Thu May 13 17:59:47 2010

Subject: MME: Construtoras em B. Monte, Eletropaulo, Cteep, Chesf, Previ, OHL, Multiplan

INFORME EM TEMPO REAL

ODBInforma na Web

Quinta-feira, 13 de Maio, 2010

Compilado às 18:25

Em outro e-mail, com o título "Sucessor Italiano", **MARCELO ODEBRECHT** também deixa evidente que o "sucessor italiano", ou seja, o Pós Itália seria **GUIDO MANTEGA**, o qual teria garantido agir direto com o Presidente sobre o incentivo da Medida Provisória, matéria essa diretamente afeta às funções de Ministro da Fazenda de Guido Mantega.

Assunto: Sucessor Italiano
De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Bernardo Gradin /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=BernardoGradin;
Envio: 13/08/2010 18:16:21

Me garantiu que ia agir direto com PR sobre incentivo MP. Demonstrou "firmeza"
Preciso que atenda um pedido dele de compra/adiantamento de propaganda para a revista Brasileiros no valor de 500 mil. Eles vão ;

Outrossim, como já referido, **MARCELO ODEBRECHT**, pessoa diretamente responsável pelas negociações e pelos créditos lançados na Planilha Italiano, esclareceu exatamente que os valores registrados na Conta Pós Itália, dentro da Planilha Italiano, diziam respeito a valores de propina negociados com **GUIDO MANTEGA**.

V. DA CORRUPÇÃO

MARCELO ODEBRECHT, MAURÍCIO FERRO, BERNARDO GRADIN e NEWTON DE SOUZA, de modo consciente e voluntário, em conjunto e em unidade de desígnios, em data ainda não precisada, mas certo que aproximadamente no ano de 2009, ofereceram e prometeram, direta e indiretamente, a **GUIDO MANTEGA e ANTONIO PALOCCI** vantagem indevida para determiná-los a interferir nas decisões da alta administração federal e no processo legislativo e a omitir atos de ofício, tudo com o propósito de favorecer o Grupo ODEBRECHT para a edição de medidas provisórias que concedessem os benefícios de IPI pretendidos pelo Grupo Odebrecht.

MARCELO ODEBRECHT, MAURÍCIO FERRO, BERNARDO GRADIN e NEWTON DE SOUZA incorreram, assim, por duas vezes, na prática do delito de **corrupção ativa**, em sua forma **majorada**, previsto no art. 333, caput e parágrafo único, do Código Penal, visto que os

funcionários públicos corrompidos não só aceitaram tal promessa de vantagens indevidas, em razão da função, como efetivamente deixaram de praticar atos de ofício com infração de deveres funcionais e praticaram atos de ofício nas mesmas circunstâncias, tendo recebido as vantagens indevidas prometidas para tanto.

No mesmo contexto, **ANTONIO PALOCCI**, no período entre 2008 e 2010, no exercício do cargo de Deputado Federal e a pretexto de interferir nas decisões que seriam adotadas pelo então Presidente LULA relativamente às Medidas Provisórias nº 460, 470 e 472, dentro da relação espúria mantida com os executivos da Odebrecht, em especial com **MARCELO ODEBRECHT**, solicitou, para si e para outrem, direta e indiretamente, a **MARCELO ODEBRECHT**, vantagem indevida, para si e para outrem.

Além disso, em data ainda não precisada, mas certo que aproximadamente no ano de 2009, **GUIDO MANTEGA**, diretamente e indiretamente, em razão das suas funções, solicitou a **MARCELO ODEBRECHT**, para si e para outrem, vantagem indevida, passando posteriormente a receber para si e para outrem, direta e indiretamente, as vantagens indevidas oferecidas e prometidas por **MARCELO ODEBRECHT, MAURÍCIO FERRO, BERNARDO GRADIN e NEWTON DE SOUZA**

GUIDO MANTEGA e **ANTONIO PALOCCI**, desta forma, incorreram, por uma vez, na prática do delito de corrupção passiva qualificada, em sua forma majorada, prevista no art. 317, caput e §1º, c/c art. 327, §2º, todos do Código Penal, visto que, em decorrência das vantagens prometidas e pagas, **GUIDO MANTEGA** e **ANTONIO PALOCCI**, os quais, à época dos fatos, ocupavam, respectivamente, os cargos de Ministro da Fazenda Nacional e de Deputado Federal, efetivamente praticaram atos de ofício com infração de seu dever funcional e omitiram atos de ofício, tudo com o propósito de favorecer a BRASKEM em matéria tributária, especificamente no que diz respeito à concessão de benefícios relacionados ao IPI (Imposto sobre produtos industrializados). A BRASKEM é uma empresa do grupo ODEBRECHT, , nessa condição, beneficiou-se do esquema criminoso forjado entre agentes públicos e privados.

V.1. As corrupções ativa e passiva e as interferências de ANTONIO PALOCCI em favor dos interesses econômicos da ODEBRECHT.

Conforme já referido acima, **ANTONIO PALOCCI**, dentro do esquema de corrupção estabelecido com a Odebrecht desde 2002, por meio do qual recebia o pagamento de diversas vantagens indevidas como contrapartida dos diversos favorecimentos ilícitos concedidos ao Grupo Odebrecht, no período entre os anos de 2008 e 2010, atuou ilicitamente e interferiu no processo legislativo e nas decisões atinentes à Presidência da República, para fazer com que fossem expedidos e aprovados textos normativos que concedessem benefícios em matéria de IPI ao Grupo Odebrecht.

Embora a relação espúria mantida entre **ANTONIO PALOCCI** e **MARCELO ODEBRECHT** tenha englobado, ao longo do tempo, diversas condutas praticadas por **ANTONIO PALOCCI** em benefício da Odebrecht e, via de regra, não tenha sido pactuada uma contrapartida específica e detalhada para cada uma das atuações ilícitas de **ANTONIO PALOCCI** em favor da Odebrecht, esclareceu **MARCELO ODEBRECHT** que, dentro da sistemática espúria mantida com **ANTONIO PALOCCI**, ainda que não houvesse o acerto de valores específicos para cada um dos favorecimentos concretizados por **ANTONIO PALOCCI**, o acionamento de **ANTONIO PALOCCI** por **MARCELO ODEBRECHT** e a sua atuação em benefício da Odebrecht deixavam claro que, em decorrência dos atos realizados por **ANTONIO PALOCCI**, vantagens indevidas deveriam ser repassadas pela Odebrecht em benefício do Partido dos Trabalhadores.

Em interrogatório prestado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, **MARCELO ODEBRECHT** deixou claro que, dentro da rotina estabelecida durante a longa relação espúria, os acertos para que **ANTONIO PALOCCI** atuasse em benefício dos interesses da Odebrecht traziam consigo a notória e automática solicitação de vantagens indevidas.⁴⁹

49 Marcelo Odebrecht: Também, aí o que é que... Veja bem, em tese a gente era grande exportador, mas não necessariamente. Aí o que é que eu fui fazer? Fui checar com o nosso diretor no país, nós já tínhamos contratado contratos que montava mais de 600, 700 milhões. Então já estava contratado, só precisava a linha de crédito para exportar. Então eu perguntei pra ele se a gente conseguiria alocar esse pedido dentro do nosso lucro, dentro do nosso custo da obra. Ele falou: "Posso, ou seja, vai reduzir a nossa margem, mas eu consigo alocar." Então, eu já sabendo que esses contratos existiam, podia exportar bens e serviços, eu acabei aceitando. Teve até uma coisa que... O pedido foi de 40, foi feito pelo Paulo Bernardo, toda essa condução foi feita por Paulo Bernardo, que Paulo Bernardo na época era o Ministro do Planejamento, Guido não se envolveu nesse assunto específico. Agora, sempre dado ciência a Palocci, que me ajudava eventualmente com Paulo Bernardo se precisasse. Eu fui para Palocci e falei assim: "Palocci, olha, o Paulo Bernardo me pediu 40 milhões, agora tem um custo de geração desses 40 milhões porque eu vou receber esses 40 milhões através de exportação de bens e serviços, vou ter que fazer uma geração lá fora. Vou ter que mandar pra cá, tem o custo de geração de 10%." E aí eu consegui reduzir com o Palocci esse valor de 40 milhões para 36 milhões de dólares, que convertido ao câmbio da época deu 64. Esses dois pedidos foram os dois únicos que vieram essa solicitação de contrapartida específica, por parte de Guido e do Paulo Bernardo, com a ciência de Palocci, e o conhecimento e o envolvimento dele. Agora,

Exatamente nesse contexto, no exercício do cargo de Deputado Federal, **ANTONIO PALOCCI** atuou ilicitamente em favor dos interesses do Grupo Odebrecht, sempre buscando assegurar que fossem expedidas e aprovadas as medidas legislativas nos moldes em que intentados pelo grupo empresarial. Entre os anos de 2008 e 2010, **ANTONIO PALOCCI**, dentro dessa relação espúria mantida com a ODEBRECHT, atuou em benefício dos interesses desse grupo empresarial quando da edição e tramitação das Medidas Provisórias nº 460, 470 e 472, todas relacionadas à concessão de benefícios em matéria de IPI.

os outros créditos, que é BJ e HV, esses não vieram pedido de contrapartida específica. Apenas o seguinte: em determinado momento, o saldo ia chegando, por exemplo, eu não mexi nos 50, o saldo que o Palocci tinha, que na época era só 'Itália', ia chegando ao final. Aí eu já sabia que vinha uma demanda. O que eu fazia quando eu sabia que o saldo, o meu valor... Eu já negociava anteriormente, com os meus empresários, créditos para esse valor: "Olha, vocês têm que contribuir também com a campanha presidencial." Nesse caso específico, BJ... e aí como eu usava isso? **Essa planilha, no fundo, essa questão de eu ser um grande doador, de eu ter esse valor, no fundo é o quê? É também abrir portas, é você ter... Apesar de que não vem um pedido específico, é o que eu digo, toda a relação empresarial com político, infelizmente era assim, principalmente quando se podia financiar, os empresários iam pedir, por mais que eles pedissem pleitos legítimos, investimentos, obras, geração de emprego, no fundo tudo que você pedia, sendo legítimo ou não, gerava uma expectativa de retorno.** Então, **quanto maior a agenda que eu levava, mais criava expectativa de que eu iria doar tanto.** No caso específico de BJ, tinha um programa, que era o Prosub. Independente da relação toda de infraestrutura, discussões de PPPs que eu levava, no assunto específico Prosub, é uma demanda enorme no AGU. Todo ano o pessoal tinha dificuldade pra receber e fazia parte pesada, em minha agenda, garantir o orçamento do Prosub no AGU e o recebimento das faturas. O que não deveria ser porque, na verdade, era o seguinte, se o governo não pagasse, descumpria os compromissos, inclusive de transferência de tecnologia e tudo mais, mas eu falava para o Júnior: "Júnior, na verdade quando eu levo esse item, eu crio expectativa. Na cabeça do cara lá, ele está me dando 1 bilhão de reais, por ano, 1 bilhão e meio." Então eu falei: "Olha, grande parte da contribuição vai ter que vir de você." Então negoci-ei com ele que esses valores seriam dele, e eu entendo que internamente ele alocou ao Prosub. Mas não veio um pedido de Palocci, ou de Guido, pra receber por conta do Prosub, foi uma alocação interna nossa em função do peso que isso tinha na minha demanda, na minha agenda.

(...)

Marcelo Odebrecht: O que não quer dizer que, **mesmo quando a gente pedia uma agenda legítima, infelizmente, isso gerava do lado de lá, uma expectativa de demanda financeira.** Ou seja, quando eu levava pedidos para eles assegurarem, veja bem, eu... era uma obrigação do governo fazer frente ao orçamento do OGU para pagar uma obra que eles tinham contratado, inclusive com transferência de tecnologia que envolve. Agora, só o fato de eu ir lá e pedir para eles cumprirem o orçamento, pedir para pagar fatura da ordem de 200, 300, 450 milhões, eu já sabia, que do lado de lá, gerava expectativa, e o problema também sabe o que é? É que muitas vezes, é impressionante, que o governo cria os problemas pra gente e depois, quando a gente entope nossa agenda para eles solucionarem os nossos problemas, que eles criaram pra gente, eles criam expectativa de a gente ser grande doador, **quanto mais a nossa agenda mais a expectativa de que a gente vai doar.**

Defesa de Antonio Palocci e Branislav Kontic: Está bem, está explicado. Eu não consigo entender como é que o senhor detecta subjetivismo pra saber a expectativa, mas, tudo bem, vamos passar para a próxima pergunta. O senhor disse que... o senhor não era atendido, na maior parte das vezes pelo governo, a despeito de toda essa interlocução que o senhor tinha com o Palocci. Eu já sei, o maior interlocutor com o Governo era o Palocci, eu já sei que o senhor falava com ele muitas vezes, já sei que o senhor trocava e-mails com ele, não é preciso repetir. Eu pergunto, por que o senhor disse lá no seu depoimento, que vazou da Justiça Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral, que o senhor não era atendido, que o senhor era na verdade um bobo da corte?

Marcelo Odebrecht: Eu disse o seguinte, que a maior parte dos temas que faziam parte da minha agenda, eram problemas que o governo mesmo criou. Então, por exemplo, eu entupi minha agenda com o Guido pra pedir a questão de resolver o problema do setor de álcool. Eu entupi minha agenda com ele pra resolver o problema da exoneração

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A efetiva atuação de **ANTONIO PALOCCI** em defesa dos interesses da ODEBRECHT e a situação de que se colocava efetivamente “à disposição” do atendimento aos interesses econômicos do grupo restaram evidentes a partir de diversas trocas de e-mails.

No que diz respeito à atuação de **ANTONIO PALOCCI** em relação à MP 460 - Medida Provisória que previa o reconhecimento do benefício de crédito-prêmio do IPI até o ano de 2002, - foram verificadas diversas trocas de mensagens entre **MARCELO ODEBRECHT** e outros executivos da ODEBRECHT, nas quais se evidencia a efetiva interlocução de **MARCELO ODEBRECHT** e outros executivos do grupo com **ANTONIO PALOCCI**, bem como a efetiva atuação de **ANTONIO PALOCCI** em favor dos interesses econômicos do grupo empresarial.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes e-mails:

fiscal. Ai, por incrível que pareça, **quando ele resolve o problema, cria uma expectativa do lado de lá de que: “Olha, eu estou resolvendo o seu problema.” E aí cria expectativa de apoio financeiro.** É um absurdo.

Defesa de Antonio Palocci e Branislav Kontic: Por que bobo da corte?

Marcelo Odebrecht: Por isso, porque eu vou lá, peço, a gente aceita fazer missões e programas que nada... Por exemplo, pega as arenas, nós entramos pra fazer as arenas, não ganhamos nada, perdemos dinheiro, em cima de compromissos que o governo assumiu com a gente. Depois a gente fica lá pedindo, mendigando para o governo resolver os problemas que ele mesmo criou, e quando resolve, ainda cria expectativa de a gente doar dinheiro pra campanha? (evento 816, TERMO1, autos nº 5054932-88.2016.404.7000 -**ANEXO 22**)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto:**De:** "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>**Data:** 12/11/2008 15:37**Para:** Alexandrino Alencar; Emilio Odebrecht**CC:** Pedro Novis; Newton Souza

Pontos para agenda com seminário (estarei indo pela manhã para a Venezuela):

- 1) **IPI:**
Peço que AA se atualize com NS e ou MF amanhã.
Hoje estamos no seguinte pé: **Falei com o italiano na sexta a noite**, temos na pratica duas alternativas (para o IPI crédito prêmio, visto que alíquota zero será refis mesmo) ou sai uma MP com a data de corte de 90 para o congresso levar para 2002, ou GM aceita que venha uma iniciativa do congresso pegando carona em alguma MP. Esta ultima alternativa é viável por tratar-se de uma medida que ajuda a resolver uma grande pendência do setor exportador no momento atual. GM tem fugido de nós e estamos tentando estar com ele. Na pratica precisa ter um encontro do GM com o amigo de meu pai, na presença dos empresários e ou do Beluzzo para dar o suporte político a GM para enfrentar sua equipe. O que tem também nos complicado é que Rubens (Cosan) e Benjamin (CSN) começaram a adotar a estratégia do passarinho na mão melhor que dois voando, visto que o problema maior de Benjamin é liberar o refis do alíquota zero onde ele tem autuação, e do Rubens o IPI crédito prêmio (ainda que com Refis) pois ele compensou e tem autuação.
- 2) **Líbia:**
Continua-se não conseguindo marcar/agenda para MJorge ir a Líbia levar convite a Kadafi. Acho que o convite deveria ir logo via embaixador.
O italiano insinuou (ou jogou verde para colher maduro) que um contato de lá (Muktah) insinuou ao seminarista (cuidado pois o seminarista não quer que o italiano diga que foi ele) que em função das obras que conquistamos estavam entendendo que tínhamos cumprido nossos compromissos políticos aqui, com o amigo de meu pai. Expliquei ao italiano que nossas obras lá são por custo reembolsável (em parceria, uma delas com uma estatal) e de margem apertada e que não tivemos nenhuma orientação neste sentido de inserir nada para dar aqui. Daniel ficou de contactar o Muktah (a quem o Kalifa, nosso sponsor conhece bem) e perceber se existe alguma orientação
- 3) **Jirau:**
Face aos acontecimentos de hoje acho importante que se atualize amanhã com Meireles visto que HV está fora.
- 4) **Equador:**
Nada de novo fora o depoimento hoje no congresso aqui. Importante se atualizar com Mameri amanhã
- 5) O italiano me perguntou sobre como anda nosso apoio ao filme de Lula, comentei nossa opinião (com a qual concorda) e disse que AA tinha acertado a mesma com o seminarista, mas adiantei que se tivermos nos comprometido com algo, seria sem aparecer o nosso nome. Parece que ele vai coordenar/apoiar a captação de recursos

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Re: RES:
De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>
Data: 02/09/2009 19:03
Para: 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; Claudio Melo Filho

Melhor o Italiano (GM tem que atende-lo, mas que a mim). Combinei com Italiano que ele me aciona

From: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho
Sent: Wed Sep 02 17:50:51 2009
Subject: RES:

Marcelo,

Vale a pena vocÃª ligar para o GM. Ou acionar o chefe de gabinete dele.

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]
Enviada em: quarta-feira, 2 de setembro de 2009 18:45
Para: Claudio Melo Filho; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Assunto: ENC:

Mandei Tb para o Italiano

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 2 de setembro de 2009 18:45
Para: Brani (kontichbrani@yahoo.com)
Cc: Darci Luz
Assunto: ENC:

Brani,
Favor encaminhar para o Chefe
AbraÃ§os
Marcelo

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 2 de setembro de 2009 18:42
Para: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'
Assunto:

Coloquei em negrito os mais importantes

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 2 de setembro de 2009 16:57
Para: Claudio Melo Filho; MAURICIO DANTAS BEZERRA; Marcelo Bahia Odebrecht
Assunto:

Claudio,

Segue algumas informaÃ§Ãµes para serem usadas por vocÃª, onde e como convier:

Por quÃª possibilitar o uso dos PrejuÃos Fiscais atÃ© 31.12.2009

PrejuÃo fiscal Ã© um ativo contra o mesmo credor do Refis;
Estamos estendendo somente 1 ano de apuraÃ§Ã£o;
NÃ£o dÃ¡ pra ser no meio do ano, pois nenhuma empresa fecha declaraÃ§Ã£o trimestral;
Este ano a expectativa das empresas Ã© dar lucro, em funÃ§Ã£o da variaÃ§Ã£o cambial, portanto, esta extensÃ£o nÃ£o deverÃ¡ impactar substancialmente o Refis;
JÃ¡ abrimos mÃ£o do uso de PrejuÃo fiscal de terceiros;
NinguÃ©m sai prejudicado, pois a empresa que esgotar o PrejuÃo fiscal no Refis, passarÃ¡ a pagar mais IR no ano que vem;
Para as poucas empresas que terÃ£o PrejuÃo fiscal este ano e portanto teriam um fÃ¡telo maior, isso ajuda adesÃ£o na modelagem de pagamento de prazo mais curto.
A Lei do Refis da Crise nÃ£o estabeleceu data de corte. Isso foi feito pela norma interna da Receita Federal, o que nÃ£o Ã© justo.

Caso aprovada a medida provisÃ³ria nÂ° 460, com o reconhecimento do direito à fruiÃ§Ã£o do crÃ©dito prÃªmio do IPI atÃ© o ano de 2002, os exportadores (dentre os quais a BRASKEM, do grupo Odebrecht) obteriam vantagem econÃ´mica equivalente a bilhÃµes de reais, conforme claramente elucida o seguinte e-mail⁵⁰

Assunto: ENC: Crédito-prêmio do IPI - aprovação da emenda a MP 460/2009

De: Darci Luz /o=Odebrecht/ou=Exchange Administrative Group (FYDIBOHF23SPDLT)/cn=Recipients/cn=darciluz

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /o=Odebrecht/ou=Exchange Administrative Group (FYDIBOHF23SPDLT)/cn=Recipients/cn=mbahia;

Envio: 06/08/2009 17:36:17

Para conhecimento.

De: aebbras [mailto:aebbras@aeb.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 6 de agosto de 2009 17:31

Para: informacao@aeb.org.br

Assunto: Crédito-prêmio do IPI - aprovação da emenda a MP 460/2009

Prezado(a) Senhor(a),

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu em 05 de agosto a votação da MP 460/09, que originou o Projeto de Lei de Conversão 12/2009, aprovando, por 206 votos a 162, emenda do Senado Federal que permite o aproveitamento do crédito-prêmio do IPI pelos exportadores. No texto original da emenda, foram efetuadas alterações que retiraram:

- (a) a possibilidade de os contribuintes beneficiados resgatarem, depois de cinco anos da emissão, os títulos públicos em que for convertido o saldo positivo remanescente após o uso dos créditos obtidos para outras finalidades;
- (b) a possibilidade de prorrogação, por dois anos, do uso do crédito-prêmio do IPI (até dezembro de 2004); e
- (c) a proibição de incidência de qualquer outro imposto, além do Imposto de Renda, sobre o saldo do crédito convertido em títulos.

Encaminhamos a mensagem abaixo de Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da FIESP e Vice-Presidente da AEB, que teve papel destacado para o reconhecimento do aproveitamento do crédito-prêmio do IPI pelos exportadores.

Atenciosamente,

Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB

----- Original Message -----

From: Roberto Giannetti da Fonseca

To: rgiannetti@e-silex.com.br

Sent: Thursday, August 06, 2009 2:46 AM

Subject: Aprovação da MP 460 e Emenda nr.05 sobre CP IPI

Caros,

Dia 05 de Agosto de 2009 ficará marcado na memória dos exportadores brasileiros como o "Dia do Exportador". Obtivemos uma grande e decisiva vitória no Congresso Nacional.

Trata-se da Emenda 05 na MP 460 de autoria da Senadora Lucia Vania (PSDB/GO), que trata do reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI pelo Governo federal até a data de 31/12/2002.

A essência do texto original da Emenda nr.05 foi mantida, o que poderá ser um marco para solução deste gravíssimo litígio fiscal de longa data.

Agora teremos de nos esforçar para que simultaneamente a MP 460, transformada em Lei Federal seja sancionada na íntegra pela Presidência da República, e que o STF dando início ao julgamento de Recurso Extraordinário desta causa no próximo dia 13 de Agosto, venha em futuro muito breve concluir este processo de forma terminativa e compatível com a decisão do Legislativo.

Desta forma a Presidência da República, respaldada pela decisão conjunta dos outros dois Poderes da República, poderia em seguida sancionar a referida Lei com absoluta segurança jurídica para si e para os empresários exportadores. Portanto, já nesta quinta-feira, dia 06 de Agosto, começaremos a agir com o mesmo empenho e perseverança nestes objetivos junto ao Executivo e o Judiciário.

Com a valiosa colaboração de nossos Consultores Especiais Profs. Luiz Gonzaga Belluzzo e Heleno Torres, estaremos acompanhando par e passo as próximas etapas de decisão deste histórico Acordo de Transação Tributária entre a União e os Exportadores Brasileiros.

Agradecemos a colaboração que todos deram a esta causa nos últimos anos e meses e esperamos continuar contar com este apoio de todos empresários exportadores, e seus advogados relacionados com o tema.

Para Immanuel Kant, um grande pensador, existem no universo duas coisas belas: "um céu estrelado sobre nossas cabeças e o sentimento do dever cumprido em nossos corações".

Atenciosamente,

Roberto Giannetti da Fonseca

Tel : 11-8179-0545

Câmara aprova MP 460 com artigos sobre IPI

LU AIKO OTTA - Agencia Estado

- Os exportadores venceram uma batalha na Câmara dos Deputados, com a aprovação, por 206 votos a favor e 162 contra, da Medida Provisória 460. Ela trata da tributação das construtoras participantes do programa Minha Casa Minha Vida, mas trouxe de "carona" uma série de artigos regulando um acordo entre governo e exportadores em torno do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Trata-se de um incentivo fiscal criado nos anos 1960 para estimular o comércio exterior, cuja extinção ou não está em discussão no Judiciário. É um dos maiores "esqueletos" fiscais do momento. O acordo, porém, ainda não é algo líquido e certo. Em primeiro lugar, porque o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda vai julgar a questão a partir do próximo dia 12.

A iminência do julgamento fez com que o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), se posicionasse contra o acordo com os exportadores. Ela alertou para riscos de problemas futuros com a Justiça. Deixando clara a divisão na base governista, o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP) encaminhou voto favorável ao acordo.

Segundo reconhecido pelo próprio **MARCELO ODEBRECHT** no âmbito de seu acordo de colaboração, a aprovação da MP 460 traria imenso benefício à BRASKEM, empresa do Grupo Odebrecht. Nesse contexto, por ser a BRASKEM a empresa do Grupo Odebrecht mais interessada na medida legislativa, não apenas **MARCELO ODEBRECHT**, mas também **BERNARDO GRADIN**, Presidente da BRASKEM, assumiu, juntamente com **MAURÍCIO FERRO**, **NEWTON DE SOUZA** e **MARCELO ODEBRECHT**, a condução das tratativas destinadas a fazer com que, a partir do pagamento de propinas, fosse editada a medida legislativa que atendesse aos objetivos

pretendidos pelos executivos do grupo Odebrecht.

BERNARDO GRADIN, MAURÍCIO FERRO e **NEWTON DE SOUZA** não apenas atuaram intensamente no caso, como também tinham efetivo e pleno conhecimento da relação espúria mantida entre **ANTONIO PALOCCI** e a ODEBRECHT. Nesse contexto, discutiam juntamente com **MARCELO ODEBRECHT** os temas e documentos que deveriam ser entregues a **ANTONIO PALOCCI**, a fim de que esse exercesse sua influência perante a alta cúpula da Administração Pública Federal em favor dos interesses da Odebrecht.

Segundo revelaram os diversos e-mails apreendidos e analisados, as tratativas ilícitas duraram mais de dois anos, sendo que, em todo o período, **BERNARDO GRADIN, MAURÍCIO FERRO, NEWTON DE SOUZA** e **MARCELO ODEBRECHT** acompanharam de perto todos os passos da operação, contribuindo ativa e decisivamente para que tivesse sucesso a empreitada criminosa destinada à aprovação do texto legislativo que concedesse os benefícios tributários pretendidos em matéria de IPI e restasse atendido, na sua plenitude, o interesse do grupo. Segundo se observou nos diversos e-mails analisados, as várias reuniões, ligações e interlocuções mantidas por qualquer um desses executivos eram imediatamente reportadas aos demais, seja mediante troca de e-mails, seja a partir de reuniões presenciais ou ligações telefônicas, de modo que todos soubessem dos detalhes da transação em curso e pudessem, cada um, envidar esforços para que este acordo espúrio pudesse ser concluído.

Exatamente nesse sentido, tanto a demonstrar o envolvimento de todos no mesmo propósito criminoso, quanto a revelar a profundidade do acesso e da interferência exercida na tomada de decisões, identificou-se, em análise de trocas de e-mails, que **BERNARDO GRADIN, MAURÍCIO FERRO** e **MARCELO ODEBRECHT** providenciaram e encaminharam a **ANTONIO PALOCCI** duas versões da medida provisória com as redações pretendidas, conforme demonstram os seguintes e-mails e as versões da Medida Provisória remetidas em anexo⁵¹:

De: Newton Souza [mailto:newton.souza@odebrecht.com]

Enviada em: segunda-feira, 9 de fevereiro de 2009 16:32

Para: Maurício Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN; Marcelo Bahia Odebrecht; CARLOS FADIGAS

Assunto: RES: Ações IPI Zero e Crédito Prêmio - Exercícios de realização

Tenho três ponderações sobre as opções abaixo: 1) Há precedente de utilização de prejuízo fiscal para pagamento de imposto devido? Se tiver, é algo a perseguir em qualquer cenário; 2) Acho que a tabela de desconto de multa juros precisa ser revista, como já tivemos oportunidade de externar ao Italiano. É muito onerosa para quem opta pelo parcelamento. A lógica deveria ser mais financeira, ou seja, os descontos deveriam embutir um custo de juros progressivamente mais caro para os prazos mais longos, mas não maior que, por exemplo, Selic+5% a.a. para o prazo de 240 meses; 3) que taxa de juros está sendo prevista para o parcelamento? Segundo fui informado, a precedente de aplicação de TJLP em REFIS, o que, pela lei nova de contabilidade, que exige contabilização a mercado, permitiria reduzir muito o impacto no resultado.

Newton

De: Maurício Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 9 de fevereiro de 2009 14:18

Para: BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN; Newton Souza; Marcelo Bahia Odebrecht; CARLOS FADIGAS

Assunto: ENC: Ações IPI Zero e Crédito Prêmio - Exercícios de realização

Para conhecimento.

Maurício Roberto de Carvalho Ferro

Jurídico

Braskem S.A.

Fone 55 11 3576.9307

Fax 55 11 3023.0416

mauricio.ferro@braskem.com.br

De: Maurício Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC

Enviada em: segunda-feira, 9 de fevereiro de 2009 14:17

Para: LUIZ FELIPE MONTEIRO LEMOS SP-ESC; CARLOS FADIGAS; Marcela Drehmer - SP-ESC

Cc: MAURÍCIO DANTAS BEZERRA SP-ESC; GUILHERME ALVES MELEGA SP-ESC; GUSTAVO SAMPAIO VALVERDE SP-ESC

Assunto: RES: Ações IPI Zero e Crédito Prêmio - Exercícios de realização

No cenário 1 não está descrito o impacto do saldo de prejuízo fiscal. O exercício 2 não contempla a possibilidade de se trazer a valor presente o parcelamento em 240 meses.

Ou seja, no cenário 1 o pagamento a vista é o melhor e se adicionamos o prejuízo fiscal acumulado o efeito caixa passa a ser positivo. No cenário 2 a melhor hipótese é o parcelamento em 240 meses, pois preserva o caixa e se pudermos trazer a valor presente podemos ter um pequeno resultado positivo.

Maurício Roberto de Carvalho Ferro


Jurídico

Braskem S.A.

Fone 55 11 3576.9307

Fax 55 11 3023.0416

mauricio.ferro@braskem.com.br

 CÂMARA DOS DEPUTADOS

VERSÃO DÍVIDA VENCIDA (ADMITE A TRANSFERIBILIDADE, MAS O SALDO DE IPTU SOMENTE PODE SER COMPENSADO COM TRIBUTOS JÁ VENCIDOS, PRÓPRIOS OU DOS TERCEIROS ADQUIRENTES)

EM AMARELO: "GORDURA" ADICIONAL QUE PODE SER SUPRIMIDA

EM VERDE: TEXTO QUE DEVE SER SUPRIMIDO PARA EVITAR COMPENSAÇÕES COM TRIBUTOS FUTUROS (VINCENDOS)

REDAÇÃO FINAL
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 460-F DE 2009
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12 DE 2009

Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:
(...)

Art. 23. A União promoverá transação do crédito de que tratam o art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, o Decreto nº 78.986, de 21 de dezembro de 1976, e o in-


Propriedades ▾


Tamanho	123KB
Páginas	11
Palavras	2573
Tempo Total de Edição	43 minutos
Título	REDAÇÃO FINAL
Marcas	Adicionar marca
Comentários	Adicionar comentários

Datas Relacionadas


Última Modificação	11/08/2009 14:25
Criada em	11/08/2009 13:54
Última Impressão	06/08/2009 09:58

Pessoas Relacionadas


Autor  Camara dos Deputados
Adicionar um autor

Última Modificação por  Gustavo Valverde

Documentos Relacionados

 Abrir Local do Arquivo

[Mostrar Todas as Propriedades](#)

 CÂMARA DOS DEPUTADOS

VERSÃO DÍVIDA PRÓPRIA VENCIDA (VEDA A TRANSFERIBILIDADE. O SALDO DE IPTU SOMENTE PODE SER COMPENSADO COM TRIBUTOS VENCIDOS DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE)

EM AMARELO: "GORDURA" ADICIONAL QUE PODE SER SUPRIMIDA

EM VERMELHO: TEXTO QUE DEVE SER SUPRIMIDO PARA EVITAR A CONVERSÃO EM TÍTULOS PÚBLICOS E CONSEQUENTE TRANSFERIBILIDADE

REDAÇÃO FINAL
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 460-F DE 2009
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12 DE 2009

Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:
(...)

Art. 23. A União promoverá transação do crédito de que tratam o art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, o Decreto nº 78.986, de 21 de dezembro de 1976, e o in-

Propriedades ▾

Tamanho	122KB
Páginas	11
Palavras	2573
Tempo Total de Edição	15 minutos
Título	REDAÇÃO FINAL
Marcas	Adicionar marca
Comentários	Adicionar comentários

Datas Relacionadas

Última Modificação	11/08/2009 14:41
Criada em	11/08/2009 13:16
Última Impressão	06/08/2009 09:58

Pessoas Relacionadas

Autor  Camara dos Deputados
Adicionar um autor

Última Modificação por  Gustavo Valverde

Documentos Relacionados

 Abrir Local do Arquivo

[Mostrar Todas as Propriedades](#)

Conforme se observa dos documentos acima reproduzidos, além de determinarem a elaboração dentro da Odebrecht das minutas da Medida Provisória pretendida, **MARCELO ODEBRECHT** e **MAURICIO FERRO** destinaram o material produzido exatamente a **ANTONIO PALOCCI** (referido no e-mail pelas iniciais **AP**), evidentemente para que, baseado na já comprovada relação ilícita, **ANTONIO PALOCCI** viabilizasse o atendimento aos interesses pretendidos pelo Grupo Odebrecht na elaboração da medida legislativa.

Diversos outros e-mails apreendidos corroboram ainda mais a atuação ilícita que vinha sendo desenvolvida pelo menos desde 2008 por **ANTONIO PALOCCI**, para fazer com que fosse viabilizada a edição de medida legislativa que concedesse benefício tributário para favorecer os interesses do Grupo Odebrecht. Ao que se percebe dos e-mails, **MAURÍCIO FERRO**, **BERNARDO GRADIN** e **NEWTON DE SOUZA** não apenas eram destinatários das mensagens, mas principalmente participavam ativamente das tratativas e da estratégia ilícita adotada pela Odebrecht, cada um prestando sua contribuição em sua área de atuação, em constante interlocução sobre o tema com **MARCELO ODEBRECHT**.

Destaca-se, a título exemplificativo, o seguinte e-mail, em que **MARCELO ODEBRECHT** encaminha mensagem para **BERNARDO GRADIN**, **MAURÍCIO FERRO** e **NEWTON DE SOUZA**, com o assunto "italiano" e refere expressamente ter combinado com **ANTONIO PALOCCI** (italiano) que na semana seguinte ele iria sentar com **ALEXANDRINO ALENCAR** e **NEWTON DE SOUZA** para falar de estratégia, sendo que, na volta de **MARCELO ODEBRECHT**, ele trataria sobre a propina (referida no e-mail pela sigla DGI)⁵²

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De: Claudio Melo Filho
Enviado em: terça-feira, 20 de janeiro de 2009 15:51
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Alexandrino Alencar
Cc: BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Newton Souza
Assunto: RES: Italiano

Perfeito.
Amanhã tenho alguns encontros e depois posiciono todos.

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: terça-feira, 20 de janeiro de 2009 14:40
Para: Alexandrino Alencar; Claudio Melo Filho
Cc: BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Newton Souza
Assunto: Italiano

Era outro assunto (na verdade 3 outros)

Combinamos de semana que vem ele sentar com AA e NS para falar de estratégia e na minha volta sobre o DGI para o qual estou esperando o mapa das empresas beneficiárias que está sendo elaborado. Ele confirmou que conhece bem o relator.

Embora o favorecimento do Grupo Odebrecht, em especial da BRASKEM, na questão relativa ao IPI fosse ponto consensual na relação espúria mantida entre **MARCELO ODEBRECHT** e **ANTONIO PALOCCI**, verificou-se que o modelo desenhado a partir da MP 460 não se tornou possível, uma vez que a amplitude de benefícios contemplada no texto era tão elástica e tão nociva ao interesse público que ocasionou ampla insurgência nas áreas técnicas da Receita Federal e da Fazenda Nacional.⁵³ Além disso, no ínterim entre a aprovação da Medida Provisória nº 460/09 pelo Congresso Nacional e a análise do texto pelo então Presidente da República LULA, foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal que o crédito-prêmio do IPI havia sido extinto em 1990 e que, portanto, não havia que se falar em aproveitamento de tal crédito até 2002, como pretendiam as empresas exportadoras.

Nesse cenário, tanto a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal quanto as diversas opiniões técnicas contrárias ao texto da MP 460 tornaram inviável a **ANTONIO PALOCCI** defender a sanção do texto legislativo neste ponto perante o Poder Executivo.

No entanto, a despeito da inviabilidade prática de sanção do texto da MP 460 aprovado no Congresso Nacional, o pacto ilícito estabelecido por **ANTONIO PALOCCI** com executivos da Odebrecht fez com que outras alternativas fossem buscadas para que se alcançasse o pretendido favorecimento tributário ao grupo Odebrecht.

⁵³ https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=44%3Asindifisco-noticias&id=3922%3AMP+460&Itemid=72

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nesse sentido, os e-mails de **MARCELO ODEBRECHT** e de outros executivos do grupo comprovam que, uma vez vislumbrada a possibilidade de frustração do atendimento ao pleito da Odebrecht, **ANTONIO PALOCCI**, antes mesmo da ocorrência do veto à MP 460, procurou, com urgência, **MARCELO ODEBRECHT**, a fim de reportá-lo da inviabilidade de aprovação do texto legislativo e de solicitar que o próprio **MARCELO ODEBRECHT**, juntamente com seus demais executivos, indicasse quais seriam as providências alternativas para o melhor atendimento aos interesses do Grupo.

A demonstrar tal fato, destacam-se os seguintes e-mails⁵⁴:

Assunto: Fw:
De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Darcy Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darciluz;
Envio: 13/08/2009 21:01:50

Imprima cedo e entregue a meu pai.
Confirme que MF e CMF receberam

----- Original Message -----
From: Marcelo Bahia Odebrecht
To: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'
Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' ; Newton Souza; Alexandrino Alencar; 'carlos.fadigas@braskem.com.br'
Sent: Thu Aug 13 20:00:57 2009


Tudo que é bom, é difícil.
Tudo que é fácil, não é para nós.
Acho que o "muito pequeno" obstaculo de hoje abre uma avenida de oportunidades para sairmos ainda melhor do que se tivéssemos ganho.
Hoje estivámos "carregando" um mundo de gente, agora com a divida (ainda que moral, e de costumazes mal pagadores) que nossos "amigos" tem conosco, podemos tentar emplacar ganhos maiores só para nos. Italiano acabou de me ligar. Disse que GM manipulou a info para o PR. Vai estar com o PR na 2a ou durante o final de semana. Combinamos de nos encontrar amanhã as 15hs. Ele mesmo pediu alem dos argumentos para a sancao/veto parcial, que levassemos alternativas para nos compensar.
Sejamos criativos!
Mauricio: alem das que vc esta trabalhando avalie com Fadigas se não tem nada tambem no Poliedro (ainda que parcial).
O ideal seriamos colocar valores de qt somos compensados em cada uma das opcoes abrindo assim um menu/mix de escolha tributarias e ou com Petrobras.
Vamos sair melhor do que se tivéssemos ganho.
MF/CF: Vou estar em reuniao amanhã pela manha, mas podem me chamar assim que tiverem o material.
Soh não posso depois das 11:30.

Assunto: Re: RES: RES: Palocci acaba de ligar. Dá para falar?
De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino;
CC: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=DarciLuz;
Envio: 19/08/2009 12:12:44

Qd serãj esta reuniao do PR com GM?

From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>; Darci Luz
Sent: Wed Aug 19 11:09:21 2009
Subject: RES: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Veto integral sim
Sim o do S
Agora ão agendar a reuniãe de sexta-feira.
Acho que ele terãj influencia pois serãj o alter ego tãcnico do PR, que o chamou para estar junto quando da reuniãe com o GM.



De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 19 de agosto de 2009 12:05
Para: Alexandrino Alencar
Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; Darci Luz
Assunto: Re: RES: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Vetar integral?
O negocio dele no S por conta do sigilo?
Entendo que nãe preciso mais retornar para ele, ok?
Veja com Darci para marcar reuniao na 6a sem falta.
De todo modo acho que LC foi mais importante. O resto vamos ter que decidir direto com GM e ele tera pouca influencia.
A agenda mais importante com ele eh a missao de ganharmos no S nossa causa do Zero.

From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Darci Luz
Cc: Claudio Melo Filho
Sent: Wed Aug 19 10:59:44 2009
Subject: RES: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Falei .Disse que foi positivo no conceitual(ficou com uma boa impressãe do posicionamento do interlocutor),vai ter que vetar,e que na parte tãcnicia ia falar com o GM,e que o italia estarãj junto nessa discussãe. O italia sãe estarãj em SP na sexta-feira,e vai abrir um espaão para encontrar o MO. O negocio dele confirma para o dia 27/08.

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 19 de agosto de 2009 11:43
Para: Darci Luz
Cc: Alexandrino Alencar; Claudio Melo Filho
Assunto: Re: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Nãe o consigo. Peãsa para Alex ligar e tentar marcar pessoalmente com ele.

From: Darci Luz
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Wed Aug 19 10:41:23 2009
Subject: Palocci acaba de ligar. DÁi para falar?

Conforme se depreende dos e-mails acima reproduzidos, na mesma data em que proferida a decisão pelo Supremo Tribunal Federal negando o reconhecimento do crédito prêmio do IPI até 2002 aos exportadores, ANTONIO PALOCCI procurou MARCELO ODEBRECHT para viabilizar a melhor solução alternativa que agradasse ao grupo empresarial.⁵⁵

55 A decisão do STF foi proferida no julgamento do REs 561485 e 577348, na data de 13/08/09, firmando entendimento de que o incentivo fiscal deixou de vigorar dois anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, como determinou o artigo 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Segundo claramente descrito no e-mail remetido por **MARCELO ODEBRECHT** em 13/08/2009 aos também denunciados **BERNARDO GRADIN, NEWTON DE SOUZA** e **MAURÍCIO FERRO**, após a decisão do Supremo Tribunal Federal e o veto que seria imposto à parte da MP que tratava do benefício relativo ao IPI, outras propostas seriam levadas por **MARCELO ODEBRECHT** a **ANTONIO PALOCCI** para assegurar o benefício pretendido. Especificamente no âmbito tributário, assim como ocorrido no caso das minutas relativas à MP 460, foi **MAURICIO FERRO** o executivo encarregado de traçar as diretrizes que melhor atendessem ao interesse do grupo no novo cenário.

Destaca-se, nesse cenário que o fato de o e-mail com as notícias e a nova perspectiva ter sido remetido por **MARCELO ODEBRECHT** a **BERNARDO GRADIN, NEWTON DE SOUZA** e **MAURÍCIO FERRO** reforça ainda mais a demonstração de que, de fato, tais executivos faziam parte da empreitada criminosa organizada para se obter, por meios escusos, a Medida Provisória com benefícios fiscais.

Além disso, em e-mails trocados dias depois entre **MARCELO ODEBRECHT, MAURICIO FERRO, ALEXANDRINO ALENCAR** e **CLAUDIO MELO FILHO**, verifica-se que **ANTONIO PALOCCI** reporta a **ALEXANDRINO ALENCAR** que, alguns dias depois, ele, **ANTONIO PALOCCI**, iria participar da reunião com **GUIDO MANTEGA** e com o então Presidente da República, com o intuito de influenciar as decisões em favor dos interesses da Odebrecht.

A partir do teor dos e-mails, restou claro que, apesar do veto que teve que ser imposto à MP460/09, o compromisso de favorecimento ao Grupo Odebrecht permaneceu hígido, e **ANTONIO PALOCCI** continuou a atuar ilicitamente em benefício da Odebrecht para concretizar tal compromisso. Nesse segundo momento, conforme demonstram os e-mails e corroboram os relatos dos colaboradores, **ANTONIO PALOCCI** passou a promover a aproximação de **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, de modo que, por meio dos atos funcionais de **GUIDO MANTEGA** como Ministro da Fazenda, fossem atendidos os pleitos de interesse da Odebrecht.

No entanto, a partir do veto da MP 460, uma das alternativas encontradas para o atendimento aos interesses da Odebrecht foi a edição da “MP da Crise”, Medida Provisória que, além de conceder amplo parcelamento dos débitos fiscais, ainda permitia a utilização de prejuízos fiscais pretéritos como forma de pagamento das dívidas tributárias. Para que a ideia fosse

(<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=111886>)

implementada, contaram os executivos da Odebrecht com a continuidade do auxílio ilícito de **ANTONIO PALOCCI**, conforme comprova o seguinte e-mail⁵⁶:

Assunto: RES: IPI
De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO mauricio.ferro@braskem.com.br
Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Darci Luz /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Darcluz; Newton Souza /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=NewtonSouza.
Envio: 30/03/2010 13:42:31

Recebi o recado que ele me retornaria ainda hoje

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]
Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 13:41
Para: Darci Luz; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Newton Souza
Assunto: ENC: IPI

Darci: confirme que Brani recebeu.

MF: alguma noticia (NM)?
NS: e vc (CVM)?
Uma vez que tenham algum fdbk ligo para GM

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 11:17
Para: Brani (kontichbrani@yahoo.com)
Cc: Claudio Melo Filho
Assunto: IPI

Brani,
Tudo bem?
Diga ao chefe que a unica maneira de evitar as idas e vindas e acabarmos perdendo o prazo para uso do PFiscal é realmente uma MP especifica. Pagariamos o saldo com PF durante a vigência da MP, e depois não importa as emendas, a MP poderia caducar.
Se formos continuar via emendas, vai ser esta batalha inglória, onde todos querem sempre enfiar algo que o governo não aceita.
Falei com GM, mas ele precisa reforçar pois como sempre tem gente querendo dificultar (na pratica estão querendo ganhar tempo para que usemos menos PF).
Se precisar me ligue (estou em SP) ou se possivel ele pode se encontrar com Claudio (copiado) em BSB, que pode atualiza-lo.
Obrigado e abraços
Marcelo

Digno de nota nos e-mails acima reproduzidos é também o fato de que **MAURÍCIO FERRO** e **NEWTON DE SOUZA** foram também destinatários das mensagens eletrônicas que continuavam a discutir as providências adotadas para se obter a Medida Provisória e de cópia da mensagem que havia sido encaminhada por **MARCELO ODEBRECHT** a **ANTONIO PALOCCI** por intermédio de seu assessor BRANISLAV KONTIC. Dada a sólida relação espúria estabelecida entre **MARCELO ODEBRECHT** e **ANTONIO PALOCCI**, mesmo depois do efetivo ingresso de **GUIDO MANTEGA** no esquema criminoso, **ANTONIO PALOCCI** continuou atuando illicitamente em favor dos interesses da Odebrecht. Resta claro, assim, que participou de forma relevante – em benefício da Braskem - de todo o processo que resultou na aprovação das Medidas Provisórias 470 e 472.

Destacam-se, nesse sentido, os seguintes e-mails:

56 ANEXO20.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: RES: Emenda MP 470
De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>
Data: 24/03/2010 10:59
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Claudio Melo Filho

Qual o melhor: Nova MP ou inserir na 472?

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviada em: quinta-feira, 24 de março de 2010 10:24
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho
Assunto: RES: Emenda MP 470

Continuamos na linha de uma nova MP. CMF está movimentando suas bases nesta linha. A intenção do MF é inserir a emenda na MP 472. Atualmente a MP 472 está no Plenário da Câmara trancando a pauta. Estava na pauta de ontem dia 23/03. O relator é o Deputado Marcelo Ortiz (PV/SP). Depois da Câmara vai ao Senado. Ela já foi prorrogada até o dia 14/05.

Vale a pena continuarmos insistindo numa nova MP.

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]
Enviada em: terça-feira, 23 de março de 2010 10:53
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Claudio Melo Filho
Assunto: RES: Emenda MP 470

Ok. Me confirme a posição mais atualizada até as 20hs de amanhã

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 22 de março de 2010 18:47
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho
Assunto: ENC: Emenda MP 470

Marcelo,

Acho que vale a pena você cobrar do GM e do Italo a expedição de uma nova MP sobre nosso assunto. Há um movimento de se reintroduzir a matéria através de inserção de emenda em outra MP, que já estaria no Senado.

Claudio e eu achamos que em função dos prazos (aprovação no Senado, Câmara e sanção pelo Presidente), o melhor seria sair uma MP específica sobre o tema, conforme havia sido prometido originalmente.

Abraço e e-mail que enviei ao Nelson Machado.

Estou no encalço do NM sobre este assunto. CMF está se alinhando com o primo.

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Enviada em: quinta-feira, 18 de março de 2010 21:31
Para: Nelson Machado
Assunto: RES: Emenda MP 470

Caro Nelson,

Pelo que tenho acompanhado nas notícias dos jornais a MP 470 deve caducar no próximo dia 23 de março. Portanto, as emendas já apresentadas não serão incorporadas ao Projeto de Lei de conversão da referida Medida Provisória. Dentre elas, inclui-se a emenda que trata do aproveitamento dos prejuízos fiscais de 2009 para pagamento do Refis.

O Governo Federal já sinalizou sua intenção de preservar a equidade entre os contribuintes que optaram por sistemáticas diferentes de apuração de lucro real, que seja trimestral, ou anual, com a intenção de editar Medida Provisória específica sobre o tema. Optou-se, posteriormente, pela apresentação de emenda à MP 470.

Assim sendo, e diante da frustração na aprovação da MP 470 no Congresso Nacional, presumo que será resgatada a intenção original de se editar Medida Provisória específica sobre o tema.

Isso se confirma?

Abraço,

Mauricio

De: Nelson Machado [mailto:nelsonm.machado@fazenda.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 26 de fevereiro de 2010 11:12
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Assunto: ENC: Emenda MP 470

Mauricio

De nossa parte não há proposta de alteração.

Reencaminho a redação que está em discussão no Senado

Abço

Nelson

Esta mensagem pode conter informações confidenciais a respeito de assuntos em andamento. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail para o endereço eletrônico fornecido. Caso esta mensagem e seus anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou qualquer outro compromisso eventualmente existente entre as partes.

This message may contain confidential and privileged information. Unauthorized use, copy or disclosure of this message is expressly prohibited. If you received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message outright. If this message and its attachment contain terms and conditions under negotiation, they shall not be deemed as a definitive agreement or supersede any other arrangement that may exist between the parties.

Assunto: Re: Res: Re: Enc: Res: Re: Res: IPI
De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>
Data: 03/05/2009 19:51
Para: mauricio.ferro@braskem.com.br

Sim. Mas vou te dar chance de ele apresentar a conta, se for isto que tiver inibindo a solução.

From: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Sun May 03 17:34:02 2009
Subject: Res: Re: Enc: Res: Re: Res: IPI

Não é o caso de eu estar presente nesta reunião?

De: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Para: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
Enviada em: Sun May 03 19:11:13 2009
Assunto: Re: Enc: Res: Re: Res: IPI

Ok. Estaja de stand-by se puder

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

From: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Sun May 03 16:20:31 2009
Subject: Enc: Res: Re: Res: IPI

Esqueci de copia-lo

----- Mensagem original -----
De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
Para: 'cmf@odebrecht.com' <cmf@odebrecht.com>
Enviada em: Sun May 03 18:19:35 2009
Assunto: Res: Re: Res: IPI

Ele sempre se colocou como capaz de ajudar na interlocucao com o executivo e pouco com o legislativo. Acho que agora e a hora do executivo se mobilizar e apresentar uma proposta palatavel para o problema. Ele poderia ajudar para que isso acontecesse na reuniao de terca.

Outro ponto Marcelo eh avisar que irei procura-lo para aquele apoio na casa que atuo. Acho que eh chegada a hora. Ja pedi a AA para agendar com ele esta conversa, mas acredito que se voce mencionar que irei procura-lo ajuda muito

----- Mensagem original -----
De: Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>
Para: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Cc: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
Enviada em: Sun May 03 17:19:44 2009
Assunto: Res: Re: Res: IPI

1. Tema crise como grande justificativa, voce domina bem os termos;
2. A base deles tem declarado apoio, fato que reforca argumentos de trabalhadores; varios sindicatos(RS; SP; SC - estes foram ao congressos e falaram com os senadores, maior exemplo sao os discursos da Sen Ideli e Paim);
3. A oposicao esta de acordo, desde que o Gov trabalhe como se o tema fosse um apoio/ saída para a crise no pais. Discurso ja adotado pelo lider do Gov.
4. O STJ, Gianetti fez visitas oficiais sobre o tema, tem dito que torce por solucao pacifica;
5. Preocupacao com a questao da data de corte. gov apresentou 96 e nos queremos 2002. Ja apresentamos proposta.
6. Precisamos dele e de membros da equipe antiga dele para justificar as mudancas da economia atual e defender o acordo. O atual precisa sentir-se seguro, isto ajudaria muito.

MF - contribua.

Estes comentarios sao mais na linha do discurso. Seria dificil comentar de forma tecnica e aprofundada, pois ainda não ha um documento oficial do Gov, esperamos este documento na terca apos os encontros do Min.

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar; Darci Luz
Cc: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>
Enviada em: Sun May 03 13:47:40 2009
Assunto: RES: Res: Re: Res: IPI

Melhor que me mande algo que devo enfatizar com o italiano hoje por e-mail, do que falarmos pelo aberto amanhã.
Qd chegar no escritório em SSA me ligue, se der tempo terminamos de arredondar

-----Mensagem original-----
De: Claudio Melo Filho
Enviada em: domingo, 3 de maio de 2009 15:39
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Alexandrino Alencar; Darci Luz
Cc: 'mauricio.ferro@braskem.com.br'
Assunto: Res: Re: Res: Res: IPI

Marcelo
Amanha sigio logo cedo para Salvador pois ha algumas semanas marquei com Gov JW para levar Roberto/ Bairro Novo. Retorno inicio da tarde.
Se quiser podemos nos falar antes das 9 h pois meu voo e 9:20 h ou assim que chegar em Salvador seguirei para esc e te ligo de la, por volta das 11:30 h.

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Alexandrino Alencar; Darci Luz
Cc: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>; Claudio Melo Filho
Enviada em: Sun May 03 09:00:15 2009
Assunto: Re: Res: Re: Res: IPI

Darci: ver novo tel Brani.
Marquei com ele a principio que o deputado passaria la no escritorio entre 11:30 e 12 horas amanha (2a).
Acompanhe com ele pela manha.
Marque com CMF e MF para nos falarmos antes

----- Original Message -----
From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Sat May 02 18:06:33 2009
Subject: Res: Re: Res: IPI

061 99949814

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Alexandrino Alencar
Enviada em: Sat May 02 09:00:25 2009
Assunto: Re: Res: IPI

Vc tem o celular novo de Brani. Ou o email?

----- Original Message -----
From: Alexandrino Alencar
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Sat May 02 08:53:15 2009
Subject: Res: IPI

Nao marquei nada.
Alias vou estar com o Dida do BB junto com Paulinho.
Caso vc marque com o italiano me avise

----- Mensagem original -----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Alexandrino Alencar
Cc: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>; 'bernardo.gradin@braskem.com.br' <bernardo.gradin@braskem.com.br>
Enviada em: Sat May 02 08:18:13 2009
Assunto: IPI

AA: Vc marcou alguma coisa com o italiano na 2a?
Se não, vou ligar para Brani hoje para tentar marcar.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Quanto a **MAURÍCIO FERRO** e **NEWTON DE SOUZA**, o fato de participarem da troca de e-mails, inclusive fazendo referências à relevância de **ANTONIO PALOCCI** no esquema espúrio reforça a conclusão de que não agiam meramente como executivos, mas como partes da engrenagem voltada a corromper agentes públicos e a obter vantagens econômicas em favor do grupo ODEBRECHT.

Especificamente no que diz respeito às tratativas ilícitas com a Odebrecht relacionadas à edição das medidas provisórias, apurou-se que **ANTONIO PALOCCI** atuou com o consentimento e autorização do então Presidente LULA, conforme claramente elucidado em e-mail remetido por **MARCELO ODEBRECHT** a **MAURÍCIO FERRO** e CLAUDIO MELLO FILHO, em que cita a informação recebida de ALEXANDRINO ALENCAR

Re: Enc: Números - NOVO REFIS

Assunto: Re: Enc: Números - NOVO REFIS

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 28/08/2009 20:38

Para: 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; Claudio Melo Filho

CMF: atentar para estes detalhes de ao entrar em um, poder ainda usar o outro com outros tributos.

Ao reconhecer o Zero tb não teríamos um prejuízo que poderíamos usar?

Podemos usar o prejuízo ou o 33% do prejuízo (aliquota de IR e CSL)? Acho que o Nelson Machado esta armando para soh usarmos o imposto do prejuízo fiscal.

Seria importante trabalharmos nossa proposta a todos estes pontos para CMF entregar a RJ e eu ao Italiano na 2a.

AA: acabou de receber a info que o amigo de meu pai disse que este assunto delegou para o Italiano resolver. Dai a presenca dele.

From: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>

To: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho

Sent: Fri Aug 28 19:30:03 2009

Subject: Enc: Números - NOVO REFIS

P.s.c.

De: MAURICIO DANIAS REZBERIA
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; GUSTAVO SAMPAIO VALVERDE; LUIZ FELIPE MONTEIRO LEMOS
Enviada em: Fri Aug 28 20:16:27 2009
Assunto: Números - NOVO REFIS

MF:

Aplicando os percentuais de redução que acabamos de conversar (100% multa de mora; 80% de multa isolada; 70% de juros e 100% de encargos legais), o valor líquido da nossa dívida líquida (pós uso de Prejuízos Fiscais) ficará em torno de R\$ 1.93 bilhões. Há ainda a possibilidade de reduzir este número em aproximadamente R\$ 500 milhões se optarmos por discutir alguns débitos (em decorrência da homogeneização láctea e desacidificadora).

Para facilitar os exercícios com os números, abaixo segue uma tabela com o valor da dívida antes e depois da aplicação dos prejuízos fiscais. Inei pensar em outras formas de reduzir este número. Nossa maior margem de manobra está nos juros, que hoje é quase o mesmo montante do principal.

Importante assegurar que a opção para o pagamento a vista dos débitos de IPI Zero e IPI Prêmio pelo contribuinte não obrigue a pagar as demais dívidas nas mesmas condições de prazo. Assim, poderemos incluir a CSL num parcelamento longo (180 meses por exemplo) e reconhecer um novo valor de Prejuízo Fiscal de R\$ 300 milhões.

DÍVIDA CONSOLIDADA					
	Principal	Multa	Multa Isolada	Juros	Encargos Total
IPI Zero	1.760.783	568.740	482.810	1.482.001	14.473
IPI Prêmio	430.581	136.032	-	492.590	156.266
Total	2.200.364	702.781	482.810	1.954.051	170.739
DÍVIDA REFIS ESPECIAL IPI ZERO E IPI PRÊMIO					
Pagamento A Vista	Principal	Multa	Multa Isolada	Juros	Encargos Total
IPI Zero	1.760.783	0	92.583	438.818	0
IPI Prêmio	430.581	0	-	147.777	0
Prejuízos Fiscais	-	645.000	-	-	-
Total	1.256.364	-	92.583	586.395	-

Segundo se depreende claramente do e-mail acima, em mensagem na qual discutia com **MAURÍCIO FERRO** e CLAUDIO MELO FILHO as condições do REFIS que estava sendo implementado pela Medida Provisória nº 470, **MARCELO ODEBRECHT**, após expor outros

aspectos relacionados ao tema, relata ter recebido de ALEXANDRINO ALENCAR a informação de que o próprio LULA (referido como “o amigo de meu pai”) teria informado que as tratativas relativas à edição da MP haviam sido por ele delegadas a **ANTONIO PALOCCI** (referido pelo codinome “Italiano”). Destaque-se, nesse ponto, que a informação contida no e-mail ganha ainda mais robustez ao se perceber que, segundo já exposto, os valores ilícitos solicitados e negociados tanto por **ANTONIO PALOCCI** (Italiano) quanto por **GUIDO MANTEGA** (pós Itália) constituíam um caixa geral de propina a ser posteriormente utilizado no interesse do Partido dos Trabalhadores (conforme demonstrado na Planilha Italiano).

No que diz respeito à vantagem indevida solicitada por **ANTONIO PALOCCI**, esclareceu **MARCELO ODEBRECHT** que o benefício negociado com **ANTONIO PALOCCI** não se tratava de uma contrapartida específica, mas de um pagamento que era efetuado em razão dos diversos favores ilícitos de **ANTONIO PALOCCI**, já que, como já explicitado, **ANTONIO PALOCCI** colocava-se à disposição dos interesses da Odebrecht, interferindo sempre que fosse necessário, valores estes que eram alocados na chamada “conta italiano” e que seriam utilizados ao longo do tempo, conforme as instruções a serem transmitidas.

Resta evidente, portanto, a prática do crime de corrupção passiva por parte de **ANTONIO PALOCCI** e de corrupção ativa por parte de **MARCELO ODEBRECHT**, **BERNARDO GRADIN**, **MAURÍCIO FERRO** e **NEWTON DE SOUZA**.

V.2. A corrupção ativa e passiva e as interferências de GUIDO MANTEGA em favor dos interesses econômicos da ODEBRECHT.

Segundo já referido, a partir de aproximadamente o ano de 2009, no momento em que estava em discussão a edição e aprovação da Medida Provisória nº 470, **GUIDO MANTEGA** após a aproximação viabilizada por **ANTONIO PALOCCI**, ainda sem cessar o vínculo desse com **MARCELO ODEBRECHT**, passou também a estabelecer uma relação ilícita mais próxima com **MARCELO ODEBRECHT**.

Nesse contexto, **GUIDO MANTEGA**, no exercício do cargo de Ministro da Fazenda, solicitou a **MARCELO ODEBRECHT**, para si e para outrem, o pagamento de vantagem indevida no montante de R\$ 50 milhões, como contraprestação específica pela aprovação de Medida Provisória que instituiu um novo refinanciamento de dívidas fiscais e permitiu a utilização de prejuízos fiscais das empresas como forma de pagamento (Refis da Crise – MPs 470 e 472).

MARCELO ODEBRECHT, por sua vez, não apenas aceitou a solicitação de vantagem indevida feita por **GUIDO MANTEGA**, como também viabilizou, juntamente com **BERNARDO GRADIN**, o pagamento da vantagem indevida, tendo acertado com **BERNARDO GRADIN** que o pagamento dos R\$ 50 milhões seria alocado no orçamento da BRASKEM, para que fosse posteriormente pago a **GUIDO MANTEGA** por meio do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht. Ou seja, coube a **BERNARDO GRADIN** viabilizar a obtenção desse elevando montante, colocando-o à disposição de **MARCELO ODEBRECHT**, junto ao Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, para que fosse repassado conforme as orientações de **GUIDO MANTEGA**.

Como já referido e demonstrado, a MP 470/09 foi editada com o propósito viabilizar os lucros ilícitos da BRASKEM que haviam sido frustrados com a inviabilidade de sanção da MP 460/09. A MP 472/09, por sua vez, tratou-se de uma extensão da MP 470/09, uma vez que, ao ser convertida na Lei nº 12.249/2010, estendeu até dezembro de 2009 a data para utilização dos prejuízos fiscais. Sendo a BRASKEM a beneficiária da medida entre as empresas do grupo ODEBRECHT, era essencial a participação de **BERNARDO GRADIN** para que o ajuste fosse concluído⁵⁷.

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, **MARCELO ODEBRECHT** revelou que, em reunião realizada no escritório do Ministério da Fazenda, **GUIDO MANTEGA**, no curso das discussões sobre o tema relativo à MP 470, escreveu em um papel o número "50" e o mostrou a **MARCELO ODEBRECHT**, deixando evidente que o pedido da vantagem indevida estaria diretamente relacionado à aprovação da Medida Provisória que estava

57 QUE, então, foi editada a MP 470, trazendo um regime específico para tratamento do passivo do IPI alíquota 0% e crédito-prêmio de IPI, ao qual a BRASKEM aderiu, como diversas outras empresas que tinham o mesmo passivo fiscal aderiram (Anexos 6.D e 6.G); QUE o COLABORADOR acha, inclusive, que ao final puderam aderir ao Refis empresas com diferentes passivos, além dos que envolviam a nossa negociação; QUE a adesão da BRASKEM ao Refis previsto na MP 470/2009 foi feita em 2009 mediante o pagamento de parte dos débitos com prejuízos fiscais gerados até 2008 e parte em dinheiro; QUE os valores em espécie foram divididos em 12 parcelas mensais, a primeira com vencimento em novembro de 2009; **QUE o pleito feito a GUIDO MANTEGA havia sido, portanto, atendido; QUE, ainda assim, considerando que a BRASKEM teve prejuízos fiscais no ano de 2009, o COLABORADOR fez um novo pleito ao Ministro GUIDO MANTEGA, pedindo-lhe que fosse inserida previsão legal para permitir a utilização de prejuízos fiscais também de 2009 (não se limitando ao ano de 2008) para a quitação das parcelas vincendas do Refis da BRASKEM; QUE como o COLABORADOR tinha recebido de GUIDO MANTEGA a certeza de que seria editada uma Medida Provisória para atender este pleito, comunicou à BRASKEM que, a ver do COLABORADOR, ela poderia suspender os pagamentos das parcelas nos termos da MP 470/2009; QUE, como prometido, o Ministério da Fazenda encaminhou proposta de inclusão de dispositivo legal à MP 472/2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, contemplando, em seu art. 81, o pleito da BRASKEM (Anexo 6.E e 6.F); QUE foi com base na edição da MP 472/2009 que foi viabilizada a utilização de passivos relativos ao ano de 2009; QUE esse pedido foi feito a posteriori em função de que somente perto do final do ano houve a solidificação do prejuízo; QUE assim a BRASKEM pode quitar as seis últimas parcelas do seu Refis que estavam pendentes, bem como as parcelas que deixaram de ser pagas com o prejuízo fiscal de 2009; QUE PALOCCI acompanhou toda a evolução do problema, até sua solução, inclusive participando de algumas reuniões junto com GUIDO MANTEGA (ANEXO23).**

sendo especificamente discutida naquela reunião⁵⁸.

Em corroboração ao relatado por **MARCELO ODEBRECHT**, verificou-se que, em e-mail remetido por **MARCELO ODEBRECHT** em época contemporânea aos fatos (pouco tempo após a conversão em lei da MP 472), **MARCELO ODEBRECHT** fez expressa referência a acertos de pagamentos e contrapartidas relacionadas a **GUIDO MANTEGA**. Há, inclusive, expressa menção a “AP: 23vc e 50 GM”, deixando evidente a existências de acerto de R\$ 23 milhões com **ANTONIO PALOCCI** (AP) e R\$ 50 milhões com **GUIDO MANTEGA**⁵⁹. No mesmo e-mail, em item intitulado “revisão créditos”, há ainda a referência a 50 IPI (+20GM), revelando a existência de efetivo acerto de propina tanto com **GUIDO MANTEGA** quanto com **ANTONIO PALOCCI**

58“**QUE ANTONIO PALOCCI também participou ativamente, ainda que fora do governo, nas negociações sobre o tema “Refis da Crise”**; QUE as diversas tratativas que teve com PALOCCI sempre pressupunham uma colaboração das empresas do grupo para com o candidatos do PT; QUE estas questões sempre estavam “implícitas”; QUE, pela relevância, este assunto acabou sendo pauta de agenda também do pai do COLABORADOR com o ex-Presidente LULA e de contatos entre ALEXANDRINO ALENCAR e GILBERTO CARVALHO; QUE, ao final, a solução encontrada foi a edição de um programa de pagamento dos débitos (REFIS), que possibilitava a utilização de prejuízos fiscais das empresas como moeda de pagamento, além de parcelar a dívida por vários anos, o que seria viabilizado mediante a edição de uma Medida Provisória pelo Presidente da República (LULA); **QUE, como contrapartida à edição dessa Medida Provisória, GUIDO MANTEGA pediu ao COLABORADOR uma contribuição que, segundo MANTEGA, serviria à campanha presidencial de DILMA em 2010, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); QUE esta cifra foi anotada por MANTEGA em um papel e mostrada ao COLABORADOR em uma das reuniões em que se negociava sobre o assunto; QUE o valor veio espontaneamente de MANTEGA, sem qualquer correlação com o benefício que a BRASKEM teria ao final**; QUE, tendo em vista a gravidade do tema para a BRASKEM, cujo passivo era bilionário e poderia comprometer suas atividades, **o COLABORADOR resolveu, com a concordância do Presidente da BRASKEM à época (BERNARDO GRADIN, assumir o compromisso dos R\$ 50.000.000,00 cinquenta milhões de reais) solicitados por GUIDO MANTEGA**; QUE essa solicitação foi feita diretamente por ele em uma reunião com o depoente; QUE a reunião se deu no escritório do Ministério da Fazenda na av. Paulista, que era na sede da Caixa Econômica Federal, provavelmente no segundo semestre de 2009; QUE MANTEGA disse que tinha uma expectativa de doação para a campanha de Dilma no valor de R\$50.000.000,00; QUE MANTEGA não falou do valor, mas o anotou num papel e mostrou ao colaborador, ficando claro para o colaborador que a doação seria dada em contrapartida à edição da MP nº 470/2009, posteriormente alterada pela MP nº 472/2009, como passa a esclarecer; QUE quem vai poder explicar melhor este assunto é Maurício Ferro, que era diretor jurídico da Braskem, no período de 2002 a 2013; QUE a BRASKEM ficou responsável pelo custo desta contribuição, conforme previsto na Planilha Italiano, quando se refere a fonte “BK” (ANEXO23).

59 DOC 48 – EMAILS ENTREGUES MO (ANEXO24).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto:	Tel/Meet: Miriam. FBezerra. FP/AM/FB. JEC. Aecio? Sergio Guerra vs (pedido JS)? AP (Jantar c/Pai). Sirovsky
Data de Conclusão:	sexta-feira, 24 de fevereiro de 2012
Status:	Não iniciada
% concluída:	0%
Trabalho estimado:	0 horas
Trabalho real:	0 horas
Proprietário:	Leonardo Fuzisaka
Categorias:	Odebrecht

AP:

- 23 vc e 50 GM

- jantar aqui em casa com Lula?

Meu Pai

JRMarinho

Abilio

Gerdau

Nobre (sindicato São Bernardo)

Hermelindo (Cooperçucar)

RSetubal

Trabuco

- jantar com meu pai.
- Seu Programa?
- Conc CC GM vs AP e internado.
- SubSea
- Defesa
- Acertado com AP 2/7
- Revisão credits
 - 40US Angola (com custo US 4-5 a abater outro credito)
 - 50 + 60 SUB (60 a carimbar parte) – necessita aprovar preços e estrutura financiamento
 - 50 IPI (+20 p/GM)
 - 10 AP (conta IPI)
 - 1% BM

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Em outra mensagem eletrônica, também a corroborar a existência do acerto ilícito entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, destacam-se os seguintes e-mails, de 02/12/09, nos quais **MARCELO ODEBRECHT** reporta a **MAURÍCIO FERRO** e a CLAUDIO MELO FILHO que iria encontrar **GUIDO MANTEGA** em Berlim, sendo que **MAURÍCIO FERRO**, em resposta, ressalta que, “no assunto IPI, vale a pena reconfirmar o compromisso da MP e da contrapartida”⁶⁰.

Nesse contexto, o teor das trocas de mensagem deixam evidente que havia àquela época um compromisso de **GUIDO MANTEGA** de emitir a MP e que tal compromisso estava ligado à contrapartida. Além disso, como é óbvio, tal conversa comprova ainda a intensa e efetiva participação de **MAURÍCIO FERRO** na empreitada criminosa, mostrando claramente que não apenas participou de todo o processo, mas que tinha conhecimento da corrupção e auxiliava **MARCELO ODEBRECHT** a decidir a melhor estratégia sobre o tema:

De: Claudio Melo Filho
Enviado em: quarta-feira, 2 de dezembro de 2009 13:11
Para: 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; Marcelo Bahia Odebrecht
Assunto: Res:

Por aqui nada de novo.

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho
Enviada em: Wed Dec 02 06:05:32 2009
Assunto: Res:

No assunto IPI, Vale a pena reconfirmar o compromisso da MP e da contra-partida

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>
Enviada em: Wed Dec 02 08:57:29 2009
Assunto:

Acho que vou me encontrar com GM em Berlim, hoje e ou amanhã.
Alguma novidade?

Ainda a respeito do acerto de propina feito com **GUIDO MANTEGA**, verificam-se as seguintes trocas de mensagens entre **MARCELO ODEBRECHT** e **HILBERTO SILVA**, na qual **MARCELO ODEBRECHT** explica a **HILBERTO SILVA** os créditos existentes em favor de “G”, em nítida referência a **GUIDO MANTEGA**:

60 ANEXO25.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviado em: terça-feira, 28 de agosto de 2012 14:15
Para: Hilberto M Alves da Silva Filho
Cc: Paul Elie Altit; Benedicto Barbosa da Silva Junior
Assunto: RES: RES:

Veja o e-mail que mandei.

Se não me engano o que havia combinado seria agregar na conta de G um valor que PA acertou para um projeto em SP (credito de 1 M até outubro e se não me engano 21 até 2014), assim ele passaria a ter 50 (pertence ao ex) + 23 (atual). Temos que manter os 2 saldos em separado, mas vamos creditando tudo. A principio o 15M sai dos 23 (atual), mas o 21 só entra até 2014, assim vamos tratando os créditos juntos (é o que disse a ele).

-----Mensagem original-----

De: Hilberto M Alves da Silva Filho
Enviada em: terça-feira, 28 de agosto de 2012 13:22
Para: Marcelo Bahia Odebrecht
Assunto: ENC: RES:

Este novo programa é para ser abatido dos 50 de G ou é um novo programa sem origem ?

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: segunda-feira, 27 de agosto de 2012 14:23
Para: Hilberto M Alves da Silva Filho
Cc: Benedicto Barbosa da Silva Junior
Assunto:

Acertou oque com Feira sobre os 15M?

-----Mensagem original-----
De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: terça-feira, 28 de agosto de 2012 11:17
Para: Hilberto M Alves da Silva Filho
Assunto: Re: RES:

Tudo aqui ou conseguiu algo fora para facilitar?

Imagino que o 7 pos nov eh o lucro

-----Original Message-----

From: Hilberto Silva
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Subject: RES:
Sent: Aug 28, 2012 10:48

1 ago.

3 set

4 out

Saldo de 7 a partir de nov.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ainda em corroboração ao narrado pelo colaborador, verificou-se, a partir da análise dos registros de reuniões constantes da agenda eletrônica de **MARCELO ODEBRECHT** que, efetivamente, no período compreendido entre a data da análise do veto da MP 460/09⁶¹, a aprovação do novo texto legislativo (MP 470/09) e, ao final, a aprovação da MP 472 (e sua conversão na Lei nº 12.249/2010, que ampliou os efeitos da MP 470), foram realizadas diversas reuniões entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, conforme comprovam os registros de reunião constantes da agenda do celular apreendido de **MARCELO ODEBRECHT**:

679 4	Hora de início: 14:00/2010 14:00:00(UTC+0) Hora final: 14:00/2010 15:00:00(UTC+0)	Assunto: Ministro Guido Mantega Assistentes: Localização: CX Econ.Federal - Av. Paulista, 1842 - Torre Sul, 2º andar Detalhes: Secretária Eliana (11) 3103-5840	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	--	--

856 4	Hora de início: 13/08/2010 20:00:00(UTC+0) Hora final: 13/08/2010 21:00:00(UTC+0)	Assunto: GM Assistentes: Localização: CX Econ.Federal - Av. Paulista, 1842 - Torre Sul, 2º andar Detalhes: Secretárias em SAO: Paula, Joane e Eliana (eliana.souza@fazenda.gov.br<mailto:eliana.souza@fazenda.gov.br>) (11) 3103-5848 (SÃO)	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	--	--

924 3	Hora de início: 26/02/2010 14:00:00(UTC+0) Hora final: 26/02/2010 15:00:00(UTC+0)	Assunto: Min. GM Assistentes: Localização: Gabinete São Paulo: CX Econ.Federal - Av. Paulista, 1842 - Torre Sul, 2º andar Detalhes: Reunião confirmada por Eloene (81) 3412.2510/2517	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	---	--

813 2	Hora de início: 24/03/2010 23:00:00(UTC+0) Hora final: 25/03/2010 02:00:00(UTC+0)	Assunto: Jantar GM Assistentes: Localização: SHIS QL 12 - CJ.13 - Casa 5 Detalhes: Segue o endereço do jantar na residência do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, hoje dia 24/3, às 20h: SHIS - QL 12, conjunto 13 - casa 05 - Lago Sul. Qualquer dúvida estamos à disposição, Att, Gabinete do Ministro (81)3412-2515	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	--	--

895 1	Hora de início: 07/05/2010 16:00:00(UTC+0) Hora final: 07/05/2010 17:30:00(UTC+0)	Assunto: Almoço com Ministro Guido Mantega Assistentes: Localização: Restaurante Cantaloup - Rua Manuel Guedes, n. 474 - Itaim - Bibi Detalhes: CONFIRMADO NO IEDI CDM MARI - Tel 5505 4922 - dia 30/04 às 10h00 =====	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	---	--

61 A MP 460/09 foi aprovada na Câmara dos Deputados em 06/08/2009 e submetida, na sequência, à análise do Presidente da República. O veto presidencial sobreveio na data de 27/08/2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

840 7	Hora de início: 21/09/2010 15:00:00(UTC+0) Hora final: 21/09/2010 16:00:00(UTC+0)	Assunto: Reunião com Guido Mantega Assistentes: Localização: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 5º andar Detalhes: Agendada por Rejane (01) 3412-2515	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	--	--

815 7	Hora de início: 18/11/2010 19:00:00(UTC+0) Hora final: 18/11/2010 20:00:00(UTC+0)	Assunto: Guido Mantega Assistentes: Localização: Cx.Econômica (Paulista, 1842 - Torre Sul, 2º andar) Detalhes:	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	---	--

782 9	Hora de início: 26/03/2011 14:30:00(UTC+0) Hora final: 26/03/2011 15:30:00(UTC+0)	Assunto: Ministro Guido Mantega Assistentes: Localização: Av. Paulista, 2103, 7º andar Detalhes: Agendada por Carol 01 3412-2515 Gabinete São Paulo 11 3086 8279 (no período da tarde, informar dados do veículo)	Categoria: Calendário Lembrete: Prioridade: Desconhecido Status: Desconhecido Classe: Normal Repetir dia: Nenhuma Repetir regra: Nenhuma Repetir intervalo: 0 Repetir até:
----------	--	--	--

Ainda a corroborar a relação espúria e totalmente anormal mantida entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, destaca-se que, a partir do cruzamento das ERBs utilizadas por **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, foram identificados, entre 14/03/2011 e 06/03/2015, pelo menos 307 possíveis encontros entre ambos⁶². Evidentemente, a elevada quantidade de encontros entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA** destoa completamente de uma relação sadia e proba entre um Ministro da Fazenda e um alto executivo de um grupo empresarial.

Além disso, a partir da análise das ligações telefônicas realizadas entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, verificou-se um número excessivamente elevado de contatos telefônicos. Considerando-se os contatos telefônicos realizados entre o celular de **MARCELO ODEBRECHT** e os telefones relacionados às secretárias e assessores de **GUIDO MANTEGA**, verificou-se a realização de, pelo menos, 118 ligações telefônicas, ligações essas que, conforme reconhecido pelo próprio **MARCELO ODEBRECHT**⁶³ tinham como finalidade o agendamento de reuniões com **GUIDO MANTEGA** diretamente por **MARCELO ODEBRECHT**.⁶⁴ Não suficiente o

62 RI 67/2018 – **ANEXO26** (Destaca-se que a pesquisa realizada engloba apenas o período compreendido entre 14/03/2011 e 06/03/2015 em razão de as companhias telefônicas não mais manterem em seus cadastros os registros das ligações de períodos anteriores).

63 Termo de Depoimento de MARCELO ODEBRECHT – **ANEXO27**.

64 RI 66/2018 – **ANEXO28**.

contato direto estabelecido por **MARCELO ODEBRECHT**, verificou-se, ainda, a ocorrência de mais outras 129 ligações telefônicas entre as secretárias de **MARCELO ODEBRECHT** e as secretárias de **GUIDO MANTEGA**, também realizadas com o propósito de agendar os encontros pessoais entre **GUIDO MANTEGA** e **MARCELO ODEBRECHT**.⁶⁵⁶⁶

Mais uma vez, verifica-se que a quantidade de contatos estabelecidos entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA** desborda completamente da normalidade, demonstrando uma relação mais próxima do que o esperado – e adequado – para uma relação entre um executivo e o Ministro da Fazenda.

No que diz respeito à interlocução mantida entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA** e à atuação de **GUIDO MANTEGA** em favor dos interesses da ODEBRECHT, inúmeros e-mails trocados entre **MARCELO ODEBRECHT** e seus executivos à época dos fatos revelam que efetivamente, dentro da relação mantida com **MARCELO ODEBRECHT**, **GUIDO MANTEGA** atuou em benefício do Grupo Odebrecht para a aprovação das Medidas Provisórias nº 470 e 472.

Nesse sentido, destacam-se, a título exemplificativo, os seguintes e-mails, identificados no notebook de **MARCELO ODEBRECHT**, apreendido quando da realização de busca e apreensão⁶⁷⁶⁸

65 RI 64/2018 – **ANEXO29**.

66 Além das ligações acima referidas, verificou-se, ainda, a ocorrência de, pelo menos, 13 ligações diretas entre os números fixos e móveis de GUIDO MANTEGA e MARCELO ODEBRECHT – (RI 63/18 e RI 65/18 - **ANEXOS 30 e 31**)

67 Notebook apreendido quando da realização de busca e apreensão nos autos nº 5024251-72.2015.404.7000, objeto do Laudo nº 1943/17, realizado pela Polícia Federal (**ANEXO32**)

68 **ANEXOS 33 a 41**.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Res: Re:

De: Alexandrino Alencar <alexandrino@odebrecht.com>

Data: 13/08/2009 23:13

Para: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

No evento da Isto E

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Para: Alexandrino Alencar; Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>

Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' <bernardo.gradin@braskem.com.br>; Newton Souza; 'carlos.fadigas@braskem.com.br' <carlos.fadigas@braskem.com.br>

Enviada em: Thu Aug 13 21:23:12 2009

Assunto: Re:

Esteve onde?

----- Original Message -----

From: Alexandrino Alencar

To: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br' <mauricio.ferro@braskem.com.br>

Cc: 'bernardo.gradin@braskem.com.br' <bernardo.gradin@braskem.com.br>; Newton Souza; 'carlos.fadigas@braskem.com.br' <carlos.fadigas@braskem.com.br>

Sent: Thu Aug 13 20:36:18 2009

Subject: Res:

Estive agora a pouco com o Mantega que me falou que so **amanha vai te ligar** pois estava muito atarefado.

Que vai buscar uma solucao para nos sem muita pressa.

Que a pressao da imprensa foi muito forte.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Re: Ipi MP especifica
De: Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>
Data: 13/10/2009 17:53
Para: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>, "mauricio.ferro@braskem.com.br"
<mauricio.ferro@braskem.com.br>

Perfeito.

----- Mensagem Original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Claudio Melo Filho; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'
<mauricio.ferro@braskem.com.br>
Enviado: Tue Oct 13 16:21:10 2009
Assunto: Re: Ipi MP especifica

Estarei com G. amanhã as 17hs para fecharmos. Guarde sigilo total deste encontro, ate para o primo do adriano.

----- Original Message -----

From: Claudio Melo Filho
To: Marcelo Bahia Odebrecht; 'mauricio.ferro@braskem.com.br'
<mauricio.ferro@braskem.com.br>
Sent: Tue Oct 13 11:41:47 2009
Subject: Ipi MP especifica

Acabei de falar com primo, a posicao e:
.. MP especifica
.. Contemplando Data ate setembro
.. Veto geral na 462

Reforcei com ele que NM tem todas as informacoes necessarias.
Eles terao reuniao hoje as 16 h.
A noite vou encontra-lo para ver novo texto.

MF estou preocupado. Voce precisa saber o que NM vai escrever.

Assunto: ENC: Emenda MP 470
De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>
Data: 22/03/2010 18:46
Para: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>, Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>

Marcelo,

Acho que vale a pena voce cobrar do GM e do italiano a expedição de uma nova MP sobre nosso assunto. Há um movimento de se reintroduzir a matéria através de inserção em outra MP, que já está no Senado.

Claudio e eu achamos que em função dos prazos (aprovação no Senado, Câmara e sanção pelo Presidente), o melhor seria sair uma MP especifica sobre o tema, conforme havia sido prometido originalmente.

Abaixo o e-mail que enviei ao Nelson Machado.

Estou no encargo do NM sobre este assunto. CMF está se alinhando com o primo.

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Enviada em: quinta-feira, 18 de março de 2010 21:31
Para: Nelson Machado
Assunto: RES: Emenda MP 470

Caro Nelson,

Pelo que tenho acompanhado nas notícias dos jornais a MP 470 deve caducar no próximo dia 23 de março. Portanto, as emendas já apresentadas não serão incorporadas ao Projeto de Lei de conversão da referida Medida Provisória. Dentre elas, inclui-se a emenda que trata do aproveitamento dos prejuízos fiscais de 2009 para pagamento do Refis.

O Governo Federal já sinalizou sua intenção de preservar a equidade entre os contribuintes que optaram por sistematizadas diferentes de apuração de lucro real, quer seja trimestral, ou anual, com a intenção de editar Medida Provisória específica sobre o tema. Optou-se, posteriormente, pela apresentação de emenda à MP 470.

Assim sendo, e diante da frustração na aprovação da MP 470 no Congresso Nacional, presumo que será resgatada a intenção original de se editar Medida Provisória específica sobre o tema.

Isso se confirma?

Abraço,

Mauricio

De: Nelson Machado [mailto:nelson.machado@fazenda.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 26 de fevereiro de 2010 11:12
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Assunto: ENC: Emenda MP 470

Mauricio

De nossa parte não há proposta de alteração.

Reencaminho a redação que está em discussão no Senado

Abço

Nelson

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto:

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 07/04/2010 13:54

Para: Claudio Melo Filho; Mauricio Ferro

Falei com GM. Estava mais receptivo em fazer uma MP para deixar caducar. Vai falar com NM.]
CMF: **reforce Tb com o Italiano**

Assunto: Re: Res: Re: NM

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf; Mauricio Ferro /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MauricioFerro;
Envio: 16/04/2010 10:01:44

Avalie o prazo e me fale a tarde pois quero fechar um acordo com GM de que se não aprovar ate tal data, ele sai com a Nova MP

From: Claudio Melo Filho
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Mauricio Ferro
Sent: Fri Apr 16 08:55:13 2010
Subject: Res: Re: NM

Primo quer votar na terça ou quinta, segue para Câmara que acho que deve levar no máximo 2 semanas, mas continua com entraves, vide meu email anterior.

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Para: Mauricio Ferro; Claudio Melo Filho
Enviada em: Fri Apr 16 08:47:59 2010
Assunto: Re: NM

Seria bom antes de eu ligar para GM ter uma ideia da chance de conseguirmos na 472 e como ficamos em termos de prazo.
Uma alternativa seria eu combinar com GM que se a 472 não for aprovada ate (??) ele sairia com uma nova para caducar.
Qual seria este prazo?

From: MAURÍCIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho
Sent: Fri Apr 16 08:42:29 2010
Subject: NM

Falei com NM ha pouco. Disse que não recebeu orientação superior para nova MP. Ele particularmente eh contra, pois Michel tem mantido algum controle sobre emendas contrabando. Se sair uma nova MP especifica sobre o assunto as velhas emendas sobre IPI prêmio voltarão.

A ideia de deixar caducar não da segurança. Ele disse que não tem controle sobre esta estratégia. Ou seja ele teme o desgaste no congresso.

Ao mesmo tempo continua insistindo que não vê como a 472 não passar, pois e cheio de bondades. Ele eh contra tecnicamente, mas voltou a insistir que o mérito esta ok.

Marquei de nos falarmos na semana que vem após ouvir o relator quanto ao timing.

Claudio,

Precisamos de um compromisso do primo quanto ao timing, pois segundo informa NM tah tudo pronto para votar, e so não ficarem enfiando emendas a toda hora.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Falei com GM

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 19/04/2010 11:34

Para: Bernardo Gradin; Mauricio Ferro; Claudio Melo Filho

. Incentivo a MP: não tinha visto o material ainda, vai me ligar.

. MG para o CA Braskem: vai me preservar, mas vai cobrar

. MP IPI: esta confiante na 472. Insisti no prazo de 10-15 maio ou emissão de MP específica. Fica difícil conversar, pois ele acha que a 472 aprova.

Assunto: GM

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 14/06/2010 13:43

Para: Bernardo Gradin

Ficou de tentar marcar encontro conjunto eu, PR e ele para esta 6a

Assunto: Res: Impossibilidade de reconhecimento do "REFIS da crise" em 30/09/2009

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO mauricio.ferro@braskem.com.br

Para: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Mbahia; Claudio Melo Filho /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Cmf; Alexandrino Alencar /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=Alexandrino;

Envio: 08/11/2009 19:26:07

Novembro não, setembro não resolve mais. Já disse por telefone e pelo e-mail que envie a ele.

Reforcei na segunda para saber se ele já está confortável com novembro. O problema dele não é conceitual ou técnico e mera insegurança

De: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>; Alexandrino Alencar <alexandrino@odebrecht.com>

Enviada em: Fri Nov 06 19:07:36 2009

Assunto: RES: Impossibilidade de reconhecimento do "REFIS da crise" em 30/09/2009

Diga a ele que simplesmente novembro não resolve mais, já divulgamos o balanço.

Peça para Alex informar ao italiano na 3a.

Tento falar Tb com GM na 2ª, pois este final de semana ele está na escócia no G-20

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]

Enviada em: sexta-feira, 6 de novembro de 2009 17:07

Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar

Assunto: RES: Impossibilidade de reconhecimento do "REFIS da crise" em 30/09/2009

Ficou de me informar se daria para mudar a data de setembro para novembro. Sair com uma MP em setembro está ok

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]

Enviada em: sexta-feira, 6 de novembro de 2009 16:51

Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar

Assunto: RES: Impossibilidade de reconhecimento do "REFIS da crise" em 30/09/2009

E qual a posição dele?

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]

Enviada em: sexta-feira, 6 de novembro de 2009 15:40

Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho; Alexandrino Alencar

Assunto: ENC: Impossibilidade de reconhecimento do "REFIS da crise" em 30/09/2009

pso

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Re: Paper IPI. Agenda EAO 19

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: 'mauricio.ferro@braskem.com.br' mauricio.ferro@braskem.com.br; 'bernardo.gradin@braskem.com.br' bernardo.gradin@braskem.com.br;
Envio: 16/10/2009 13:47:06

No geral ok.

Mas vou ter que falar pessoalmente com meu pai minha conversa com GM

From: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>
To: BERNARDO GRADIN <bernardo.gradin@braskem.com.br>; Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Fri Oct 16 12:45:53 2009
Subject: Paper IPI. Agenda EAO 19

Marcelo,

Segue paper sobre o IPI que Emilio pediu para se posicionar sobre o tema na reunião de segunda.

Se estiver OK, enviarei diretamente para ele.

De: BERNARDO GRADIN

Enviada em: sexta-feira, 16 de outubro de 2009 12:40

Para: Newton Souza; emilio@odebrecht.com; Marcelo Bahia Odebrecht; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO

Cc: CARLOS FADIGAS; BERNARDO GRADIN

Assunto: Proposta Agenda EAO 19 out

Prioridade: Alta

Prezados,

Segue agenda alinhada com EAO e NS. (na segunda pagina notas que não para capacitação de EAO)

Marcelo, aguardamos suas contribuições.

Anexo material que MO apresentou à ministra e enviado para ODB.

Abs, BG

Assunto: Sucessor Italiano

De: Marcelo Bahia Odebrecht /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=MBAHIA
Para: Bernardo Gradin /O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=BernardoGradin;
Envio: 13/08/2010 18:16:21

Me garantiu que ia agir direto com PR sobre incentivo MP. Demonstrou "firmeza"

Preciso que atenda um pedido dele de compra/adiantamento de propaganda para a revista Brasileiros no valor de 500 mil. Eles vão ;

Além disso, em diversos outros e-mails entregues por **MARCELO ODEBRECHT** no âmbito de seu acordo de colaboração, verificam-se diversas outras demonstrações acerca do relacionamento entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA** e da atuação espúria de **GUIDO MANTEGA** em favor dos interesses da ODEBRECHT, em especial no que diz respeito à questão da Medida Provisória relativa aos benefícios do IPI⁶⁹

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC <mauricio.ferro@braskem.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 9 de abril de 2008 23:55
Para: mbahia@odebrecht.com; newton.souza@odebrecht.com;
darciluz@odebrecht.com
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; pedro.novis@odebrecht.com;
marcos.wilson@odebrecht.com
Assunto: Res: Re: Res: IPI

Ok

----- Mensagem original -----

De: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>
Para: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Newton Souza <newton.souza@odebrecht.com>; Darci Luz Nadeu <darciluz@odebrecht.com>
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; Pedro Novis <pedro.novis@odebrecht.com>; Marcos Wilson <marcos.wilson@odebrecht.com>
Enviada em: Wed Apr 09 22:32:26 2008
Assunto: Re: Res: IPI

Leila,
Veja se o Min Guido Mantega estara no encontro de 3a com a Dilma. Se nao estiver veja se consegue marcar um encontro rapido com ele de 10 min na 3a tarde ou 4a pela manha em BSB ou na 6a em SP.
Se perguntarem o assunto diga que e IPI.

Mauricio,
Voce fica de me atualizar na 2a

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviado em: terça-feira, 25 de maio de 2010 14:37
Para: ESC/CN=RECIPIENTS/CN=BERNAG01
Assunto: RES: RES: Parcelamento de débitos tributários

[Faz parte da agenda](#)

De: Bernardo Gradin [mailto:bernardo.GRADIN@BRASKEM.COM.BR]
Enviada em: tera-feira, 25 de maio de 2010 14:30
Para: Marcelo Bahia Odebrecht
Assunto: Re: RES: Parcelamento de dbitos tributrios

Lembre de pedir apoio para MP exportao, se achar que cabe na agenda.

On 5/25/10 2:23 PM, "Marcelo Odebrecht" <mbahia@odebrecht.com> wrote:

Me monitore. Estou para tar com GM nos proximos dias

----- Mensagem original -----

De: MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviada em: tera-feira, 25 de maio de 2010 14:07
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Bernardo Gradin; Marcela Drehmer
Assunto: RES: Parcelamento de dbitos tributrios

Sim. A questo somente o prazo

Para conhecimento.

----- Mensagem original -----

De: Leandro Modesto Coimbra <coimbra@mattosfilho.com.br>
Para: Leandro Modesto Coimbra <coimbra@mattosfilho.com.br> Enviada em: Mon May 24 18:33:10 2010
Assunto: RES: Parcelamento de dbitos tributrios

Prezados, boa noite.

Informamos que a Presidencia da Repblica acaba de receber a redao final da MP n. 472/2009 (arquivo anexo).

Com isto, o Chefe do Executivo dispor de quinze dias teis para sancionar ou vetar a proposio, conforme art. 66, 1, da Constituio Federal, de modo que o referido prazo se encerrar no dia 14/06/2010.

Por fim, na linha de nossas informaes anteriores, aproveito para destacar os seguinte dispositivos:

- (i) Art. 65 - prev o parcelamento dos dbitos administrados pelas autarquias e fundaes pblicas, bem como de dbitos para com a Procuradoria-Geral Federal (consta das pginas 42 a 49 do anexo);
- (ii) Arts. 80 e 81 - dispem sobre o parcelamento de dbitos oriundos do aproveitamento indevido de crdito-prmio de IPI e da aquisio de produtos com alquota zero ou no tributados (pginas 68 a 70 deste documento); e
- (iii) Arts. 133 a 135 - tratam da iseno fiscal em relao s redues/descontos concedidos no mbito da MP 470 (no incidncia de IR, CSLL, PIS e COFINS sobre os valores que representam a reduo de multas, juros e encargo legal); e do tratamento a ser dado aos depsitos judiciais vinculados aos dbitos mencionados no item (ii), conforme pginas 97 a 99 do anexo.

Dessa forma, permaneceremos monitorando diariamente a publicao da respectiva Lei Ordinria, mantendo-os informados.

Atenciosamente,

Leandro

-----Mensagem original-----

De: Leandro Modesto Coimbra
Enviada em: quarta-feira, 19 de maio de 2010 20:38
Para: Leandro Modesto Coimbra
Assunto: RES: Parcelamento de dbitos tributrios

Caros, boa noite.

Registramos que a Cmara dos Deputados concluiu h pouco a votao do PLV n. 1/2010 (MP n. 472/2009), sem qualquer alterao relativa aos temas e emendas descritas no e-mail que enviamos na data de ontem.

Nesse passo, acompanharemos desde j (i) a compilao e disponibilizao da redao final, contendo os demais pontos modificados hoje durante a referida votao; (ii) a remessa da matria ao Presidente da Repblica para sano/veto; e (iii) a publicao da respectiva Lei Ordinria no Dirio Oficial da Unio.

Por fim, cumpre salientar que, a partir do recebimento da proposio, o Presidente ter quinze dias teis para sancionar ou vetar o texto, de acordo com o art. 66, 1, da Constituio Federal.

A partir dos textos dos e-mails acima colacionados, resta evidente que **GUIDO MANTEGA** (referido nos e-mails pelas iniciais **GM**) passou a atuar em defesa dos interesses da Odebrecht para a edição da MP, em atendimento às demandas que lhe eram trazidas por **MARCELO ODEBRECHT**.

Segundo demonstrado pelos diversos e-mails, a promiscuidade da relação estabelecida alcançou tal grau que **MARCELO ODEBRECHT** sentiu-se confortável inclusive em combinar com **GUIDO MANTEGA** um prazo final para que a Medida Provisória fosse aprovada nos termos em que interessasse à ODEBRECHT. A postura adotada por **GUIDO MANTEGA**, no caso concreto, foi de total afronta ao interesse público. A clareza dos e-mails não deixa dúvida sobre a efetiva atuação de **GUIDO MANTEGA** em benefício da ODEBRECHT na edição da Medida Provisória.

Nesse sentido, apenas a título exemplificativo, o e-mail acima reproduzido, com o título "*sucessor italiano*", ao afirmar que "*Me garantiu que ia agir direto com PR sobre incentivo MP. Demonstrou firmeza*", deixa evidente a atuação espúria e incisiva do "*Pós Itália*" **GUIDO MANTEGA** em favor dos interesses da Odebrecht na aprovação da MP pretendida. Exatamente no mesmo sentido são os demais e-mails, em que se percebe que "**GM**" está confiante que a MP 472 seria aprovada e no qual se verificam encontros, conversas entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**, além da atuação de "**GM**" para marcar o encontro conjunto entre **MARCELO ODEBRECHT, GUIDO MANTEGA** e o então Presidente LUIZ INACIO LULA DA SILVA.

A demonstrar como a edição das Medidas Provisórias 470 e 472 (convertida na a Lei nº 12.249/2010) foram extremamente benéficas aos interesses da Odebrecht e contrárias ao interesse público, reproduzem-se os textos das medidas legislativas referidas:

MP 470:

Art. 3º **Poderão ser pagos ou parcelados, até 30 de novembro de 2009, os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, e os oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não tributados - NT.**

§ 1º Os débitos de que trata o **caput** deste artigo poderão ser pagos ou parcelados em até doze prestações mensais com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de noventa por cento das multas isoladas, de noventa por cento dos juros de mora e de

cem por cento do valor do encargo legal.

§ 2o As pessoas jurídicas que optarem pelo pagamento ou parcelamento nos termos deste artigo poderão liquidar os valores correspondentes aos débitos, inclusive multas e juros, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios, passíveis de compensação, na forma da legislação vigente, relativos aos períodos de apuração encerrados até a publicação desta Medida Provisória, devidamente declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 3o Na hipótese do § 2o deste artigo, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa das alíquotas de vinte e cinco por cento e nove por cento, respectivamente.

§ 4o A opção pela extinção do crédito tributário na forma deste artigo não exclui a possibilidade de adesão ao parcelamento previsto na [Lei n o 11.941](#) , de 27 de maio de 2009.

Art. 4o Para efeito de apuração do imposto sobre a renda, as pessoas jurídicas terão direito à depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por quatro, sem prejuízo da depreciação contábil, de vagões, locomotivas, locotratores e tênderes destinados ao ativo imobilizado, classificados nas posições 86.01, 86.02 e 86.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul. § 1º O disposto no caput aplica-se aos bens novos, que tenham sido adquiridos ou objeto de contrato de encomenda:

I - entre 1o de outubro e 31 de dezembro de 2009; e

II - mediante financiamento realizado por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

§ 2o A quota de depreciação acelerada incentivada de que trata o caput constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será controlada no livro fiscal de apuração do lucro real.

§ 3o O total da depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada incentivada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 4º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 3o deste artigo, o valor da depreciação, registrado na contabilidade, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

Lei nº 12.249/2010 (decorrente de conversão da MP 472 em lei):

Art. 81. As pessoas jurídicas que, no prazo estabelecido no [art . 3](#) o da Medida Provisória n o [470, de 13 de outubro de 2009](#) , optaram pelo parcelamento dos débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo [art. 1](#) o do Decreto-Lei n o [491, de 5 de março de 1969](#), e dos oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo [Decreto n o 6.006, de 28 de dezembro de 2006](#) , com incidência de alíquota zero ou como não tributados - NT, **poderão liquidar os valores correspondentes às prestações do parcelamento com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL relativos aos períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 2009**, desde que sejam :

I - próprios;

II - passíveis de compensação, na forma da legislação vigente; e

III - devidamente declarados, no tempo e forma determinados na legislação, à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1o (VETADO).

§ 2o O valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do

prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

§ 3o As prestações a serem liquidadas devem obedecer à ordem decrescente do seu vencimento.

§ 4o Para os fins de utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL nos termos do caput deste artigo, não se aplica o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado, previsto no [art. 42 da Lei n o 8.981, de 20 de janeiro de 1995](#) , e no [art. 15 da Lei n o 9.065, de 20 de junho de 1995](#).

§ 5o A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil editarão os atos necessários à execução do disposto neste artigo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de publicação desta Lei.

Segundo se depreende facilmente dos textos legislativos acima transcritos, a MP 470 concedeu às empresas exportadoras (dentre as quais a BRASKEM) o direito de pagamento dos débitos fiscais de IPI com a utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Foi conferido às empresas o direito de utilização dos prejuízos fiscais para pagamento dos débitos fiscais, o que já permitia, evidentemente, gigantesco benefício econômico a tais empresas.

Não suficiente todo o favorecimento já concedido pela MP 470, por influência de **MARCELO ODEBRECHT** em relação a **GUIDO MANTEGA** e em razão da propina de R\$ 50 milhões que já havia sido acordada entre ambos (conforme já amplamente descrito na presente peça), no texto da Lei nº 12.249/2010 (objeto de conversão da MP 472), aprovada por **GUIDO MANTEGA**, o limite temporal para aproveitamento do benefício fiscal foi ampliado até 31 de dezembro de 2009, permitindo um aumento ainda mais expressivo ao benefício econômico concedido às empresas exportadoras.

O benefício econômico concedido às empresas – com evidente prejuízo aos cofres públicos – foi imensamente significativo, tendo sido, inclusive, ilustrado nos próprios e-mails trocados entre os executivos da BRASKEM, conforme se observa, por exemplo, do seguinte e-mail em que **MAURÍCIO FERRO, BERNARDO GRADIN, MARCELO ODEBRECHT** e outros executivos do grupo discutem sobre o potencial efeito positivo que a medida legislativa traria às finanças da BRASKEM:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: RES: ENC: Lançamentos Contábeis - Refis
De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>
Data: 04/12/2009 16:48
Para: "MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO"
CC: BERNARDO GRADIN

[Contabilidade aceita tudo](#)

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 4 de dezembro de 2009 12:53
Para: Marcelo Bahia Odebrecht
Assunto: RES: ENC: Lançamentos Contábeis - Refis

Marcelo,

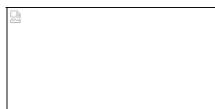
A contabilização do saldo de prejuízo fiscais e do passivo dos IPIs, gerará um Ebitda de aproximadamente R\$ 73mm.

Segue abaixo a origem do Ebitda.

Premissas:

- Valor já contabilizado de IPIs: R\$ 1.211
- Valor total do Passivo: R\$ 2.363
- Saldo a contabilizar: R\$ 1.152 (2.363 - 1.211)
- Valor dos Créditos de Proj. Fiscal: R\$ 1.225

Como os créditos de Prejuízos Fiscais serão contabilizados na mesma linha do passivo (como redutor), e já existe um saldo provisionado, o encontro de contas gerará um crédito superior ao valor que ainda temos a contabilizar de passivo. Abaixo a movimentação no resultado.



De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com]
Enviada em: quinta-feira, 3 de dezembro de 2009 18:29
Para: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Assunto: Re: ENC: Lançamentos Contábeis - Refis

Não entendi

From: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO <mauricio.ferro@braskem.com.br>
To: Marcelo Bahia Odebrecht
Sent: Thu Dec 03 15:14:01 2009
Subject: ENC: Lançamentos Contábeis - Refis

psc

De: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Enviada em: quinta-feira, 3 de dezembro de 2009 17:54
Para: BERNARDO GRADIN; CARLOS FADIGAS
Cc: Newton Souza
Assunto: ENC: Lançamentos Contábeis - Refis

Mais uma boa notícia

De: MAURICIO DANTAS BEZERRA
Enviada em: quinta-feira, 3 de dezembro de 2009 16:32
Para: GUSTAVO SAMPAIO VALVERDE; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO
Assunto: ENC: Lançamentos Contábeis - Refis

Por incrível que pareça o parcelamento vai virar EBITDA.

De: GUILHERME ALVES MELEGA
Enviada em: quinta-feira, 3 de dezembro de 2009 16:11
Para: LUCIANA PAULO FERREIRA; ROBERTA PIMPHARI VARELLA
Cc: CARLOS FADIGAS; MARCELA DREHNER; MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; MAURICIO DANTAS BEZERRA; GUSTAVO SAMPAIO VALVERDE; LUIZ FELPE MONTEIRO LEMOS; ALEXANDRE NAGHIRNIAC; JOEL BENEDITO JUNIOR
Assunto: Lançamentos Contábeis - Refis

Luciana e Roberta,

Finalizamos as discussões sobre os lançamentos contábeis do Refis. Em síntese teremos um impacto positivo no EBITDA de R\$ 73MM e negativo no Lucro Líquido de R\$ 786 MM. Abaixo o resumo dos impactos:



Segue anexo o detalhamento dos principais lançamentos contábeis do Refis.

Abraço,

Guilherme

R\$ MM	
EBITDA	73
Result. Fin.	(445)
CSL	(350)
IR	(64)
Lucro Líq.	(786)

Segundo se depreende da sequência de e-mails acima colacionada, a partir do benefício fiscal concedido mediante o acerto de propina com **GUIDO MANTEGA**, foi possível à BRASKEM deduzir de sua dívida com o Fisco quantias absolutamente expressivas, superiores a 1 bilhão de reais, que seriam exigíveis caso simplesmente aplicada a decisão do STF.

Conforme bem elucidado por **MARCELO ODEBRECHT**, dentro do esquema ilícito articulado para obter a edição e aprovação dos textos legislativos que concederam benefícios tributários à BRASKEM, **BERNARDO GRADIN** acompanhou todo o processo de negociação ilícita em que os executivos da Odebrecht discutiram sobre as interlocuções espúrias mantidas com **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**, tendo discutido e acompanhado o andamento das tratativas ilícitas em fartas trocas de mensagens eletrônicas mantidas com os demais executivos do grupo.

Além disso, **BERNARDO GRADIN** também ficou responsável por viabilizar o pagamento dos R\$ 50 milhões da propina negociada entre **MARCELO ODEBRECHT** e **GUIDO MANTEGA**. **BERNARDO GRADIN**, então Presidente da Braskem, pactuou com **MARCELO ODEBRECHT** a alocação gerencial no orçamento da BRASKEM dos R\$ 50 milhões de propina prometidos por **MARCELO ODEBRECHT** a **GUIDO MANTEGA** em razão da Medida Provisória.

Realizado o acerto interno entre **MARCELO ODEBRECHT** e **BERNARDO GRADIN**, os R\$ 50 milhões foram registrados como crédito na Planilha Programa Especial Italiano, na rubrica "BK", a indicar que, dentro do complexo esquema de lavagem de dinheiro estruturado pela Odebrecht, os R\$ 50 milhões seriam creditados em benefício de **GUIDO MANTEGA** (Pós Itália) e suportados gerencialmente, no grupo Odebrecht, pela BRASKEM.

A corroborar a narrativa feita por **MARCELO ODEBRECHT**, observa-se que,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

efetivamente, consta da Planilha Italiano, no campo relativo às fontes, a anotação de "BRK 50.000", a significar que o crédito da propina de R\$ 50.000.000,00 que havia sido negociado por **MARCELO ODEBRECHT** (e por essa razão estava inserida na Planilha Italiano) seria custeado pela BRASKEM⁷⁰:

Conta 1 - Posição Programa Especial Italiano

Em 31 de mar de 2014

Em R\$ mil

Fontes	Econômico	
Saldo Programa Anterior de (US\$10MM enviados)	3.598	
LM	64.000	
BJ	50.000	
BJ (2)	20.500	
	50.000	
	-6.500	(V)
	-15.000	(Extra)
	-8.000	(Custo LM)
BK	50.000	Realizado
HV	12.000	Realizado
Total	200.098	

Ainda como elemento de comprovação, a comprovar que efetivamente os R\$ 50 milhões relacionados à propina prometida pela edição da Medida Provisória foram contabilizados na Planilha Italiano para serem gerenciados por **GUIDO MANTEGA**, observa-se que, em detalhamento da Planilha Italiano, atualizada até 07/10/2014 - em aba denominada "Conta 1 – Saldos" na qual foi inserida a descrição dos valores dentre as três subcontas ("itália", "pós itália" e "amigo")³³ - **há a anotação da quantia de R\$ 50.000.000,00 exatamente na conta Pós Itália, relativa a GUIDO MANTEGA.**

A comprovar, reproduz-se o seguinte trecho da referida planilha, atualizada até 07/10/2014:

⁷⁰ANEXO44.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conta 1 - Saldos

Em R\$ Mil

	Itália	Amigo	Pós Itália	Total
Saldo em 23/08/2012	8.000	23.000	50.000	81.000
Programa B	-2.000			-2.000
Programa B 4 (Nov a Dez 2012)		-3.000		-3.000
Programa B 5 (Jan a Out 2013)		-5.000		-5.000
Saldo em 31/12/2012	6.000	15.000	50.000	71.000
Nov e Dez 2013 B		-1.000		-1.000
Saldo em Set 2013	6.000	14.000	50.000	70.000
Saldo Inicial 2014	6.000	14.000	50.000	70.000
Doação oficial Instituto 2014		-4.000		-4.000
Novo Saldo Mar 2014	6.000	10.000	50.000	66.000

Segundo se observa do extrato da subconta "Pós Itália", o valor de R\$ 50.000.000,00 foi creditado a **GUIDO MANTEGA** em data anterior a 23/08/2012 (data referida no documento), fato que corrobora a alegação de que o crédito da propina tenha efetivamente ocorrido em decorrência da aprovação da referida Medida Provisória.

Resta, portanto, evidenciada a corrupção de **GUIDO MANTEGA** e sua atuação em favor dos interesses da Odebrecht relacionados à edição e aprovação das medidas provisórias 470 e 472 (esta última convertida na Lei nº 12.249/2010).

Segundo já referido, dentro do esquema de corrupção acima descrito, **MAURÍCIO FERRO** desenvolveu papel fundamental em todo o esquema de corrupção que envolveu a edição das Medidas Provisórias 470 e 472. **MAURÍCIO FERRO** não apenas acompanhou todas as tratativas ilícitas desenvolvidas juntamente com **MARCELO ODEBRECHT, ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**, mas foi, juntamente com **MARCELO ODEBRECHT, BERNARDO**

GRADIN e **NEWTON DE SOUZA**, um dos principais mentores das estratégias a serem adotadas para que a medida legislativa saísse nos moldes em que melhor atendesse aos interesses da Odebrecht.

Como bem se observou a partir da análise dos diversos e-mails já colacionados acima, **MAURÍCIO FERRO** teve decisiva ingerência na redação das medidas legislativas e na discussão das estratégias ilícitas para a obtenção das medidas provisórias, tendo pleno conhecimento acerca da corrupção tanto de **ANTONIO PALOCCI** quanto de **GUIDO MANTEGA**, como se depreende das mensagens acima transcritas.

Por fim, cumpre destacar que, segundodeixam claro os inúmeros e-mails já acima colacionados, **NEWTON DE SOUZA** acompanhou, juntamente com **MARCELO ODEBRECHT**, **BERNARDO GRADIN** e **MAURÍCIO FERRO** as diversas tratativas ilícitas realizadas tanto com **ANTONIO PALOCCI** quanto com **GUIDO MANTEGA** para a edição das medidas legislativas destinadas a conceder benefícios de IPI à Braskem, desde o início das tratativas (aproximadamente no ano de 2008) até a edição da lei de conversão da MP 472 (Lei nº . 12.249/2010) **NEWTON DE SOUZA** não apenas participou de tais tratativas ilícitas, mas também demonstrou ter notório conhecimento da relação espúria mantida por **MARCELO ODEBRECHT** com **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**. Segundo demonstram os e-mails, **NEWTON DE SOUZA** participou do processo decisório relativo à estratégia que foi empreendida pelos executivos da Odebrecht para a obtenção do benefício tributário, incluindo as discussões relativas a interlocuções nada republicanas mantidas por executivos da Odebrecht com agentes públicos.

Segundo evidenciam as trocas de e-mail protagonizadas pelo próprio **NEWTON DE SOUZA**, sua atuação no caso se deu em conjunto com **MAURÍCIO FERRO**. Nesse sentido, destaca-se o seguinte e-mail:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De: Bernardo Afonso de Almeida Gradin
Enviado em: quarta-feira, 30 de julho de 2008 11:16
Para: 'mauricio.ferro@braskem.com.br'; Newton Souza; Marcelo Bahia Odebrecht; 'presidenciaoec@odebrecht.com'
Assunto: Res: Sorry, but duty calls...

OK, procuro Newton hoje.

De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
Para: Newton Souza; Marcelo Bahia Odebrecht; presidenciaoec@odebrecht.com ; Bernardo Afonso de Almeida Gradin
Enviada em: Wed Jul 30 09:00:44 2008
Assunto: Res: Sorry, but duty calls...

De acordo. Serah bom mesmo ouvirmos como anda o projeto com o GM. Newton, peço sua ajuda para capacitar BG.

Falei com MO que estah de acordo com esta estrategia.

----- Mensagem original -----

De: Newton Souza <newton.souza@odebrecht.com>
Para: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>; presidenciaoec@odebrecht.com <presidenciaoec@odebrecht.com>; Bernardo Afonso de Almeida Gradin <bgradin@odebrecht.com>
Enviada em: Wed Jul 30 07:39:02 2008
Assunto: RES: Sorry, but duty calls...

Conforme solicitado por MO, liguei para o Benjamin ontem para "atualizá-lo" sobre o assunto e terminei sendo informado por ele que GM havia convocado essa reunião para sexta-feira. Não me consta que tenhamos sido convocados diretamente por GM. Não sabia - ou não quis me dizer na hora - os detalhes da reunião, mas ficou de obtê-los com GM e me ligar hoje de manhã para combinar os próximos passos.

Não vejo como adiar essa reunião. Como já vinha apoiando Mauricio nesta questão, estou às ordens para atender a reunião junto com Bernardo.

De qualquer forma, vou tentar saber como andam as coisas pelo lado do italiano.

Newton

De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC [mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviado: quarta-feira, 30 de julho de 2008 0:16
Para: Newton Souza; Marcelo Bahia Odebrecht; presidenciaoec@odebrecht.com; Bernardo Afonso de Almeida Gradin
Assunto: Enc: Sorry, but duty calls...

Seria melhor adiarmos a reuniao e ouvir do italiano qual a estrategia.

----- Mensagem original -----

De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
Para: 'bgradin@odebrecht.com' <bgradin@odebrecht.com>
Enviada em: Wed Jul 30 00:10:30 2008
Assunto: Res: Sorry, but duty calls...

Bernardo,

Ligarei amanhã para tratarmos do assunto. Mas basicamente nos queremos que o Refis do IPI zero saia juntamente com o acordo com o IPI premio para que, após as compensacoes, fique somente o saldo a ser parcelado.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Como se verifica, é **MAURÍCIO FERRO** quem sugere adiar a reunião para “ouvir do Italiano qual a estratégia”, revelando seu conhecimento da ação ilícita em curso. Tendo um Deputado Federal o dever de preservar o interesse público, não o de atender o interesse privado não haveria porque ouvi-lo sobre a estratégia a ser adotada pela empresa. Além do mais, se o propósito fosse lícito, também não haveria razão para que **MAURÍCIO FERRO** se referisse ao Deputado Federal por meio de codinome.

Acho que a divergencia não eh com a Nestle, mas sim com a Gessy Lever, pois esta quer que saia agora somente o Refis do IPI zero, pois diferentemente de nos ela não tem respaldo em decisao judicial. A CSN tem interesse nos doisN mas topa que saia primeiro o Refis do IPI zero e depois o acordo do IPI premio. Isto porque eles tem caixa e provisao em balanco para o IPI zero e com o Refis, que sempre dah isencao de multa e juros para pagamento a vista, eles reverterao o total da provisao e gerarao resultado.

Nossa posicao estah alinhada com a FIESP e portanto o Roberto Gianneti estah alinhado conosco.

Ligarei amanha para tratarmos do assunto.

Abs

----- Mensagem original -----

De: Bernardo Afonso de Almeida Gradin <bgradin@odebrecht.com>

Para: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC

Enviada em: Tue Jul 29 19:44:44 2008

Assunto: Sorry, but duty calls...

Mauricio

Desculpe incomodá-lo, mas Roberto Gianeti ligou para JCG convocando-nos pela FIESP para uma reunião com Mantega na sexta para tratar do IPI cred exp e aliq zero. Disse que há uma diferença de posicoes com Nestle e CSN que se farão representar pelos presidentes. Na sua ausencia, quem pode me apoiar, me educar no assunto e orientar nossa agenda?

A respeito do efetivo conhecimento de **NEWTON DE SOUZA** sobre a relação mantida por **MARCELO ODEBRECHT** com **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA**, destacam-se as seguintes trocas de e-mails, também realizadas no contexto das tratativas relativas aos benefícios em relação ao IPI:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De: Newton Souza [mailto:newton.souza@odebrecht.com]
Enviada em: segunda-feira, 1 de dezembro de 2008 17:55
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN
Cc: Alexandrino Alencar
Assunto: RES:

Acho que seria bom aferir o que podemos fazer para que o diálogo dele seja mais eficaz. Será que precisamos preparar alguma nota para que o italiano possa usar perante o PR para fazer frente aos argumentos da equipe do GM? Além disso, já sabemos que o Palmeirense pode ser muito construtivo. Como assegurar que ele esteja presente no diálogo do italiano com GM e o PR.

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: segunda-feira, 1 de dezembro de 2008 17:24
Para: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Newton Souza; BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN
Cc: Alexandrino Alencar
Assunto:

Vou estar então com o Italiano amanhã as 19:30. Algo a agregar?

De: Newton Souza
Enviado em: terça-feira, 20 de janeiro de 2009 15:55
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Alexandrino Alencar; Claudio Melo Filho
Cc: BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC
Assunto: RES: Italiano

Fechamos este assunto amanhã, antes de você viajar, com os dados de CMF/MF?

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: terça-feira, 20 de janeiro de 2009 15:40
Para: Alexandrino Alencar; Claudio Melo Filho
Cc: BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Newton Souza
Assunto: Italiano

Era outro assunto (na verdade 3 outros)
Combinamos de semana que vem ele sentar com AA e NS para falar de estratégia e na minha volta sobre o DGI para o qual estou esperando o mapa das empresas beneficiarias que está sendo elaborado.
Ele confirmou que conhece bem o relator.

Além dos e-mails acima transcritos, diversas outras mensagens também evidenciam a intensa atuação de **NEWTON DE SOUZA** em todo o processo que culminou na edição das Medidas Provisórias 470 e 472 com o pagamento de propina e o papel de destaque por ele desempenhado em todo o processo:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De: Newton Souza
Enviado em: quarta-feira, 9 de abril de 2008 16:05
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Pedro Novis
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; CARLOS FADIGAS
Assunto: RES: IPI

Eu acho que temos que agir como se estivesse combinado com Benjamin e ter uma agenda paralela e direta, que você poderia liderar junto ao GM, ou quem este indicar para resolver o assunto. Mas para isto, você precisaria abrir uma agenda específica com ele para ter uma percepção mais aberta do que querem, ou podem fazer. A partir dessa agenda inicial, revemos nossas estratégias.

Newton

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 9 de abril de 2008 14:09
Para: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Newton Souza; Pedro Novis
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; CARLOS FADIGAS
Assunto: RES: IPI

Mauricio,

Como lhe disse na sexta, a esta altura temos que buscar alinhamento com Benjamin, se não estaremos batendo cabeça (oque quase aconteceu na reunião de sexta com ele, eu e GM).

De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 9 de abril de 2008 10:50
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Newton Souza; Pedro Novis
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; CARLOS FADIGAS
Assunto: IPI

Senhores,

Benjamim não retornou minhas ligações de ontem e anteontem.

Estivemos com o Procurador Geral da Fazenda Nacional. Ele informou que o Benjamim, representando a Fiesp, teria interesse em incluir neste parcelamento o IPI prêmio. O que não condiz com os nossos interesses. Apresentou o plano de Refis do IPI 0 com base na tabela que reflete a proposta do Governo, evidentemente que pior do que a proposta do Benjamim. Explicamos para ele que seria importante diferenciar aqueles que têm decisão judicial daqueles que não as tem. Deixamos com ele nosso texto da MP. Ele pareceu pouco receptivo a este proposta, mas ao final demonstrou interesse. Não acredito que seja ele o canal para inserir este ponto. Disse que o GM estará nos

De: Marcelo Bahia Odebrecht
Enviada em: quarta-feira, 9 de abril de 2008 15:53
Para: Newton Souza; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Pedro Novis
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; CARLOS FADIGAS
Assunto: RES: IPI

Qual a solução? Eu conversar em paralelo com GM ou "torear" ele para estar sempre em conversa a 3.
Fico a disposição

De: Newton Souza
Enviada em: quarta-feira, 9 de abril de 2008 15:50
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC; Pedro Novis
Cc: Jose Carlos Grubisich SP-ESC; CARLOS FADIGAS
Assunto: RES: IPI

Marcelo,

Tudo indica que o Benjamin tem interesses diferentes dos nossos. Concordo que temos que tentar buscar alinhamento, mas precisamos ter claro que ele, sem a nossa presença, advogará o que lhe for mais conveniente, a menos que sinta que há riscos de não emplacar a sua solução.

Newton

De: Mauricio Roberto Carvalho Ferro - SP-ESC <mauricio.ferro@braskem.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 12 de maio de 2008 08:40
Para: Newton Souza; Marcelo Bahia Odebrecht; presidenciaoc@odebrecht.com
Assunto: Ipi

Newton,

Marcelo estará reunido com o italiano hoje pela manhã aih no escritorio para tratar de outro assunto, mas acho que seria uma boa oportunidade se voce pudesse lembra-lo da nossa questao. Estou no Rio na Petrobras com o JCG .

Abs

Pelo que se percebe, portanto, **NEWTON DE SOUZA** efetivamente atuou de forma relevante em todo o processo que culminou na aprovação das Medidas Provisórias 470 e 472, tendo notório conhecimento sobre a atuação ilícita de **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** em benefício da Odebrecht, bem como do pagamento de vantagem indevida (contrapartida) para que a medida legislativa fosse aprovada nos moldes em que pretendido pela Odebrecht.

Nesse contexto, não resta dúvida acerca do efetivo envolvimento de **MAURÍCIO FERRO, NEWTON DE SOUZA, MARCELO ODEBRECHT e BERNARDO GRADIN** no crime de corrupção ativa. Da mesma forma, como já referido, resta demonstrada a corrupção passiva praticada tanto por **ANTONIO PALOCCI** quanto por **GUIDO MANTEGA** e suas atuações em favor dos interesses da Odebrecht relacionados à edição e aprovação das medidas provisórias 470 e 472 (esta última convertida na Lei nº 12.249/2010).

VI – DA LAVAGEM DE ATIVOS

No período compreendido entre 16/01/2014 e 14/05/2014, com o objetivo de ocultar e dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos antecedentes de organização criminosa e corrupção ativa e passiva **MARCELO ODEBRECHT, BERNARDO GRADIN, HILBERTO SILVA, FERNANDO MIGLIACCIO GUIDO MANTEGA, MONICA MOURA e JOÃO SANTANA**, em unidade de desígnios e de modo consciente e voluntário, fizeram uso de um complexo esquema de lavagem de dinheiro operacionalizado por meio do Setor de Operações Estruturadas da

Odebrecht para, de forma dissimulada, mediante 26 entregas, efetuarem a remessa da quantia de **R\$ 15.150.000,00** para os publicitários **MONICA REGINA CUNHA MOURA** e **JOÃO SANTANA**. Para o recebimento de pelo menos uma entrega subreptícia de recursos, **MONICA REGINA CUNHA MOURA** contou com o auxílio de seu funcionário **ANDRÉ SANTANA**, o qual praticou as condutas em unidade de desígnios com seus chefes e de modo consciente e voluntário.

O complexo esquema de lavagem empregado em favor da ODEBRECHT, dos seus altos executivos e de terceiras pessoas – dentre as quais os funcionários corruptos como **ANTONIO PALOCCI** e **GUIDO MANTEGA** e os demais beneficiários da corrupção, como o Partido dos Trabalhadores e os publicitários **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** – era concretizado a partir da realização de múltiplas transações bancárias e utilização de diversas pessoas jurídicas e físicas interpostas.

Em engenhosa sequência de operações de lavagem de dinheiro, estruturada em diversas “camadas”, **HILBERTO SILVA**, **FERNANDO MIGLIACCIO** e LUIZ EDUARDO SOARES faziam com que os valores disponibilizados ao Setor de Operações Estruturadas para a concretização de todos os pagamentos paralelos determinados pelo Grupo Odebrecht transitassem por diversas contas, até que fossem transferidos aos operadores financeiros OLIVIO RODRIGUES e MARCELO RODRIGUES (em contas por eles mantidas no exterior em nome de *offshore*, *no interesse exclusivo da Odebrecht*), os quais, por sua vez, se responsabilizavam pelos pagamentos de beneficiários com contas também mantidas no exterior **e pelo abastecimento de doleiros** encarregados de produzir valores em espécie para serem utilizados em pagamentos no Brasil.

O Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht formava um caixa geral de propina da ODEBRECHT. Todos os pagamentos ilícitos realizados pelo Grupo ODEBRECHT, entre estes os realizados pela BRASKEM, eram feitos exclusivamente por meio de tal setor, valendo-se da complexa estrutura financeira constituída de diversas “camadas” como forma de dissimular os pagamentos.

De um modo geral, para a operação deste esquema, em um primeiro momento, eram realizados diversos depósitos financeiros a partir de contas relacionadas às empresas do Grupo Odebrecht, tais como as contas da CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT, da ODEBRECHT SERVIÇOS NO EXTERIOR, da BRASKEM, da OSEL ANGOLA DS ODEBRECHT SERVIÇOS NO EXTERIOR em contas controladas pela Odebrecht, mas mantidas no exterior em nome de

offshores e não declaradas às autoridades brasileiras, tais como as já conhecidas contas SMITH & NASH ENGINEERING COMPANY INC., GOLAC PROJECTS AND CONSTRUCTION CORP. e ARCADEX CORP., contas essas das quais a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT figura como beneficiária econômica.

Em operações de lavagem subsequentes, depois de as empresas do Grupo ODEBRECHT já terem depositado os valores sujos nas contas bancárias situadas na chamada primeira camada da lavagem, em nome de *offshores* nas quais a empresas do Grupo Odebrecht figuravam como beneficiárias econômicas, os valores, via de regra, eram transferidos para outras contas bancárias no exterior, também em nome de pessoas jurídicas interpostas (*offshores*), estabelecendo-se uma terceira camada de lavagem de dinheiro, para que, a partir dessa terceira camada, fossem feitas novas transferências⁷¹ às contas dos beneficiários dos valores ilícitos ou dos doleiros que eram utilizados para efetuar a entrega de valores em Reais no Brasil, para pagamentos ilícitos também determinados pelo Setor de Operações Estruturadas. Dessa forma, distanciava-se ainda mais a origem ilícita dos recursos, em uma engrenagem extremamente complexa de lavagem de ativos.

Em alguns casos, houve também situações em que os valores foram transferidos dessas contas da segunda camada de lavagem (contas offshores controladas diretamente pela Odebrecht) para contas bancárias nas quais os funcionários corrompidos figuravam como beneficiários econômicos.

Para a formação desse caixa geral de propina utilizado pelo Setor de Operações Estruturadas para a realização dos diversos pagamentos ilícitos, diversas empresas do grupo Odebrecht remetiam recursos ilícitos não contabilizados para as contas ocultas mantidas no exterior pelo Setor de Operações Estruturadas, a fim de que os pagamentos ilegais pudessem ser realizados à margem da contabilidade oficial da empresa. Dentre as empresas responsáveis por compor esse caixa geral de propina estava a BRASKEM, a qual, conforme será demonstrado, efetivamente remeteu substancial quantia para o Setor de Operações Estruturadas.

Conforme certificado em controles financeiros que estavam de posse de **FERNANDO MIGLIACCIO**, a BRASKEM destinou altas somas de recursos para as contas mantidas e

71 Dentro da sistemática de lavagem sob comento, na qual há o uso frequente e sistemático de contas administradas por operadores financeiros no exterior, as transferências podem ser realizadas mediante compensações prévias, contemporâneas ou futuras.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

utilizadas pelo Setor de Operações Estruturadas, contas essas que, como já referido, eram utilizadas para o pagamento de propinas e para os bônus não contabilizados dos altos executivos do grupo empresarial.

No ponto, cabe salientar que essas remessas ilegais foram admitidas pela BRASKEM em seu Acordo de Leniência, estando devidamente demonstradas documentalmente, tendo a empresa, em razão desta conduta, realizado as comunicações necessárias à Receita Federal e se submetido às imputações decorrentes.

A fim de que não reste dúvidas, reproduz-se o teor da planilha de controle financeiro intitulada “**Controle Conta Corrente BRK – Base 30 de Junho 2014 em US\$**”, identificada dentre o material apreendido com FERNANDO MIGLIACCIO:

Controle Conta Corrente BRK

Base 30 de Junho 2014 em US\$

Período	Remessa	Aplicado	Saldo
2008			7'126'632.79
2009			
Janeiro	4'100'000.00		11'226'632.79
Fevereiro	4'013'812.37		15'240'445.16
Março	2'813'770.98		18'054'216.14
Abril	4'029'115.52		22'083'331.66
Maió	3'465'191.63		25'548'523.29
Junho	3'108'922.39		28'657'445.68
Julho	4'625'734.82		33'283'180.50
Agosto	3'743'452.29	6'631'915.84	30'394'716.95
Setembro	6'450'000.00		36'844'716.95
Outubro	4'800'000.00	1'250'000.00	40'394'716.95
Novembro	4'000'000.00	1'500'000.00	42'894'716.95
Dezembro	4'000'000.00	1'500'000.00	45'394'716.95
Total 2009	49'150'000.00	10'881'915.84	45'394'716.95
Comissão 2%	1'125'532.66		44'269'184.29
2010			
Janeiro	7'000'000.00	3'935'154.13	4'734'030.16
Fevereiro		10'942'933.28	36'391'096.88
Março		10'850'000.00	25'541'096.88
Abril	5'000'000.00	9'350'000.00	21'191'096.88
Maió	2'500'000.00	4'587'389.54	19'103'707.34
Setembro	3'298'000.00	4'366'992.66	12'793'461.80
Outubro	3'250'000.00	3'299'274.00	12'744'187.80
Novembro	2'500'000.00	2'462'782.00	12'781'405.80
Dezembro	1'800'000.00	30'405'000.00	-15'823'594.20
Total 2010	35'648'000.00	95'740'778.49	-15'823'594.20
Comissão 2%	712'960.00		-16'536'554.20
2011			
Janeiro	3'000'000.00	2'793'586.72	-16'330'140.92
Fevereiro	5'894.53	1'498'000.00	-17'822'246.39
Março	3'950'000.00	502'000.00	-14'374'246.39
Abril	1'500'000.00		-12'874'246.39
Maió		5'750'000.00	-16'824'246.39
Junho	3'000'000.00		-13'624'246.39
Julho		1'664'000.00	-15'288'246.39
Agosto		2'658'200.00	-17'946'446.39
Setembro	1'000'000.00	2'005'800.00	-18'952'246.39
Outubro	5'000'000.00		-13'952'246.39
Novembro	6'000'000.00	6'137'979.77	-14'090'226.16
Dezembro	2'000'000.00		-12'090'226.16
Total 2011	25'455'894.53	21'009'566.49	-12'090'226.16
Comissão 2%	509'117.89		-12'599'344.05
2012			
Janeiro	1'000'000.00		-11'599'344.05
Fevereiro	6'750'000.00		-4'849'344.05
Março		6'557'234.27	-11'406'578.32
Abril	8'500'000.00	662'162.16	-3'568'740.48
Maió	4'200'000.00	3'976'486.49	-3'345'226.97
Junho	2'200'000.00	510'000.00	-1'655'226.97
Julho	5'750'000.00	2'470'271.23	-3'550'498.20

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Agosto			3'630'590.16
Setembro			3'630'590.16
Outubro			3'630'590.16
Novembro			3'630'590.16
Dezembro			3'630'590.16
Total 2011	13'325'000.00	19'536'669.18	3'630'590.16
Comissão 2%	266'500.00		3'364'090.16

Agosto	3'350'000.00	565'293.86	-765'792.06
Setembro	2'500'000.00		1'734'207.94
Outubro	2'750'000.00	5'918'840.00	-1'434'632.06
Novembro	3'000'000.00		1'565'367.94
Dezembro			1'565'367.94
Total 2012	34'825'000.00	20'660'288.01	1'565'367.94
Comissão 2%	696'500.00		868'867.94

2013			
Janeiro	3'000'000.00	658'054.00	3'210'813.94
Fevereiro	2'600'000.00	1'757'894.74	4'052'919.21
Março	3'800'000.00	4'150'000.00	3'702'919.21
Abril	1'750'000.00	9'784'970.86	-4'337'001.65
Mai	3'550'000.00	2'000'000.00	-2'782'001.65
Junho	4'159'960.20	1'000'000.00	377'958.55
Julho	1'580'000.00		1'957'958.55
Agosto	5'720'000.00		7'677'958.55
Setembro	3'500'000.00	2'250'000.00	8'927'958.55
Outubro	1'200'000.00	4'250'000.00	5'877'958.55
Novembro	3'000'000.00	500'000.00	8'377'958.55
Dezembro	2'175'000.00		10'552'958.55
Total 2013	35'534'960.20	25'850'869.60	10'552'958.55
Comissão 2%	710'699.20		9'842'259.34

2014			
Janeiro	1'125'000.00	637'197.74	10'330'061.60
Fevereiro	2'000'000.00	3'050'000.00	9'280'061.60
Março	1'350'000.00	3'500'000.00	7'130'061.60
Abril	1'250'000.00	1'349'471.44	7'030'590.16
Mai	3'600'000.00	11'000'000.00	-369'409.84
Junho	4'000'000.00		3'630'590.16
Julho			3'630'590.16

Conforme demonstra a Planilha "Controle Conta Corrente BRK", a empresa BRASKEM (referida pelas letras BRK) remeteu, entre os anos de 2008 e 2014, certamente a quantia de, pelo menos, **USD 175.282.354,73** para o Setor de Operações Estruturadas (gerido por **FERNANDO MIGLIACCIO**), contribuindo efetivamente para os pagamentos de propina concretizados por meio do Setor de Operações Estruturadas.

A respeito da Planilha "CONTA CORRENTE BRK", **FERNANDO MIGLIACCIO** esclareceu que tal planilha efetivamente se referia ao controle de contabilidade de geração de "caixa 2" realizado pela BRASKEM para o Setor de Operações Estruturadas, sendo que, na rubrica "Remessa", eram anotados os valores que a BRASKEM aportava no Setor de Operações Estruturadas.⁷²

72 **ANEXO45** (termo complementar nº 01 de Fernando Migliaccio).

Nesse sentido, os valores aportados pela BRASKEM para o caixa geral de propina, além de se misturarem com os demais recursos ilícitos para subsidiar os pagamentos ilícitos de todo o grupo, iria, obviamente, também custear o repasse dissimulado de valores de propina pagos no interesse dos negócios da Braskem, como é o caso dos valores de propina objeto da presente ação penal.

VI.1 Lavagem de capitais mediante a entrega de recursos em espécie após a internalização de recursos ilícitos mantidos em contas não declaradas no exterior

No período compreendido entre 16/01/2014 e 14/05/2014, **HILBERTO SILVA e FERNANDO MIGLIACCIO**, executivos do Grupo Odebrecht responsáveis pela administração, gestão e coordenação do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht e pela gestão das contas mantidas pelo Grupo Odebrecht no exterior em nome de *offshores* e não declaradas às autoridades brasileiras, sob determinação de **MARCELO ODEBRECHT e BERNARDO GRADIN** e orientação de **GUIDO MANTEGA**, em unidade de desígnios e de modo consciente e voluntário, após operarem um complexo esquema para a internalização de recursos ilícitos mantidos pela Odebrecht e seus prestadores de serviços, mediante **26 remessas**, efetuaram a entrega, em espécie, de **R\$ 15.150.000,00** (quinze milhões, cento e cinquenta mil reais) a **JOÃO SANTANA e MONICA MOURA** ao seu funcionário **ANDRÉ SANTANA**, a fim de, ao mesmo e tempo, atender a orientação recebida de **GUIDO MANTEGA** e ocultar e dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos antecedentes de organização criminosa e corrupção ativa e passiva. Para tanto, **HILBERTO SILVA e FERNANDO MIGLIACCIO** faziam uso dos sistemas DROUSYS e MYWEBDAY "B", que os auxiliavam no controle das transferências e dos pagamentos, além do saldo disponível que poderia ser empregado em pagamento de propina a agentes públicos e agentes políticos.

Não suficiente todo o prévio esquema de lavagem de dinheiro empregado com a utilização das já referidas diversas camadas de lavagem de ativos em contas mantidas no exterior em nome de *offshores*, as entregas subreptícias de valores em espécie realizadas em benefício de **MONICA MOURA e JOÃO SANTANA** foram realizadas pelo Setor de Operações Estruturadas com o acréscimo de mais outras técnicas de dissimulação: para dificultar ainda mais a identificação da

natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, dos delitos antecedentes de organização criminosa e corrupção ativa e passiva, foram utilizados doleiros para a concretização da entrega. Além disso, conforme se depreende facilmente das planilhas utilizadas para coordenar e controlar as entregas, a identificação do beneficiário se deu mediante a utilização de codinome, tendo sido atribuído a **MONICA MOURA** o codinome de "FEIRA".

Ainda, também como técnica de ocultação e dissimulação, além da utilização de codinome, foi também atribuída a cada entrega de valor uma senha diferente, evitando ao máximo a identificação do real beneficiário.

A respeito das entregas subreptícias de valores efetuadas a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** por ordem e autorização de **GUIDO MANTEGA**, cumpre destacar que os registros das entregas foram efetivamente documentados por **FERNANDO MIGLIACCIO** em cumprimento às orientações de **MARCELO ODEBRECHT**.

Em análise aos dispositivos eletrônicos apreendidos com **FERNANDO MIGLIACCIO** quando de sua prisão na Suíça⁷³, foi identificada a Planilha denominada "FEIRA", dentro da qual estava detalhado o "Novo Programa Feira", com a anotação de pagamento de R\$ 20 milhões aprovados por **MO (MARCELO ODEBRECHT)**, dentro do Programa "Pós Itália", dos quais R\$ 4 milhões teriam sido feitos oficialmente em 26 de dezembro de 2014. Além disso, na mesma planilha, foi descrita a programação de entrega de valores em espécie, em um montante global de R\$ 11,5 milhões, em entregas que foram realizadas entre 16 de janeiro de 2014 e 27 de fevereiro de 2014.

Reproduz-se, para análise, o teor da planilha "FEIRA":

73 Arquivo identificado a partir de análise do material apreendido com Fernando Migliaccio, obtido a partir da Cooperação Internacional FTLJ 84/2016 - Laudo 105/17 - ANEXO 46

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Novo programa Feira
R\$20MM aprovados por MO, dentro de Pós It
R\$4MM forma feitos oficialmente em 26 dez 2014

16-jan-14	500.000,00		
17-jan-14	1.000.000,00		
22-jan-14	500.000,00	+	1.150.000,00 André
23-jan-14	500.000,00		
24-jan-14	500.000,00		
29-jan-14	500.000,00		
30-jan-14	500.000,00		
31-jan-14	500.000,00	4.500.000,00	
5-fev-14	500.000,00		
6-fev-14	500.000,00		
7-fev-14	500.000,00		
12-fev-14	500.000,00		
13-fev-14	500.000,00		
14-fev-14	500.000,00		
19-fev-14	500.000,00		
20-fev-14	500.000,00		
21-fev-14	500.000,00		
26-fev-14	500.000,00		
27-fev-14	500.000,00	5.500.000,00	

Segundo se depreende da planilha, há diversas entregas detalhadamente descritas, todas vinculadas ao denominado "Novo Programa Feira", deixando claro que as entregas seriam realizadas em benefício de **MONICA MOURA**. Na mesma planilha, verifica-se ainda a anotação de entrega realizada a pessoa de nome **ANDRÉ**. Tal pessoa trata-se de **ANDRÉ SANTANA**, funcionário de **MONICA MOURA** e que, juntamente com seus chefes, também firmou acordo de colaboração com o Ministério Público Federal, tendo reconhecido que auxiliava **MONICA MOURA** no recebimento subreptício de valores destinados a **MONICA MOURA**.

A participação de **ANDRÉ SANTANA** em auxílio a **MONICA MOURA** em algumas entregas de dinheiro é também evidenciada em e-mail veiculado entre os funcionários do Setor de Operações Estruturadas, no qual se verifica a efetiva programação de entrega de valores a **ANDRÉ SANTANA**:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto:

De: "Peixes" <peixes@drousys.com>

Data: 11/02/2014 16:34

Para: <arouca@drousys.com>

A TRANSPORTADORA VAI ENTREGAR AMANHÃ, QUARTA FEIRA, DIA 12/02/2013 R\$ 1.500.000.00 DAS 9 AS 10 HS

VÃO BUSCAR DAS 10 AS 12 HS

SABIÁ – R\$ 500.000.00

SAÚVA – R\$ 500.000.00

SARACURA – R\$ 500.000.00

A 3 SÃO DO ANDRÉ SANTANA

Verifica-se, portanto, que **ANDRÉ SANTANA**, atuando em auxílio a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA**, foi responsável pelo recebimento de, pelo menos, uma das entregas de valores subreptícias descritas acima.

A respeito da planilha acima reproduzida, localizada em dispositivos eletrônicos de **FERNANDO MIGLIACCIO**, cumpre lembrar que **FERNANDO MIGLIACCIO** era, dentro do Setor de Operações Estruturadas, a pessoa responsável por gerenciar os pagamentos ilícitos do Grupo Odebrecht. Especificamente no que diz respeito aos pagamentos realizados pela Odebrecht a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** no ano de 2014, **FERNANDO MIGLIACCIO** estava designado como ponto de contato entre a publicitária e a empresa Odebrecht, para operacionalizar as entregas de valores ilícitos.

Nesse contexto, portanto, a identificação da planilha "FEIRA" - com a relação do "Novo Programa Feira" autorizado por **MARCELO ODEBRECHT** e a descrição das entregas de valores - encontra-se em perfeita consonância com o esquema de pagamentos ilícitos operados pela Odebrecht, corroborando ainda mais o conteúdo das anotações de repasses de valores constantes da Planilha Italiano.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Outrossim, em pesquisa adicional no Sistema Drousys, foram identificadas planilhas e registros de outros pagamentos subreptícios realizados pela ODEBRECHT em favor de **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** (identificados pelo codinome FEIRA). Conforme demonstram as planilhas de entregas de valores, além das quantias descritas na Planilha intitulada “**Novo Programa Feira**”, foram ainda identificadas planilhas de entregas de valores relativas aos meses de março, abril e maio de 2014, todos, evidentemente, destinados ao custeio espúrio da campanha presidencial de 2014.

Segundo demonstram as planilhas de programação semanal de entrega de valores, além das entregas realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro (já descritos na Planilha intitulada “Novo Programa Feira”), **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** foram destinatários de entrega de valores nas seguintes datas: i) 11/03/2014 (R\$ 1.000.000,00) (ii) 26/03/2014 (R\$ 500.000,00); iii) 27/03/2014 (R\$ 500.000,00); iv) 09/04/2014 (R\$ 500.000,00); v) 10/04/2014 (R\$ 500.000,00); vi) 14/05/2014 (R\$ 1.000.000,00)⁷⁴.

Destaca-se, ainda, que tanto os registros de entrega relacionados aos valores descritos na Planilha “Novo Programa Feira” quanto os pagamentos realizados a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** nas datas de 11/03/2014, 26/03/2014, 27/03/2014, 09/04/2014, 10/04/2014 e 14/05/2014 (detalhadas no parágrafo anterior) foram debitados da BRASKEM, havendo, em cada um dos registros de pagamento, a referência expressa à sigla BRK, de BRASKEM. Nesse sentido, o fato de ter sido a BRASKEM a responsável pelo custeio do repasse dos valores a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** reforça ainda mais a demonstração de que, efetivamente, tais valores recebidos pelos publicitários de forma subreptícia eram aqueles provenientes da corrupção realizada em benefício da BRASKEM.

A título exemplificativo das anotações contidas nas planilhas, reproduz-se parte de uma das planilhas de programação semanal de entrega dissimulada de valores (com a anotação de que os valores se destinavam a “FEIRA” e que o custeio ficaria a cargo da BRASKEM (BRK):

PROGRAMAÇÃO SEMANAL POR CIDADE													
DS	Obras	Requisicao	Codinome	3/2/2014	4/2/2014	5/2/2014	6/2/2014	7/2/2014	Total	Senha	Conta	Loc	Observacao
RIO - RS													
DS ENERGIA	SANTO ANTONIO OBRAS CIVIS	C.14.150-390837	MANO		30.000,00				30.000,00	Rapolho		D	
DS RJ	REVITALIZAÇÃO PORTO MARAVILHA	C.14.15-319558	CARANGUEJO		547.000,00				547.000,00	Passaro		D	
TOTAL RIO - RS					577.000,00				577.000,00				
SAO - RS													
DS AB	COIAS / PEQUI	C.14.149-390838	PAICU			250.000,00			250.000,00	Passaro		D	
DS BRASKEM	BRASKEM	B.14.1-389389	FEIRA			500.000,00			500.000,00	TATU		D	VER INSTRUÇÕES COM FN
DS BRASKEM	BRASKEM	B.14.1-389390	FEIRA				500.000,00		500.000,00	TIGRE		D	VER INSTRUÇÕES COM FN
DS BRASKEM	BRASKEM	B.14.1-389391	FEIRA					500.000,00	500.000,00	TOURO		D	VER INSTRUÇÕES COM FN

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ainda a demonstrar que os valores pagos a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** por ordem de **GUIDO MANTEGA** foram custeados pela BRASKEM, reproduz-se, nesse momento, planilha de controle denominada CONTROLE BRK, identificada dentre os dispositivos eletrônicos apreendidos com **FERNANDO MIGLIACCIO**, em que se verifica, ao lado do controle de remessas da Braskem ao Setor de Operações Estruturadas, anotações expressas de pagamentos a "FEIRA" que haviam sido determinados e que, por óbvio, estavam vinculados à BRASKEM:

Controle Conta Corrente BRK

Base 30 de Junho 2014 em US\$

Período	Remessa	Aplicado	Saldo
2014			
Janeiro	1.125.000,00	637.197,74	10.330.061,60
Fevereiro	2.000.000,00	3.050.000,00	9.280.061,60
Março	1.350.000,00	3.500.000,00	7.130.061,60
Abril	1.250.000,00	1.349.471,44	7.030.590,16
Maió	3.600.000,00	11.000.000,00	-369.409,84
Junho	4.000.000,00		3.630.590,16
Julho			3.630.590,16
Agosto			3.630.590,16
Setembro			3.630.590,16
Outubro			3.630.590,16
Novembro			3.630.590,16
Dezembro			3.630.590,16
Total 2011	13.325.000,00	19.536.669,18	3.630.590,16
Comissão 2%	266.500,00		3.364.090,16

Feira
Feira 6 x 500 + 50 CMF
Feira 7 x 500
Feira 6 x 500
Crédito dado a OR 10MM + 2 x 500 Feira

Somando-se os valores das entregas descritas na Planilha "Novo Programa Feira" e os valores das entregas realizadas nas datas de 11/03/2014, 26/03/2014, 27/03/2014, 09/04/2014, 10/04/2014 e 14/05/2014 (todas elas em benefício de **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA**), verifica-se que a quantia atinge o montante de **R\$ 15.150.000,00 (quinze milhões, cento e cinquenta mil reais)**, valor esse bastante próximo daquele registrado na Planilha Italiano (subconta Pós Itália) como efetivamente repassados a FEIRA (codinome de MONICA MOURA e JOÃO SANTANA).

De forma sintética, as entregas dissimuladas de valores realizados por ordem e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

autorização de **GUIDO MANTEGA** e debitados de sua conta pós itália, com o registro de que seriam custeadas pela Braskem, foram os seguintes:

DATA	VALOR
16/01/2014	R\$ 500.000,00
17/01/2014	R\$ 1.000.000,00
22/01/2014	R\$ 500.000,00 + R\$ 1.150.000,00 (este entregue ao preposto ANDRÉ)
23/01/2014	R\$ 500.000,00
24/01/2014	R\$ 500.000,00
29/01/2014	R\$ 500.000,00
30/01/2014	R\$ 500.000,00
31/01/2014	R\$ 500.000,00
05/02/2014	R\$ 500.000,00
06/02/2014	R\$ 500.000,00
07/02/2014	R\$ 500.000,00
12/02/2014	R\$ 500.000,00
13/02/2014	R\$ 500.000,00
14/02/2014	R\$ 500.000,00
19/02/2014	R\$ 500.000,00
20/02/2014	R\$ 500.000,00
21/02/2014	R\$ 500.000,00
26/02/2014	R\$ 500.000,00
27/02/2014	R\$ 500.000,00
11/03/2014	R\$ 1.000.000,00
26/03/2014	R\$ 500.000,00
27/03/2014	R\$ 500.000,00
09/04/2014	R\$ 500.000,00
10/04/2014	R\$ 500.000,00
14/05/2014	R\$ 1.000.000,00
TOTAL	R\$ 15.150.000,00

Ainda a respeito das entregas de valores acima descritas, é digno de nota o fato

de que algumas das entregas chegaram a ocorrer em dias subsequentes, denotando claramente que o fracionamento teve como principal propósito dissimular a origem espúria dos pagamentos. Evidentemente, caso fosse realizada uma única entrega, eventual apreensão ou identificação iriam despertar imediatamente a atenção das autoridades, revelando a notória ligação de tais recursos com os crimes de corrupção e organização criinosa. Dessa forma, em mais uma estratégia tradicional de lavagem de ativos, decidiu-se fracionar o repasse do valor global de R\$ 15.150.000,00, diluindo no tempo o impacto acerca das entregas milionárias.

Conforme já referido acima, **BERNARDO GRADIN**, então Presidente da Braskem, pactuou com **MARCELO ODEBRECHT** a alocação gerencial no orçamento da BRASKEM dos R\$ 50 milhões de propina prometidos por **MARCELO ODEBRECHT** a **GUIDO MANTEGA** em razão da Medida Provisória.

Realizado o acerto interno entre **MARCELO ODEBRECHT** e **BERNARDO GRADIN**, os R\$ 50 milhões foram registrados como crédito na Planilha Programa Especial Italiano, na rubrica "BK", a indicar que, dentro do complexo esquema de lavagem de dinheiro estruturado pela Odebrecht, os R\$ 50 milhões seriam creditados em benefício de **GUIDO MANTEGA** (Pós Itália) e suportados gerencialmente, no grupo Odebrecht, pela BRASKEM, para que o pagamento fosse feito por meio do Setor de Operações Estruturadas.

A corroborar tal assertiva, observa-se que, efetivamente, consta da Planilha Italiano, no campo relativo às fontes, a anotação de "BRK 50.000", a significar que o crédito da propina de R\$ 50.000.000,00 que havia sido negociada por **MARCELO ODEBRECHT** (e por essa razão estava inserida na Planilha Italiano) seria custeado pela BRASKEM⁷⁵

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conta 1 - Posição Programa Especial Italiano

Em 31 de mar de 2014

Em R\$ mil

Fontes	Econômico	
Saldo Programa Anterior de (US\$10MM enviados)	3.598	
LM	64.000	
BJ	50.000	
BJ (2)	20.500	
	50.000	
	-6.500	(V)
	-15.000	(Extra)
	-8.000	(Custo LM)
BK	50.000	Realizado
HV	12.000	Realizado
Total	200.098	

Além de os valores acima referidos já estarem descritos nas planilhas de programação de entrega de valores, verificou-se, ainda, que, em perfeita correspondência de controle e informação, os valores acima descritos foram também anotados como débito na Planilha Italiano, registrando-se o débito de valores da conta pós itália, no ano de 2014 e no valor de R\$ 16 milhões exatamente para o codinome FEIRA, conforme se observa da anotação constante da aba da Planilha Italiano denominada "**Conta 2-Posição Pós Itália**"⁷⁶, conforme a seguir reproduzida:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conta 2 - Posição Pós Itália

Em 7 de outubro 2014

Em R\$ mil

Fontes	Econômico	
Saldo Anterior	50.000	
Novo crédito BRK	100.000	
Novo crédito OR	23.000	
Total Fontes	173.000	
Usos		
2013		
Doação Partido	4.000	
2014		
Feira / Vaca	40.000	(16+24)
Revista BRK	1.599	
G - E	29.000	
Total Usos	74.599	
Saldo	98.401	
<hr/>		
Composição do Saldo Conta 2	98.401	
Pós Itália	98.401	
CP (Set a Out 2014)	-69.400	
Saldo em 07 out 2014	29.001	

Segundo se observa, portanto, conforme registrado na planilha, **GUIDO MANTEGA (Pós Itália)** determinou o repasse, de forma subreptícia, para os publicitários **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** (referidos pelo codinome de FEIRA) e para **JOÃO VACCARI**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

NETO (referido como "Vaca"), em um total de R\$ 40 milhões, dos quais R\$ 16 milhões foram destinados a FEIRA (**MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA**) e R\$ 24 milhões para JOÃO VACCARI.

A efetiva destinação dos valores feitas por **GUIDO MANTEGA** a **JOÃO SANTANA** e **MONICA MOURA** é ainda corroborada por meio de diversos e-mails trocados entre **MARCELO ODEBRECHT** e seus executivos à época dos fatos.

A respeito dos repasses das quantias explicitadas na planilha acima, destacam-se as seguintes trocas de e-mails:

Assunto:

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 13/10/2014 13:05

Para: Hilberto M Alves da Silva Filho; Fernando Migliaccio

CC: Benedicto Barbosa da Silva Junior; Alexandrino Alencar

Acertar + 15 para Feira.

Conta pos-italia

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: RES:

De: "Marcelo Bahia Odebrecht" <MAILER-DAEMON>

Data: 12/09/2014 17:50

Para: Fernando Migliaccio; Alexandrino Alencar

CC: Hilberto M Alves da Silva Filho; Joao Borba; Benedicto Barbosa da Silva Junior; 'Carlos Fadigas'

Re-ratificando:

- Via AA liberei da conta pos Itália (do meu amigo) à mando de Ed (amigo de AA): 24; depois 20,4; e depois 23.
- Parte destes valores acima seria via JB, parte via HS
- Houve uma má comunicação entre eu e AA pois na minha cabeça o 23 (que é todo via JB para o cliente de Ed) era 18 das nossas empresas e 5 dos subs/clientes de nossas empresas. Sendo que o nosso 18 direto, era 8 no cliente de Ed e 10 no nacional.
- AA acabou liberando 7 via subs/clientes e mais 10,5 via nossas empresas. Com isto na 2a estarei liberando para Ed sob coordenação de AA (e via JB, ou seja PD) mais 7,5 das nossas empresas. Totalizando 25.
- Com isto estaremos liberando sob coordenação de AA para Ed (via HS e via JB): 24 + 20,4 + 17,5 + 7,5
- Além disto eu liberei diretamente para HS (da conta pos-italia) que HS acertasse com Feira (além de eventuais valores que Feira tenha nas parcelas acima de Ed coordenadas por AA): 20 + 10. (HS peço confirmar este entendimento relativo a Feira)
- Por fim estarei liberando (via HS da conta pos-italia) para coordenação entre AA e Ed mais 7,5 na 2ª.
- Com isto o debito da conta pos-italia ficará em 24 + 20,4 + 17,5 + 7,5 + 20 + 10 + 7,5
- Lembro que os créditos da conta pos Itália são de responsabilidade de BJ (50), CF (100) e PA/PM (23), no total de 173, sendo que antes de Ed entrar no circuito meu amigo já tinha gasto 45,6 no final do ano passado e início deste ano.
- Portanto resta em tese um saldo de 20,5 na conta pós-italia que vou administrar até final do evento com meu amigo e Ed.

-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quarta-feira, 10 de setembro de 2014 18:16

Para: Fernando Migliaccio; Alexandrino Alencar

Cc: Hilberto M Alves da Silva Filho; Joao Borba; Benedicto Barbosa da Silva Junior

Assunto: Re:

6 de PS não tem nada haver com esta conta (pós italia)

No resto pode haver diferença/confusão entre o que eh com vcs, e o que eh com JB.

O pedido de meu amigo para o amigo de AA + Feira eh oque coloco abaixo sendo os 20 + os 10 direto de meu amigo para Feira (sem passar pelo amigo de AA). Estes 20 + 10 falei com HS.

O 24 + 20,4 meu amigo liberou para o amigo de AA, e entendo que parte eh via vc e parte via JB. Sendo que oque for por JB tem que ser debitado da conta do pós-italia para a empresa que JB usou. Nestas parcelas tb tinha um valor para Feira se não me engano (5 ou 10)

A parcela de 23 (via amigo de AA) foi toda por JB, e portanto as empresas que JB usou devem receber um crédito da conta pos-italia.

Qq duvida me fale

Original Message

From: Fernando Migliaccio

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Sent: Wednesday, September 10, 2014 17:33
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Alexandrino Alencar
Cc: Hilberto M Alves da Silva Filho; Joao Borba; Benedicto Barbosa da Silva Junior
Subject: RES:

MO,

Em alinhamento com AA, chegamos ao número de 56,4, sendo:

24,0 (incluído 5 de feira)

17,4 (não incluído 3 de Bônus DR).

15,0 (Feira)

Deste total, ainda falta realizar uma parcela. Em andamento.

Além deste total, fora da coordenação de AA, temos ainda, 6 de P S .

Conforme se depreende facilmente da sequência de e-mail acima reproduzida, **MARCELO ODEBRECHT**, no contexto das eleições de 2014 (referida pelo termo "evento"), conversa com seus executivos sobre o repasse de recursos ilícitos relacionados à **Planilha Pós Itália**, a qual pertence a "seu amigo" (**Pós Itália**) **GUIDO MANTEGA**.

Além disso, na mesma sequência de e-mails, observa-se que grande parte dos recursos liberados da **conta Pós Itália** a partir da relação direta entre **MARCELO ODEBRECHT** e seu "amigo" dizem respeito a pagamentos feitos a **JOÃO SANTANA** e **MONICA MOURA (FEIRA)**, exatamente os publicitários que naquele ano estavam encarregados da campanha publicitária de DILMA ROUSSEF e que, além disso, mantinham intensa interlocução com **GUIDO MANTEGA**, nitidamente para que os valores não contabilizados devidos pela ODEBRECHT fossem repassados ao casal de publicitários para o custeio da campanha presidencial.

Ao que se percebe da ampla descrição de repasses ilícitos feita nos e-mails acima colacionados, os valores de propina que haviam sido contabilizados na Planilha Pós Itália foram repassados, no ano de 2014, por ordem e autorização de **GUIDO MANTEGA**, tanto para custear despesas não contabilizadas da campanha presidencial relacionadas ao pagamento do casal de publicitários **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** - "FEIRA", quanto para custear outras despesas do Partido dos Trabalhadores.

Relevante destacar, ainda, que a partir da análise das quebras de sigilo telefônico de **GUIDO MANTEGA** e de **MONICA MOURA**, em cruzamento das ERBs utilizadas pelos telefones celulares de **GUIDO MANTEGA** e **MONICA MOURA**, verificaram-se, no período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015 – período que envolveu o desenvolvimento das

tratativas para contratação e pagamento da campanha presidencial de 2014 - pelo menos 59 possíveis encontros entre GUIDO MANTEGA e MONICA MOURA, além de, pelo menos, 7 ligações telefônicas⁷⁷.

Destaca-se que, no período em que registrados os referidos encontros e ligações telefônicas, **GUIDO MANTEGA** exercia a função de Ministro da Fazenda, enquanto **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** eram os publicitários responsáveis pela realização da campanha eleitoral de DILMA ROUSSEF. Uma vez que o casal de publicitários se ocupava exclusivamente da realização da campanha eleitoral presidencial, não havia qualquer outra razão que justificasse os tão numerosos encontros com **GUIDO MANTEGA** senão o de acertar os pagamentos não contabilizados controlados por **GUIDO MANTEGA** em benefício da campanha eleitoral da então candidata DILMA ROUSSEF, exatamente na linha do já contabilizado na planilha italiano (conta pós itália). Não se pode deixar de mencionar que o tesoureiro oficial da campanha de DILMA ROUSSEF foi o Deputado Federal Edinho Silva (PT-SP), não havendo, desta forma, motivo razoável para os constantes contatos entre o casal de marqueteiros políticos e o então Ministro da Fazenda

Segundo já referido acima, o R\$ 50 milhões relativos ao crédito de propina ligado às medidas provisórias 470 e 472 foram registrados na Planilha Italiano pouco tempo depois da conversão em lei da MP 472.

A comprovar que efetivamente os R\$ 50 milhões relacionados à propina prometida pela edição da Medida Provisória foram contabilizados na Planilha Italiano para serem gerenciados por **GUIDO MANTEGA**, observa-se que, em detalhamento desta Planilha, atualizada até 07/10/2014 - em aba denominada "Conta 1 – Saldos" na qual foi inserida a descrição dos valores dentre as três subcontas ("itália", "pós itália" e "amigo")⁷⁸ - **há a anotação da quantia de R\$ 50.000.000,00 exatamente na conta Pós Itália, relativa a GUIDO MANTEGA.**

A comprovar, reproduz-se o seguinte trecho da referida planilha, atualizada até 07/10/2014:

77 RI 68/2018 e RI 69/2018 – **ANEXOS 51 e 52.**

78 Arquivo denominado POSIÇÃO-ITALIANO 7 Out 2014.xls, identificado a partir de análise do material apreendido com Fernando Migliaccio, obtido a partir da Cooperação Internacional FTLJ 84/2016 **ANEXO 67.**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conta 1 - Saldos

Em R\$ Mil

	Itália	Amigo	Pós Itália	Total
Saldo em 23/08/2012	8.000	23.000	50.000	81.000
Programa B	-2.000			-2.000
Programa B 4 (Nov a Dez 2012)		-3.000		-3.000
Programa B 5 (Jan a Out 2013)		-5.000		-5.000
Saldo em 31/12/2012	6.000	15.000	50.000	71.000
Nov e Dez 2013 B		-1.000		-1.000
Saldo em Set 2013	6.000	14.000	50.000	70.000
Saldo Inicial 2014	6.000	14.000	50.000	70.000
Doação oficial Instituto 2014		-4.000		-4.000
Novo Saldo Mar 2014	6.000	10.000	50.000	66.000

Segundo se observa do extrato da subconta "Pós Itália", o valor de R\$ 50.000.000,00 foi creditado a **GUIDO MANTEGA** em data anterior a 23/08/2012 (data referida no documento), fato que corrobora a alegação de que o crédito da propina tenha efetivamente ocorrido em decorrência da aprovação da referida Medida Provisória.

Como já referido acima, esclareceu **MARCELO ODEBRECHT** que, uma vez que os

R\$ 50 milhões haviam sido solicitados diretamente por **GUIDO MANTEGA**, dentro da regra estabelecida na Planilha Italiano e no esquema ilícito estruturado, a efetiva entrega dos valores pela Odebrecht dependeria de ordem ou autorização de **GUIDO MANTEGA**, não podendo qualquer outra pessoa, nem **ANTONIO PALOCCI**, determinar a realização de pagamentos que envolvessem aqueles R\$ 50 milhões de propina solicitados por **GUIDO MANTEGA**.

Dentro dessa regra estabelecida para operação dos créditos registrados na Planilha Italiano, observa-se que, embora o crédito tenha sido anotado para **GUIDO MANTEGA** na época da aprovação da Medida Provisória, os efetivos repasses de valores relacionados a tal propina começaram a ser realizados pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht em data posterior, apenas para a campanha de 2014.

Nessa linha, aliás, tanto a planilha acima colacionada – na qual se observa a permanência do crédito de R\$ 50 milhões ao longo do tempo - quanto trocas de e-mails de **MARCELO ODEBRECHT** contemporâneas ao fato demonstram que, de fato, **GUIDO MANTEGA** não havia gasto nenhuma parte dos R\$ 50 milhões de propina até o início das tratativas para pagamentos relacionados à campanha presidencial de 2014.esse sentido, relevante reproduzir o seguinte e-mail de **MARCELO ODEBRECHT**, em que deixa absolutamente claro que, até aquela data de outubro de 2013, **GUIDO MANTEGA** não havia ainda gasto valores relativos à propina registrada de R\$ 50 milhões⁷⁹:

Assunto: Fwd: ENC: C/C

De: Hilberto M Alves da Silva Filho </O=ODEBRECHT/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=HILBERTO>

Data: 22/10/2013 08:16

Para: Fernando Migliaccio

Vou te ligar para falarmos

Enviado via iPhone

Início da mensagem encaminhada

De: Marcelo Bahia Odebrecht <mbahia@odebrecht.com>

Data: 21 de outubro de 2013 20:26:06 GMT+1

Para: Hilberto M Alves da Silva Filho <hiberto@odebrecht.com>

Assunto: ENC: C/C

Hilberto,
Vc pode me mandar aquela versão mais aberta/completa?

O pós Itália não gastou nada dos seus 50. Os 23 gastos deveriam ter sido pagos por Paulo Melo e não desta conta.

Cobre dele e qq duvida me fale amanhã

De: Hilberto M Alves da Silva Filho

Enviada em: quarta-feira, 25 de setembro de 2013 11:14

Para: Marcelo Bahia Odebrecht

Assunto: C/C

MO,

Em anexo posição solicitada da C/C do nosso amigo

Outrossim, no que diz respeito aos valores destinados a **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA**, cumpre destacar que, em interrogatório prestado na ação penal nº 5054932-88.2016.404.7000, os publicitários narraram que, desde 2006 recebiam da Odebrecht, de forma subreptícia, dezenas de milhões de reais negociados com altos representantes do Partido dos Trabalhadores, valores estes que eram pagos como parte da remuneração não contabilizada para a realização das campanhas de candidatos dessa agremiação política e discutidas abertamente quando da contratação. Informaram que a grande maioria dos valores recebidos de forma subreptícia foram pagos pela Odebrecht, tornando evidente aos publicitários que os pagamentos realizados pela Odebrecht teriam por trás favorecimentos recebidos pela Odebrecht em contratos públicos. Tinham, portanto, pleno conhecimento a respeito da origem criminosa dos recursos que recebiam de forma dissimulada por meio do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

Além deste fato, outros elementos ainda reforçam a demonstração de que

MONICA MOURA e **JOÃO SANTANA** possuíam pleno conhecimento de que os recursos recebidos do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht eram provenientes de crime e que, exatamente por isso, os valores deveriam ser repassados de forma dissimulada.

Veja-se que, pelo menos desde 2002, **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** tinham como atividade profissional o marketing eleitoral. Em depoimento prestado à autoridade policial, **MONICA MOURA** asseverou que “apenas atuam no marketing eleitoral” e que “nunca receberam qualquer verba de publicidade de programas de governo”. Neste contexto, pelo fato de, oficialmente, a atuação de **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** ter se realizado, àquela época, por pelo menos 12 anos na publicidade de campanhas eleitorais, é evidente que possuíam profundo conhecimento acerca da legislação eleitoral sobre o tema e sobre a forma como deveriam ser regularmente efetuados os pagamentos por serviços eleitorais.

Além disso, tanto **MONICA MOURA** quanto **JOÃO SANTANA** acompanharam de perto o rumoroso caso do “Mensalão”, no qual foi descortinada a utilização pelo Partido dos Trabalhadores de recursos provenientes de crime para o pagamento de despesas de campanha.

Com o julgamento da Ação Penal 470, tornou-se mais evidente que recursos auferidos com a prática de crime estavam sendo utilizados para custear despesas de campanha.

Ademais, em razão da atuação no marketing eleitoral por mais de 12 anos, tendo atuado nas mais diversas esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal), tanto **MONICA MOURA** quanto **JOÃO SANTANA** possuíam profundo conhecimento sobre a legislação eleitoral, em especial no que tocava às regras de campanha eleitoral. Neste contexto, em razão da absoluta familiaridade com as campanhas eleitorais, **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** tinham pleno conhecimento acerca da forma regular de realização de doações.

Neste contexto, o recebimento de tão expressivas quantias de forma dissimulada e entregues todos pela mesma empresa não possuíam qualquer aparência de regularidade. Da forma como concretizadas as entregas, a ilicitude saltava aos olhos de qualquer um.

A sistemática adotada pelo Partido dos Trabalhadores para operacionalizar o repasse dos recursos da ODEBRECHT para **MONICA MOURA** e **JOÃO SANTANA** desbordou completamente da normalidade das doações eleitorais e dos pagamentos por prestações de serviços publicitários regulares.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assim, não restam dúvidas de que **GUIDO MANTEGA, MARCELO ODEBRECHT, BERNARDO GRADIN, MONICA MOURA, JOÃO SANTANA** e os executivos da Odebrecht responsáveis por operacionalizar as transferências, **HILBERTO SILVA e FERNANDO MIGLIACCIO** incidiram, **por 26 vezes**, na prática do delito de lavagem de dinheiro, previsto no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98.

VII.CAPITULAÇÕES

Diante de todo o exposto, o **Ministério Público Federal** denuncia:

- 1) **MARCELO BAHIA ODEBRECHT** pela prática do crime de corrupção ativa, previsto no art. 333, caput e parágrafo único, c/c art. 327, § 2º, do Código Penal, por **duas vezes**, em concurso material; do crime de lavagem de ativos, previsto no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98, por **26 vezes**, em concurso material, tudo na forma do art. 29 do Código Penal;

- 2) **ANTONIO PALOCCI FILHO**, pela prática, por uma vez, do crime de corrupção passiva, previsto no art. 317, caput e §1º, c/c art. 327, §2º, todos do Código Penal;

- 3) **GUIDO MANTEGA**, pela prática do crime de corrupção passiva, capitulado no artigo 317, caput e par. 1º c/c artigo 327, parágrafos 1º e 2º, **por uma vez**, em concurso material (art. 69) com o crime de lavagem de dinheiro, previsto no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98, por **26 vezes**, em concurso material, tudo na forma do art. 29 do Código Penal;

- 4) **BERNARDO GRADIN**, pela prática do crime de corrupção ativa, previsto no art. 333, caput e parágrafo único, c/c art. 327, § 2º, do Código Penal, por **duas vezes**, em concurso material; do crime de lavagem de ativos, previsto no artigo 1º, da Lei

nº 9.613/98, por **26 vezes**, em concurso material, tudo na forma do art. 29 do Código Penal;

5) MAURÍCIO FERRO, pela prática do crime de corrupção ativa, previsto no art. 333, caput e parágrafo único, c/c art. 327, § 2º, do Código Penal, por **duas vezes**, em concurso material;

6) NEWTON DE SOUZA, pela prática do crime de corrupção ativa, previsto no art. 333, caput e parágrafo único, c/c art. 327, § 2º, do Código Penal, por **duas vezes**, em concurso material;

7) MONICA REGINA CUNHA MOURA e JOÃO DE CERQUEIRA SANTANA FILHO pela prática do crime de lavagem de dinheiro, previsto no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98, por **26 vezes**, em concurso material, tudo na forma do art. 29 do Código Penal;

8) HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO e FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA, pela prática do crime de lavagem de dinheiro, previsto no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98, por **26 vezes**, em concurso material, tudo na forma do art. 29 do Código Penal

9) ANDRÉ SANTANA, pela prática do crime de lavagem de dinheiro, previsto no artigo 1º, da Lei nº 9.613/98, por **1 vez**, em concurso material, tudo na forma do art. 29 do Código Penal;

PARTE V – Requerimentos finais

Desse modo, requer o **Ministério Público Federal**:

a) o recebimento desta denúncia, a citação dos denunciados para responderem à acusação e sua posterior intimação para audiência, de modo a serem processados no rito comum ordinário (art. 394, § 1º, I, do CPP), até final condenação, na hipótese de ser confirmada a imputação, nas penas da capitulação;

b) a oitiva das testemunhas arroladas ao fim desta peça;

c) seja conferida prioridade a esta Ação Penal, não só por contar com réus presos, mas também com base no art. 11.2 da Convenção de Palermo (Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional – Decreto Legislativo 231/2003 e Decreto 5.015/2004);

d) seja decretado o perdimento do produto e proveito dos crimes, ou do seu equivalente, incluindo aí os numerários bloqueados em contas e investimentos bancários e os montantes em espécie apreendidos em cumprimento aos mandados de busca e apreensão, no montante de, pelo menos, **R\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de reais), correspondente ao valor relativo à propina pactuada e paga conforme narrado acima;

e) sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, também se requer o arbitramento cumulativo do dano mínimo, a ser revertido em favor da UNIÃO, com base no art. 387, *caput* e IV, do CPP, no montante de **R\$ 100.000.000,00**, correspondentes ao **dobro** dos valores de propina paga.

Curitiba, 10 de agosto de 2018.

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador República

Januário Paludo
Procurador Regional da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Orlando Martello

Procurador Regional da República

Antônio Carlos Welter

Procurador Regional da República

Roberson Henrique Pozzobon

Procurador da República

Julio Noronha

Procurador da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho

Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa

Procurador da República

Isabel Cristina Groba Vieira

Procuradora Regional da República

Jerusa Burmann Viecili

Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler

Procuradora da República

ROL DE TESTEMUNHAS

1. **RICARDO RIBEIRO PESSOA**⁸⁰, brasileiro, filho de Heloisa de Lima Ribeiro Pessoa, CPF : 063.870.395-68 nascido em 15/11/1951, com endereço na Al. Ministro Rocha Azevedo, 872, ap. 141, Jardins São Paulo;
2. **PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO**, brasileiro, nascido em 07/01/1948, filho de Clarice Roma de Oliveira Andrade, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.458.604-30, atualmente recolhido na carceragem da Superintendência de Polícia Federal em Curitiba/PR
3. **MILTON PASCOWITCH**⁸¹, brasileiro, nascido em 21/08/1949, filho de Clara Pascowitch, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.355.828-00, residente na Rua Armando Petrella, 431, bloco 2, ap. 03, Cidade Jardim, CEP 05.679-010, São Paulo/SP;
4. **ELTON NEGRÃO DE AZEVEDO JUNIOR**⁸², brasileiro, casado, portador do RG MG 1.240.783-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.710.866-20, residente e domiciliado na Av. Bandeirantes, nº 22221, Apto 1400, Bairro Serra, Cidade de Belo Horizonte;

80 Colaborador – **ANEXO 60**

81 Colaborador, conforme Acordo de Colaboração Premiada por ele celebrado com o Ministério Público Federal e homologado por esse Juízo nos autos n. 5030136-67.2015.404.7000 – **ANEXO61**.

82 Colaborador, conforme Acordo de Colaboração Premiada por ele celebrado com o Ministério Público Federal – **ANEXO62**.

5. **DALTON DOS SANTOS AVANCINI**⁸³, brasileiro, nascido em 07/11/1966, filho de Maria Carmen Monzoni dos Santos Avancini, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.948.488-10, residente na Rua Doutor Miranda de Azevedo, 752, ap. 117, Pompéia, CEP 05.027-000, São Paulo/SP;
6. **ZWI SKORNICKI**, colaborador⁸⁴, portador do RG 2297637-IFP/RJ, CPF 244.929.307-87, com residência na Avenida das Américas, nº 2300A, casa 50, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ
7. **ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR**, colaborador, CPF 067.609.880-00, residente na Rua Joaquim Antunes, 514, ap. 64, Pinheiros, São Paulo
8. **OLIVIO RODRIGUES** portador do CPF 075.436.988-97, com endereço na Rua Antonio Camardo, 593, ap. 171, vila Bomes Cardim, São Paulo/SP;
9. **WALMIR PINHEIRO SANTANA**⁸⁵ (executivo da UTC), brasileiro, CPF 261.405.005-91, residente na Rua Regina Badra, 260, casa, Jardim dos Estados, São Paulo-SP, CEP 04641-000.

83 Colaborador, conforme Acordo de Colaboração Premiada por ele celebrado com o Ministério Público Federal e homologado por esse Juízo nos autos n. 5013949-81.2015.404.7000 – **ANEXO63**.

84 Colaborador – **ANEXO64**.

85 Colaborador – **ANEXO65**.

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Distribuição por dependência aos autos nº 5054008-14.2015.4.04.7000 (IPL ANTONIO PALOCCI), 5043559-60.2016.4.04.7000 (Busca e apreensão), 5010479-08.2016.404.7000 (Busca e apreensão) , 5003682-16.2016.404.7000 (Busca e apreensão), e conexos

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, comparecem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com base no inquérito policial em epígrafe e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal, para dizer e requerer o que segue:

Foi oferecida em peça anexa **DENÚNCIA** em face de **ANTONIO PALOCCI FILHO, MARCELO BAHIA ODEBRECHT, MAURÍCIO FERRO, BERNARDO GRADIN, GUIDO MANTEGA, NEWTON SÉRGIO DE SOUZA, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA, HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA, JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO e ANDRÉ SANTANA**, imputando-lhes, na medida de suas responsabilidades e condutas, a prática dos delitos de corrupção ativa e passiva, bem como de lavagem de ativos, ilícitos previstos nos arts. 317, *caput*, e §1º, *c/c* art. 327, §2º, art. 333, *caput* e parágrafo único, do Código Penal, e no art. 1º, §4º, da Lei 9613/98.

A acusação ora veiculada tem como suporte probatório os elementos colhidos a partir dos procedimentos judiciais nº 5054008-14.2015.4.04.7000, 5043559-60.2016.4.04.7000, 5010479-08.2016.404.7000, 5003682-16.2016.404.7000 e conexos, do PIC nº 1.25.000.0015282/17-28, bem como elementos fornecidos pelas empresas ODEBRECHT e BRASKEM, no contexto do cumprimento das condições previstas nos acordos de Leniência firmados, além de depoimentos e elementos de corroboração apresentados por *colaboradores* que firmaram, de modo voluntário, Acordos com o Ministério Público Federal, com base na Lei nº 12.850/2013.

Salienta-se que naquela peça é também oferecida denúncia em face de empregados

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

dessas empresas, que, por decisão voluntária, optaram por não negociar Acordo de Colaboração com o Ministério Público Federal. Assim, em relação aos colaboradores, tendo em vista a contribuição prestada no esclarecimento dos fatos, o Ministério Público Federal requer na denúncia a aplicação das sanções previstas nos respectivos acordos, sendo que quanto os demais denunciados, inclusive os empregados que não celebraram acordo, requer-se que, após julgamento, sejam sancionados conforme suas responsabilidades reconhecidas em sentença.

Curitiba, 10 de agosto de 2018.

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador República

Januário Paludo
Procurador Regional da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

Orlando Martello
Procurador Regional da República

Antônio Carlos Welter
Procurador Regional da República

Roberson Henrique Pozzobon
Procurador da República

Julio Noronha
Procurador da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho
Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa
Procurador da República

Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora Regional da República

Jerusa Burmann Viecili
Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
Procuradora da República